Polonia

Estudios
Latinoamericanos

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos

ISSN 0137-3080

Original title / título original:

Formação da classe operária no Brasil

Author(s)/ autor(es):

Marcin Kula

Published originally as/ Publicado originalmente
en: *Estudios Latinoamericanos*, 1(1972),pp. 155-258

DOI: <https://doi.org/10.36447/Estudios1972.v1.art4>

Estudios Latinoamericanos is a journal published by the Polish Society for Latin American Studies (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

The Polish Society for Latin American Studies is scholarly organization established to facilitate research on Latin America and to encourage and promote scientific and cultural cooperation between Poland and Latin America.

Estudios Latinoamericanos, revista publicada por la Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos es una asociación científica fundada con el fin de desarrollar investigaciones científicas sobre América Latina y participar en la cooperación científica y cultural entre las sociedades de Polonia y América Latina.

Formação da classe operária no Brasil.

Marcin Kula*

Introdução.

A corrente marxista das ciências humanistas prestou tradicionalmente uma grande atenção ao problema da formação da classe operária. Uma especial atenção dedicaram a este problema tanto os clássicos como a geração moderna de investigadores – o processo de formação da classe operária constitui um dos principais aspectos do desenvolvimento do capitalismo isto é, do regime, a cuja análise os clássicos dedicaram os maiores esforços; nele viu-se também um dos processos conducentes à morte do regime capitalista.

As discussões sobre os caminhos do desenvolvimento do Terceiro Mundo foram acompanhadas frequentemente com a transplantação do modelo de formação da classe operária elaborado nas recordadas investigações para a realidade de hoje nos países subdesenvolvidos. Reação a isto consistiu o aparecimento no Terceiro Mundo da ideologia do «agrarismo revolucionário» que atribui ao campesinado o papel atribuído por Marx à classe operária na sociedade capitalista industrializada¹.

O fim de este trabalho é mostrar – com o exemplo de um dos países pouco desenvolvidos, o Brasil – que a formação da classe operária no Terceiro Mundo de nossos dias é um processo muito diferente do modelo clássico deste processo.

Por classe operária compreenderemos o proletariado industrial, se bem que, sem dúvida, uma plena elaboração do tema exigisse

* Traducido del polaco por Virgilio Machado

¹ O principal representante desta ideologia foi F. Fanon (*Les Damnés de la terre*, Paris 1961). Sobre a ideologia do agrarismo revolucionário comp. Sachs: *Kształt niepodległości. Wprowadzenie do polityki Trzeciego Świata* [Forma da independência. Introdução do política do Terceiro Mundo], Warszawa 1966, cap. 7 e o nosso artigo: *Rola klasy robotniczej a ideologia rewolucyjnego agraryzmu* [O papel da classe operária e a ideologia do agrarismo revolucionário], «Studia Socjologiczno-Polityczne», 1967, n° 22

igualmente uma observação de perto do campesinado. 1/3 da população camponesa ativa é constituída no Brasil por operários agrícolas², sendo que os lavradores proprietários em muitos casos não fazem lembrar o campesinado europeu³. Dada a necessidade de limitação do tema não nos vamos igualmente ocupar com o problema da população urbana marginal como tal, da mesma maneira que com o caso do campesinado o trataremos sob o ponto de vista de fonte de recrutamento do proletariado industrial.

O Brasil parece ser um bom exemplo para a observação do processo de formação da classe operária num país subdesenvolvido. Apesar de este país possuir em geral características próprias aos países subdesenvolvidos, tais como uma relativamente baixa renda por habitante, subalimentação de uma grande parte da população, uma estrutura agrária atrasada, ou analfabetismo, ele sofreu um forte e rápido desenvolvimento industrial. O salto no processo de industrialização esteve ligado no Brasil com as duas grandes guerras mundiais e, antes de tudo com a grande crise de 1929, que

² Segundo M.-I. Pereira de Queiroz: *Les classes sociales duna le Brésil actuel*, «Cahiers Internationaux de Sociologie», 1965, n° 39, este grupo conta uns 3,7 milhões de pessoas. sobre a questão de características comuns aos operários agrícolas e aos camponeses *sensu stricto* comp. J. Kleer: *Analiza struktur społeczno-ekonomicznych Trzeciego Świata* [Análise das estruturas socio-econômicas do Terceiro Mundo], Warszawa 1965, p. 106

³ Em 1938 Hauser, usando uma definição simplificada escreveu, que o Brasil é um país agrícola, que no geral não tem camponeses – país, no qual existe apenas operários agrícolas (H. Hauser: *Naissance, vie et mort d'une institution: le travail servile au Brésil*, «Annales», Vol. 10, 1938; comp. d'êste autor *Agronomie brésilienne. Fazendas et Fazendaires*, «Revue économique internationale», Bruxelles 1937). Efetivamente, no Brasil em muitas casos a terra, sendo nominalmente propriedade do camponês, desempenha no entanto o papel de «um pedaço de terra que provém à subsistência», devendo o seu proprietário de fato «vender» o seu trabalho ao fazendeiro local. Há perante isto toda uma serie de formas de dependência. Do caráter da exploração agrícola nos ramos de qual trabalham esses camponeses depende o grau de semelhança da sua característica social com a de operários. Estudos relacionados com isto fez H. W. Hutchinson. Realizou os estudos em duas plantações de canas de açúcar no estado da Bahia. Numa das fazendas as relações entre o proprietário e os trabalhadores faziam lembrar as relações entre o senhor e os camponeses, entre o senhor e os servos. Na outra, exploração agrícola do tipo capitalista, formavam-se alas de semelhança com as relações entre patrão e operários. Repetindo análogos estudos anos após chegou-se a conclusao que as diferenças enke as fazendas eram ainda maiores; não é por acaso que num día qualquer e no segunda delas rebentava regularmente uma greve (H. W. Hutchinson: *Village and Plantation Life in Northeastern Brasil*, Washington 1957. Comp. d'êste mesmo autor a interessante descrição das relações paternalistas numa das plantações inserta na coleção *Races et classes dans le Brésil rural. Enquête effectuée sous la direction de Charles Wagley*, UNESCO 1952). sobre a questão da proletarianização do campesinado brasileiro comp. O. Ianni: *A constituição do proletariado agrícola no Brasil*, «Revista Brasileira de Estudos Políticos», Outubro 1961 (vide igualmente a versao d'êste texto in: O. Ianni: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, Rio de Janeiro 1963, cap. 10).

tornou impossível um ulterior desenvolvimento da economia baseada na monoexportação do café. Esta erige teve uma repercussão muito especial na economia brasileira. Por um lado a queda na exportação do café foi acompanhada por uma dura limitação na importação de mercadorias industriais, e por outro lado os rendimentos dos plantadores de café foram mantidos graças a política do governo de compra dos excedentes da super-produção de café. Favoreceu isto a realização de investimentos industriais – tanto mais que a política de defesa do setor do café favorecia a manutenção da procura no embrionário mercado interno do Brasil⁴. Este mercado desenvolveu-se em grande medida graças a que, já no período do atrás citado episódio, nas plantações de café foi substituída a força de trabalho de escravos pela força de trabalho de imigrantes europeus, principalmente Italianos, melhor pagos que os escravos e pagos em dinheiro⁵. Não sem significado foi também o fato que os citados fenômenos recaíram numa favorável base social; ciclo do café, que ocasionando uma imigração da Europa, criou tanto um grupo de «potenciais empreiteiros», como de «potenciais trabalhadores»⁶.

Como resultado des te processo, fortalecido por fatores ligados com a II guerra mundial e com o período do após guerra, o Brasil possui hoje um grande parque indústria⁷. São Paulo é um enorme e o maior centro de classe operária na América Latina. O número de empregados na indústria brasileira é avaliado nuns 3 – 4 milhões⁸.

⁴ Sobre o «ciclo» do café na economia brasileira comp. P. Monbeig: *Pionniers et planteurs de São Paulo*, Paris 1952. A concepção do decorrer do salto da industrialização aqui referida, foi tirada de C. Furtado e de A. Kafka (vidé: C. Furtado: *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro 1963; A. Kafka: *The Theoretical Interpretation of Latin American Economic Development*, in: *Economic Development for Latin America*, ed. by H. S. Ellis, London 1961. sobre a industrialização do Brasil comp. também, entre outros: C. Prado Júnior: *História econômica do Brasil*, São Paulo 1949; H. Bastos: *O pensamento industrial no Brasil*, São Paulo 1952; W. Bear *Industrialization and Economic Development in Brazil*. IRWIN

⁵ Comp. C. Furtado: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro 1961

⁶ Nisto presta atenção F. H. Cardoso (*Condições sociais da industrialização de São Paulo*, «Revista Brasileira», 1960, Março – Abril)

⁷ Para as tendências do desenvolvimento da economia brasileira no após guerra comp. Sachs: *Niektóre aspekty rozwoju gospodarczego Brazylii* [Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Brasil], «Ekonomista», 1962, n° 1.

⁸ «Rynki Zagraniczne» [Mercados Estrangeiros] do dia 30 I 1964 dava a cifra de 3 milhões. J. Urbaniak dá a cifra de 4,5 milhões (J. Urbaniak: *Dryfujący subkontynent* [Sub continente à deriva], Warszawa 1966, p. 132).

Efetivamente não é isto muito, em relação a toda a população profissionalmente ativa (comp. tabela 1).

Tabela 1. Alguns grupos profissionais em relação da população profissionalmente ativa.

<i>Grupo profissional</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>
Agricultura, pecuária, silvicultura	67,43	57,90
Indústrias extrativas	2,79	2,88
Comércio de mercadorias	5,34	5,61
Indústrias de transformação	9,99	13,06
Transportes, comunicações e armazenagem	3,39	4,08

Fonte: D. Melgão Filgueiras: *População brasileira. Uma análise da distribuição de seus grupos profissionais*, «Revista do Serviço Público», Junho 1959.

Existem países na América Latina que possuem uma proporção mais elevada de operários em relação a toda a população. Contundo sob o nosso ponto de vista parece ser muito importante o fato da classe operária brasileira estar fortemente concentrada numa região do país. As desproporções do desenvolvimento económico do Brasil são tais que a região central-meridional (estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que ocupa apenas 18% da superfície do país, é habitada por 62,3% da população e cria cerca de 80% da renda nacional (comp. tabela 2). Apenas o estado de São Paulo cuja superfície ocupa 2,81% do território nacional e onde habita 18,2% da população, cria cerca de 1/3 da renda nacional, sendo que a sua participação na produção industrial, por ex. em 1955 atingiu 45,3% (daí o conhecido ditado de que ele é a locomotiva que arrasta vinte vagões vazios – estados). Consequência de tal estado de coisas é a enorme concentração de operários no Estado

Tabela 2.. Participação das regiões e estados na criação da renda nacional do Brasil em comparação com a superfície e população de cada região e estado (em %).

<i>Regiões e estados</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>População 1960</i>	<i>Super- fície</i>
Norte	2,2	2,2	3,8	42,0
Amazonas	1,0	0,9	1,1	18,4
Pará	1,2	1,3	2,2	14,6
Outros territórios	–	–	0,5	9,0
Nordeste	16,4	15,9	29,8	18,2
Maranhão	1,0	1,2	3,6	3,9
Piauí	0,6	0,5	1,8	2,9
Ceará	2,4	2,1	4,7	1,7
Rio Grande do Norte	1,0	0,9	1,6	0,6
Paraíba	1,6	1,5	2,8	0,7
Pernambuco	2,9	3,5	5,8	1,2
Alagoas	0,9	0,9	1,8	0,3
Sergipe	0,6	0,6	1,1	0,3
Bahía	4,4	4,7	8,6	6,6
Centro-Sul	79,5	79,4	62,3	18,0
Espírito Santo	1,3	1,0	1,7	1,1
Minas Gerais	10,8	9,7	13,8	6,7
Rio de Janeiro	4,4	4,5	4,8	0,5
Guanabara	14,8	13,5	4,7	0,02
São Paulo	32,3	32,2	18,2	2,8
Paraná	4,7	6,6	6,0	2,3
Santa Catarina	2,5	2,7	3,1	1,1
Rio Grande do Sul	8,7	9,2	7,8	3,3
Centro-Oeste	1,9	2,5	4,1	22,0
Mato Grosso	0,7	1,0	1,3	14,5
Goías	1,2	1,5	2,8	7,5

Fonte: F. Pardo Ruiz: *Brazylijski serwis statystyczny (Serviço estatístico brasileiro)*, in: W. Lipski (ed): *Przyczynki do zagadnień rolniczych w krajach słabo rozwiniętych gospodarczo [Contribuição aos problemas agrícolas nos países economicamente subdesenvolvidos]*, Instytut Ekonomiki Rolnej Warszawa 1965

de São Paulo e, em geral, no Sul do País, o que se vê na tabela 3⁹. A concentração aumenta sem cessar. Segundo o recenseamento da

⁹ Comp. também M. Vinas: *Contribuição para o estudo da estrutura e da organização do proletariado paulista*, «Revista Brasillense», Julho – Agosto 1961. No que diz respeito á estrutura

população de 1920, no estado de São Paulo esta vam concentrados cerca de 30% dos operários industriais, em 1940 cerca de 35%, e em 1950 já 38,6% ¹⁰.

Em suma, temas aquí a tratar com um grande e relativamente cerrado grupo social, cujo estudo pode dar uma muito importante contribuição ao ponto de vista do problema pasto. De acôrdo com os formulados fins do trabalho faremos tudo por observar o processo de formação de tal grupo.

Tabela 3. Brasil. Indústrias de transformação nas regiões geográficas e estados

<i>Regiões e estados</i>	<i>Empresas</i>			<i>Operários</i>		
	<i>1920</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>
Norte	247	912	1 325	3 691	14183	14 719
Rondônia	—	—	27	—	—	196
Acre	10	34	52	22	175	200
Amazonas	69	212	268	636	3413	3 661
Rio Branco	—	—	8	—	—	223
Pará	168	666	938	3 033	10 595	10 143
Amapá	—	—	32	—	—	296
Nordeste	2 408	8059	17 246	57 496	138 652	211 363
Maranhao	89	703	1 003	3 543	6 425	8 581
Piauí	55	164	407	1 150	1 590	1 960
Ceará	294	789	2 652	4 702	7 859	17 445
Rio Grande do N.	197	593	1 201	2 146	4 879	12 049
Paraíba	251	737	1 794	3 035	13 210	25 778
Pernambuco	442	1 877	3 633	15 761	57 327	74 842
Alagoas	352	687	1 203	6 989	12 563	22 265
Sergipe	237	743	1 346	5383	11 438	14 668
Bahía	491	1766	4 007	14 784	23 361	33 775
Centro-Sul	10 645	29 675	69 310	21 380	622 514	1 023 993
Minas Gerais	1 243	6 224	11 346	18 522	74 267	110 477
Espírito Santo	75	984	1 870	1 005	4 066	7 232
Rio de Janeiro	454	2 405	3 856	16 794	45 483	77 035
Guanabara	1 541	4 169	5 681	56 229	123 459	165 957
São Paulo	4 145	14 225	24 519	83 998	272 865	484 844
Paraná	623	2 264	3 762	7 295	20 451	38 243
Santa Catarina	791	2 847	4 915	5 297	21 015	41 179

profissional da cidade de São Paulo comp. F. Fernandes: *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, São Paulo 1960, cap. 16

¹⁰ «Rynki Zagraniczne» do dia 30 I 1964 escrevia que na região de São Paulo se agrupa 45% dos operários industriais (1,3 milhões de pessoas).

Rio Grande do Sul	1 773	6 557	13 361	24 661	60 908	99 026
Centro-Oeste	36	772	1 140	524	5 836	6 673
Mato Grosso	20	402	466	280	4 349	3 391
Goías	16	370	674	244	1 487	3 282

Fonte: J. F. de Camargo: *Êxodo rural no Brasil. Ensaio sobre suas formas, causas e consequências econômicas principais*, São Paulo, 1957

Para tal proposto tema as fontes são praticamente inesgotáveis. Pertencem a elas tanto materiais arquivados de diferentes origens – como imprensa, publicística, literatura, atas estatais normativas etc. Pudemos aproveitar uma não muito grande parte dos existentes materiais de fontes. Reflete-se isto particularmente de uma forma negativa no fato que no trabalho se encontra mais informação sobre a situação sócio-política, nos quadros em que se formou a classe operária, do que sobre os problemas sociológicos do próprio movimento operário. Como fontes *sensu stricto* tivemos à disposição apenas certos materiais estatísticos (que todavia a maioria não continha que elementos até 1950), algumas obras de literatura, memórias, alguns jornais e revistas, e relatórios de alguns estudos sociológicos. Para completar esta grande falta de fontes tivemos de recorrer a materiais de «segunda mão», isto é, a trabalhos, que de resto também não milito aproveitam, por exemplo materiais arquivados¹¹.

Avanço individual.

Fontes de recrutamento.

Como resulta dos dados citados na introdução o proletariado industrial do Brasil é um grupo social novo. É relativamente raro um operário ser filho de operário¹². O mesmo, dado o aumento quantitativo do proletariado brasileiro (aumento de 5 vezes no período de 30 anos, de 1920 a 1950; quase que duplo durante os

¹¹ Agradeço a todos os Professores, cujas observações me foram auxiliares na elaboração do trabalho

¹² Chama a atenção sobre isto F. H. Cardoso: *Proletariado e mudança social em São Paulo*, «Sociologia», Março 1960

seguintes 10 anos¹³), parece justificar a formulação de uma pergunta sobre a fonte de recrutamento da classe operária brasileira.

As suposições sobre a grande participação de pessoas que passam a fazer parte da classe operária e que saem de outros grupos sociais confirmam os resultados de concretos inquéritos – por ex. os resultados de estudos sobre a origem social dos trabalhadores das três maiores linhas de estradas de ferro (comp. gráfico 1). Tratava-se neles de obter a resposta à pergunta

Gráfico 1. Ferroviários. Última atividade exercida.

Fonte: *Censo social dos ferroviários*, «Desenvolvimento e Conjuntura», Setembro 1960.

¹³ Comp. L. A. Costa Pinto: *Economic Development in Brazil. A General View of its Sociological Implications*, in: *Implications sociales du développement économique. Changements technologiques et industrialisation*, PUF 1962

sobre a profissão praticada, pela pessoa a quem se fazia a pergunta, antes de começar a trabalhar na estrada de ferro. Mostrou isto que mesmo no caso da linha «Central do Brasil» apenas 19,7% dos empregados nela começou aí a trabalhar vindos da indústria (nos dois casos restantes 10,7% e 15,1%) uma grande percentagem porvinha directamente da aldeia (18,2; 35,1; 24,9), se bem que seja um dos mais fortes, e talvez um dos grupos da classe operária brasileira relativamente estáveis.

Os citados estudos deixam numerosos pontos obscuros. Por exemplo a formulação «última profissão praticada» pouco esclarece se foi praticada durante um curto espaço de tempo. As pessoas inscritas na rubrica «comércio» e «construção» não deveriam em muitos casos figurar na mesma rubrica que as pessoas que vieram trabalhar vindas do campo? Há ainda perguntas: não é que ambas estas categorias escondem a população urbana marginal, que na sua totalidade ensaia algo «negociar» ou provisoriamente, se possível, se emprega em trabalhos físicos na construção? Que se compreende pela categoria «não praticaram trabalho assalariado»? Qual é a origem social das pessoas que passaram da indústria a trabalhar na estrada de ferro? Em relação ao citado diagrama pode-se colocar muitas semelhantes perguntas (não falando já que a participação dos diferentes grupos não atinge a soma 100%).

Em suma, os citados estudos confirmam a suposição do importante papel dos grupos sociais outros que os de operários como fonte de recrutamento da classe operária brasileira, mas não dão a resposta sobre a proveniência social das pessoas que começam a trabalhar na indústria e que antes não pertenciam à classe operária.

A base de um conhecimento geral da história do Brasil cre-se que para a fixação da génese social da classe operária brasileira é preciso debruçar-se sobre três possíveis fontes de seu recrutamento: a massa dos ex-escravos, a massa dos imigrantes europeus e a migração interior. Não citamos aqui os Índios dado que muito cedo foram postos absolutamente à margem social, se não exterminados. Isto remonta ao ciclo do açúcar da economia brasileira. Se hoje em dia a indústria emprega um pouco da força de trabalho fornecida

por índios – particularmente na pequena indústria nas regiões atrasadas do país – não é ela uma quantidade significativa¹⁴.

Os apontados grupos sociais cobrem-se em parte. Tem isto lugar particularmente no caso dos grupos dos ex-escravos (e seus descendentes) e dos grupos de migrantes interiores. Entre os que se deslocam para a cidade a proporção de pessoas de côr é grande¹⁵. L. A. Costa Pinto chama a atenção para o fato do proletariado se tornar «mais negro» a medida do aumento das ondas migratórias interiores¹⁶. Os cultos «negros» aumentam nas cidades a sua atividade à medida que a elas chegam pessoas vindas do interior¹⁷. Foi calculado (a precisão do cálculo provoca a estupefação) que 71%, dos habitantes dos bairros da miséria («favelas») do Rio de Janeiro, habitados antes de tudo por pessoas vindas do interior do país, são Negros¹⁸. Apesar da parcial mistura dos grupos citados, para facilidade da narração observemo-los um após outro – considerando-os como potenciais fontes de recrutamento da classe operária brasileira.

Ex-escravos.

«A potencial classe operária» isto é, grupo de pessoas «livres» da posse de meios de produção e livres individualmente existiu no Brasil muito antes do início do processo de industrialização em larga escala. A «liberdade» de posse de meios de produção foi garantida pelo sistema de relações existentes nas plantações de café. As pessoas nelas trabalhadoras não eram camponeses que possuíam

¹⁴ Das posições clássicas sobre o tema da eliminação da força de trabalho dos índios e a sua substituição por escravos africanos comp. G. Freyre: *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro 1953. A propósito do lançamento dos índios para fora da sociedade moderna brasileira comp. *Les populations aborigènes. Conditions de vie de travail des populations autochtones des pays indépendants*, Genève 1953, e por ex. C. Lévi-Strauss: *Smutek tropików [Tristesa dos trópicos]*, Warszawa 1960

¹⁵ Avalia-se que, entre os imigrantes que afluíram a São Paulo do interior do país, nos anos 1957 – 1958, havia cerca de 20% de negros (*Movimento migratório para São Paulo*, «Desenvolvimento e conjuntura», Maio 1960).

¹⁶ L. A. Costa Pinto: *Rio de Janeiro – creuset des nationalités et des civilisations*, «Courrier de l'UNESCO», Agosto – Setembro 1952

¹⁷ G. Friedman: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris 1959

¹⁸ H. R. Hammond: *Race, Social Mobility and Politics in Brazil*, «Race», Maio 1963, dá esta cifra por L. A. Costa Pinto. Análogamente dá J. Lambert: *Os dois Brasis*, São Paulo 1959

as suas próprias terras, mas davam a sua força de trabalho em troca do direito de cultivo de vegetais alimentares entre os pés de café. O ano 1888, liquidando a escravidão, concedeu-lhes a liberdade individual. A sua abolição foi de resto já um ato formal do longo processo tendente ao seu desaparecimento. No momento da abolição o anacronismo da forma de produção baseada na escravidão lançava-se aos olhas, muito especialmente no Sul do país¹⁹. As mudanças que surgiram após o ato do seu desaparecimento foram também aí muito maiores que no Norte. No Norte a maioria dos ex-escravos conservou-se definitivamente na região. Deram-se marchas de libertados de fazenda para fazenda – na fuga ao antigo senhor, à procura de melhor trabalho. Em resultado foi rara a plantação que não mudou a força de trabalho, mas sob o ponto de vista makrosocial a situação continuou sem mudanças. Com o tempo muitos dos ex-escravos voltaram por fim aos antigos lugares de trabalho²⁰. Entretanto, no Sul, os imigrantes brancos ocuparam os lugares de trabalho, nas plantações de café, dos negros. Ainda antes do momento da abolição da escravidão os plantadores sentiram dificuldades com a falta de força de trabalho. Já bastante antes não era possível importar Negros de além oceano, a economia do café desenvolvia-se rapidamente, a epidemia de cólera de 1856 ocasionou importantes perdas de vidas humanas entre os escravos. Em 1842 o senador Vergueiro empregou na sua fazenda os primeiros Portugueses, e 10 anos depois Suíços e Alemães. Nos anos 1847 – 1857 diferentes fazendeiros contrataram 511 livres Brasileiros, 1 031 Alemães, 1 180 Suíços, 88 Belgas e 16 Portugueses. A maioria destas iniciativas não foram com êxito, mas o exemplo foi seguido. Em 1871 o governo da província de São Paulo abriu um crédito para a entrada de imigrantes, e em 1886, nas vésperas da abolição da escravidão, foi

¹⁹ Comp. F. H. Cardoso: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo 1962 e O. Ianni: *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional*, São Paulo 1962

²⁰ Comp. ambos os citados trabalhos de H. W. Hutchinson. sobre a questão das diferenças nas consequências da extinção da escravidão no norte e no sul comp. C. Furtado: *Formação econômica...*

criada a «Sociedade promotora de imigração em São Paulo» à qual o governo encomendou a importação de 6 000 pessoas²¹. Com a nava situação deu-se um verdadeiro exodo dos ex-escravos – agora já «duas vezes livres» – para a cidade²². Tudo dava a entender que nada impediria que este grupo se tornasse uma base de recrutamento de força de trabalho para a indústria, que então começara a aparecer²³. Contudo António Francisco Bandeira Júnior, visitando em 1901 fábricas de São Paulo, o que lhe permitiu fazer um exacto relatório, chamou a atenção o fato de os operários serem quase todos imigrados brancos. Em São Paulo existia então, segundo ele, uns 50 000 operários – dos quais apenas uns 10 % eram brasileiros de origem. Os restantes eram quase todos Italianos²⁴. Os ex-escravos não foram absorvidas pela nascente indústria²⁵. Porquê?

«A condição de homens juridicamente livres não alterou neles, naturalmente, a mentalidade e os hábitos de escravos, que eram incompatíveis com o trabalho assalariado livre nas indústrias» conta F. H. Cardoso²⁶. Os Negros perderam na concorrência com os recém chegados da Europa, que sob o ponto de vista da indústria

²¹ P. Monbeig: *op. cit*

²² O processo de importação de força de trabalho do ultramar e o processo da fuga dos escravos para a cidade foram, evidentemente, processos que em grande medida se condicionaram reciprocamente. Um importante fator que exerceu influência na saída dos escravos das plantações foi a compreensível vontade de se desligarem da vida anterior. Na atuação destes fatores favoreceu o fato da existência de grandes cidades ao Sul. Criou isto por sua vez ainda uma maior necessidade de força de trabalho ultramarina

²³ No último ano da monarquia (1889) o Brasil possuía 636 empresas industriais; em 1895 já umas 1088, em 1907 – 3250 (*Brazil. Portrait of Hat a Continent*, ed. by T. Lynn Smith and A. Marchant, New York 1951). Em 1900 começa o primeiro salto da industrialização em São Paulo. Em 1910 o potencial industrial de São Paulo ultrapassou o potencial do antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro). Em 1901 São Paulo possuía 165 empresas industriais, das quais 60 foram construídas durante os 12 anos precedentes, as restantes neste próprio ano. Em 1907 São Paulo contava já 336 empresas industriais. A primeira guerra mundial ocasionou um novo salto do desenvolvimento industrial (M. L. Marcílio: *Industrialisation et mouvement ouvrier a São Paulo*, «Le Mouvement Social», Outubro 1965).

²⁴ A. F. Bandeira Júnior: *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*, São Paulo 1902 (cit. segundo M. L. Marcílio: *op. cit*).

²⁵ Acentua isto entre outros F. H. Cardoso: *Condições sociais da industrialização de São Paulo...*

²⁶ F. H. Cardoso: *op. cit* Formulam semelhantes teses R. Bastide e F. Fernandes: (*Brancos e Negros em São Paulo*, São Paulo 1959), O. I a n n i (*Factores humanos de la industrialización en Brasil*, «Ciencias políticas y Sociales», Abril – Junho 1960; comp. também a versão deste trabalho in «Revista Brasileira», Julho – Agosto 1960 e deste autor in *Industrialização e desenvolvimento social...*).

constituíam uma força de trabalho mais desejada – mais qualificada, e antes de tudo porque não se opunham as relações de trabalho físico em grupo dirigido²⁷. Era de crer que a força de trabalho dos negros seria a primeira a ser incorporada na indústria nascente. Passou-se de outra maneira. Uma massa de Negros libertados, abandonando as plantações, afluíu às cidades onde a concorrência de imigrantes os fez cair nas fileiras de lumpenproletariado. Os anos que vieram em seguida foram particularmente duros para este grupo social²⁸. Na literatura encontra-se mesmo – um tanto conservadores – pontos de vista de que esta gente se encontrou em pior situação de que quando trabalhara nas plantações como escravos²⁹. É possível que neste ponto de vista se manifeste a característica idealizada das pretendidas relações patriarcais nas plantações de escravos, que se vê por exemplo em Freyre. Existe todavia um fato – nas plantações cuidou-se pelo menos que o escravo não morresse – a sua morte não respondia aos interesses do patrão. Na cidade, entretanto, nos anos seguintes ao da abolição ninguém se ocupara da população marginal negra. Sobretudo um importante elemento da mudança de situação foi o fato que nas plantações o trabalhador negro trabalhava dentro de uma certa estrutura; nos anos de que falamos perdeu o seu lugar na vida econômica. No fim de contas apenas as mulheres encontraram trabalho como cozinheiras, como mulheres de limpeza, lavadeiras. No sistema das plantações o fato de ser escravo dava-lhe o direito a alimentação, a roupas e tinha onde dormir – se bem que a comida, roupa e lugar de dormida fossem horríveis. Do novo papel social do Negro nada resultava – e se

²⁷ «O escravo, que teve a sorte de se poder arrancar da escravatura tornou-se ainda mais sensível no que diz respeito a maneira de mostrar a sua independência. A abolição da escravatura em 1888 não mudou esta atitude de tendência a um trabalho independente. Pelo contrario – fortificou-a» afirma M. I. Pereira de Queiroz (*op. cit.*).

²⁸ Sobre esta questão comp. em particular R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...*, cap. I e II (escritos por F. Fernandes).

²⁹ Comp. G. Freyre: *Le rôle des Noirs dans la civilisation brésilienne*, «Courier de l'UNESCO», Agosto – Setembro 1952; «Fizeram-se comparações entre o destino dos escravos no Brasil [...] com o destino que coube aos trabalhadores livres na participação nos anos do *laissez-faire* que seguiram após a libertação dos escravos na América portuguesa. Não poucas vezes aconteceu que no sistema paternalista de escravatura os escravos eram provavelmente melhor tratados pelos seus senhores que os trabalhadores livres, brancos ou pretos, nos anos de transição».

assim se pode dizer, para ele não existia qualquer papel social. Para ele havia a tuberculose, a sífilis, doenças infecciosas, a prostituição, a vagabundagem, a mendicidade³⁰. O grupo de que falamos apresentava todos os sinais de desintegração social-incluindo um superior e o maior número de suicídios que nos outros grupos sociais³¹.

A abolição da escravidão em 1888 rompeu fundamentalmente oselos da estrutura social. Os antigos escravos obtiveram a liberdade, mas foi ela a liberdade de morrer de fome. A velha estrutura já não existia para eles, a nova não os abrangeu. não preparados para as novas condições, encontraram-se à margem social.

Se com o decorrer dos anos se deu a reintegração da população de cor, ela foi porém feita através das ocupações mais humilhantes e pior pagas, como carregadores, barredores de ruas, na limpeza e – às vezes – lavadores de automóveis; os filhos tornaram-se limpadores de sapatos. Não foi via – usando as palavras de F. Fernandes – para a revalorização social dos Negros³².

Os efeitos desta situação, resultante do fato que o discutido grupo não se tornou base de recrutamento da classe operária brasileira, fazem-se sentir até hoje podendo ser vistos no específico aparecimento do problema negro no Brasil. Por Um lado este país, segundo a expressão de R. Bastide, pode servir ao mundo de «modelo de democracia racial»³³. A legislatura brasileira é muito clara na questão de discriminação racial. Já a constituição republicana de 1891 declarava que «todos são iguais perante a lei» (art. 72, parágrafo 2). A constituição de 1934 exprimia o mesmo, acrescentando que «não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça [...]». A constituição de 1946 proíbe diretamente todas as manifestações racistas – proclama que tais não serão toleradas³⁴. Em 1951 foi publicada

³⁰ Comp. R. Bastide: *Sociologie du Brésil (I: Naissance d'une classe sociale, la classe moyenne; II: De la caste à la classe)*, Centre de documentation universitaire, Paris s.d., pp. 18 – 19.

³¹ Comp. R. Bastide: *Os suicídios em São Paulo segundo a cor*, Universidade de São Paulo, B. 121, Soc. 2.

³² R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...*

³³ R. Bastide: *Les relations raciales au Brésil*, «Bulletin International des Sciences Sociales», 1957, n° 9 (7).

³⁴ Comparação in R. Bastide F. Fernandes: *Branços e Negros...*, cap. 5

uma lei especial contra os preconceitos raciais «Lei contra o preconceito de raça ou de côr », outra («Lei Afonso Arinos», de 3 VII 1951), que ameaça com penas o mau tratamento de pessoas de côr nos hotéis, escalas, casas comerciais, nas forças armadas etc.³⁵. O problema racial neste sentido, como existe em muitos países, no Brasil neste momento não existe. Sem dúvida dão-se manifestações de racismo – por exemplo sob formas existentes stereotipadas. Isto foi mostrado claramente pelos estudos efetuados pela UNESCO, de iniciativa de A. Métraux³⁶. Não há porém no Brasil barreiras raciais artificiais para o avanço social. uma mais elevada posição social pode diminuir os efeitos da côr escura da pele³⁷ – o mesmo uma posição material superior. A gente simples da Bahia diz frequentemente que «aquele que tem dinheiro torna-se Branco». Outras versoes destes di tos dizem: «o dinheiro embranquece», «é preciso ter dinheiro para que esqueçam-que se é negro»³⁸. Um fator particularmente importante para a avanço dos jovens Negros desempenha jogar bem o futebol.

A situação é, em suma, toda outra que a do clima que paira nos estados do Sul dos Estados Unidos da América.

Mesmo assim o parlamento, que em 1951 submeteu a votação a citada lei contra os preconceitos raciais não possuía nem um único membro Negro. Acontece que a maioria dos Negros do Rio de

³⁵ Lei, transcrita, *ibidem*. Não há muito a imprensa noticiou que o proprietário de um hotel se assentou no banco dos réus porque, cuidando pela sua clientela norteamericana, não recebia Negros no seu hotel

³⁶ Os citados estudos forneceram uma quantidade grande de materiais para o conhecimento das reais relações raciais no Brasil. A base deles foram feitos nos anos cinquenta trabalhos tais como os lembrados de R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...*, *Races et classes dans le Brésil rural...*, ou mesmo os trabalhos de Thales de Azevedo: *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*, UNESCO 1953; F. H. Cardoso O. Ianni: *Côr e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre Negros e Brancos numa comunidade do Brasil meridional*, São Paulo 1960; R. Ribetto: *Religião e relações raciais*, Rio de Janeiro 1954 e outros, não talando em publicação es que foram neles indiretamente inspiradas. Sobre a concepção geral dos estudos comp. A. Métraux: *Une enquête sur les relations raciales au Brésil*, «Courrier de l'UNESCO», Agosto – Setembro 1952.

³⁷ Uma velha anedota brasileira conta como um certo viajante encontrou no caminho um Negro fardado de oficial. Que Negro é este? – pergunta o viajante ao seu companheiro. Não é um Negro! É um capitão! – foi a resposta (comp. J. Lambert: *Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques*, Paris 1953).

³⁸ Segundo T. de Azevedo: *op. cit* e M. Harris: *Les relations raciales à Minas Velhas, communauté rurale de la région montagneuse du Brésil central*, in: *Races et classes dans le Brésil rural*.

Janeiro se trabalha, trabalha com a vassoura – para usar a curta definição da situação dada por Amstrong, e que não deixa de ser significativa. «O dinheiro embranquece» – é uma verdade. Há frequentemente ocasião para aplicar este ditado? «Com certeza um Negro que possuísse uma enorme fortuna, que fosse médico ou se tornasse chefe da seção local da União Democrática poderia pertencer às camadas mais altas da sociedade» afirma M. Harris, comentando os seus estudos sobre a questão racial em Minas Velhas³⁹. «Mas é que isto acontece frequentemente?» – replica imediatamente. De a côr do com os resultados do estudo pode ver-se que acontece muitíssimo raramente (comp. tabela 4)⁴⁰. Sabe-se por exemplo que, anos atrás, quando a população de cor constituía 25,6% da população do Rio de Janeiro, nos bairros da miséria «favelas») esta percentagem atingia cerca de 70%⁴¹. No estado de Guanabara por cada 100 mulheres negras 31 trabalhavam como criadas de servir, enquanto por cada 100 mulheres brancas apenas 4. Entre a população branca maior de 10 anos 88% sabe ler e escrever, e entre a de côr apenas 53%⁴². O índice de mortalidade infantil das crianças de côr no Rio é de 228‰, enquanto o das crianças brancas é de 122‰⁴³.

³⁹ M. Harris: *Les relations raciales à Minas Velhas...*

⁴⁰ Sobre a questão dos Negros que passaram a fazer parte das elites locais comp. T. de Azevedo: *op. cit.*

⁴¹ Segundo H. R. Hammond: *op. cit.* Todos os índices em cifras que dizem respeito a população de côr é preciso tratar unicamente como dados orientadores, dado que os respondedores (tanto no caso do recenseamento populacional como no das investigações sociológicas) têm tendência para declarar uma côr mais clara do que possuem na realidade. Diga-se entre parênteses que é muito difícil, numa sociedade onde há uma grande mistura de raças, serem, sob este ponto, aceites critérios objetivos. Uma instrução publicada há tempos pela administração militar no que diz respeito a classificação da côr dos soldados na parte dos documentos militares referente aos sinais pessoais é um documento comprido e complicado (Instrução nº 2386 de 1945; cita-a Ramos: *The Negro in Brazil*, in: *Brasil Portrait of Half a Continent...*).

⁴² Segundo J. Lambert: *Os dois Brasis...*

⁴³ Segundo R. Bastide: *Brésil. Terre des contrastes*, Paris 1957.

Tabela 4. Renda, instrução e profissão praticada pela população de Minas Velhas segundo grupos raciais.

<i>Renda, instrução e profissão praticada</i>	<i>Branços</i>	<i>Mulatos</i>	<i>Negros</i>
Riqueza			
Renda mensal média (em cruzeiros)	961	648	445
Situação económica média (em cruzeiros)	23 858	9 670	7 814
Instrução			
Sabem ler e escrever (em %)	86	73	53
Tempo médio de frequência escolar (em anos)	3,3	2	1,4
Quantidade média de classes terminadas	2,5	0,87	0,7
Profissão praticada			
Profissionais livres e administração (em %)	19	10	3
Funcionários públicos e comerciantes (em %)	22	13	7
Artesãos (em %)	37	43	45
Operários agrícolas, empregados domésticos (em %)	22	34	45

Fonte: M. Harris: *Les relations raciales à Minas Velhas...*, in: *Races et classes dans le Brésil rural*. Enquête effectuée sous la direction de Charles Wagley, UNESCO 1952.

Em suma, como afirma R. Bastide, tanto mais se sobe na hierarquia social tanto mais a cor da pele se torna mais branca; a classe superior é composta quase exclusivamente por brancos – e ao contrário⁴⁴. E embora à luz dos estudos da UNESCO pareça ser verdade que se os Negros são explorados eles não o são por causa da cor da pele, mas devido à baixa posição social que ocupam⁴⁵, todavia a correlação estatística mostra que a população de cor resta em massa no fundo da hierarquia social. Como já há

⁴⁴ R. Bastide: *Les relations raciales...*, R. Bastide: *Brésil Terre des contrastes...* Comp. analogamente K. L. Littlein: *Le racisme devant la science*, UNESCO 1960: «O esquema da atual estrutura da sociedade brasileira mostra que a proporção de brancos, muito elevada nos escalos superiores, diminui à medida que se desce na hierarquia de profissões, e que é mínima nos mais baixos escalões da estrutura social».

⁴⁵ Definição de S. Andreski: *Elements of Comparative Sociology*, London 1964.

muito escreveu D. Pierson, o Brasil não conhece um fenômeno tal como castas baseadas em princípios raciais; o Brasil conhece o fenômeno de classes sociais. É contudo verdade – escreveu que no geral ainda frequentemente, pertencer a uma determinada classe e a cor da pele andam a par⁴⁶. Interessantes são sob este ponto de vista os dados estatísticos (gráfico 2 e 3)⁴⁷.

Gráfico 2. População profissionalmente ativa segundo os ramos de atividade e a cor da pele. Ano 1950.

Fonte: K. Oberg: *Race Relations in Brazil*, «Sociologia», Agosto 1958.

Assim país o descarrilamento no processo da industrialização, a perda da ocasião de se tornar proletário, significou para o tratado grupo uma longa lesão no que diz respeito ao lugar ocupado por ele na hierarquia social.

⁴⁶ D. Pierson: *Le préjugé racial d'après l'étude des situations raciales*, «Bulletin International des Sciences Sociales», Inverno 1950.

⁴⁷ Comp. também G. Mortara: *Atividades e posição na ocupação nos diversos grupos de cor da população do Brasil*, «Revista Brasileira de Estatística», Outubro – Dezembro 1950.

Gráfico 3. Patrões e trabalhadores segundo a cor da pele. Ano 1950 (em %).

Fonte: K. Oberg; *Race Relations...*

A situação começou a mudar apenas com o começo da reincorporação da população de cor na nova estrutura econômica – reincorporação efetuada através da absorção precisamente pela indústria, cujo início data de há uns vinte e poucos anos. Foi isto favorecido pelo seu entravamento e posteriormente pela quase total suspensão da imigração da Europa. No processo de diminuição da onda de migração incidiu a política nacionalista do governo Vargas e as restrições na imigração. Desde 1930 apenas os portugueses possuíam o direito ilimitado de imigração para o Brasil. A legislação do «Estado Novo» exigia que 2/3 dos empregos fossem confiados aos Brasileiros, isto é às pessoas nascidas no Brasil. Ao mesmo tempo, nos anos trinta, houve um grande salto no processo de industrialização. Do ponto de vista da população negra as consequências deste conjunto de fatores foram diminuídas pelo fato que, em resultado da grande crise, parte da força de trabalho imigrada se mudou das plantações de café para a indústria, mas mesmo assim fizeram-se sentir. Um grande significado teve no referido processo a II guerra mundial que praticamente conteve a imigração para o Brasil, enquanto ao mesmo tempo se dava o aumento do potencial industrial. Depois da guerra o número de imigrantes de nova aumentou, mas nunca atingiu as antigas dimensões⁴⁸. A população de cor, que sempre sentiu a concorrência

⁴⁸ As seguintes cifras ilustram o processo de diminuição da onda de imigrantes: nos anos 1890 – 1899 chegaram ao Brasil 1 205 803 imigrantes; de 1900-1909 – 649 898; de 1910-1919 821 458; 1920 – 1929 – 846 522; 1930 – 1939 – 287 620 (Segundo M. Dias Pequeno: *Imigração e mão-de-obra*

dos imigrantes, pelo menos em certo grau teve de ser tornada base de recrutamento de força de trabalho para a indústria. Uma semelhante influência teve o desenvolvimento industrial e a verdadeira febre de construção que surgiu nas grandes cidades brasileiras no após guerra⁴⁹.

Uma positiva influência da absorção da população de côr pela indústria na sua reintegração na sociedade, pode ver-se comparando a estrutura profissional da população de côr em duas cidades: São Paulo e Rio Janeiro. O caráter da primeira delas é claramente determinado pela indústria, enquanto na segunda o tom é dado mais pelas instituições, estabelecimentos públicos etc. Em São Paulo, entre a população de côr, o número dos que não trabalham, isto é do lumpenproletariado é menor de uma maneira chocante (comp. tabela 5). De uma forma análoga é menor também a quantidade de demésticas. De uma maneira chocante é entretanto em São Paulo o índice da população de côr empregada na indústria. O Negro, ser marginal, tornou-se proletário.

É preciso ver-se nesta proletarização não a degradação, mas pelo contrário, o avanço social para todo o grupo. É isto compreensível quando se presta atenção ao lugar que ocupara na sociedade o grupo dos ex-escravos imediatamente após a abolição da escravatura e nas primeiras décadas do século XX.

Tabela 5. Estrutura profissional da população de côr em São Paulo e no Rio de Janeiro*.

<i>Categoria profissional</i>	<i>Mulatos</i>		<i>Negros</i>	
	<i>São Paulo</i>	<i>Rio</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Rio</i>
Indústrias de transformação	32,82	21,74	37,25	29,52
Comércio	7,22	7,08	7,08	5,85
Banco (comércio de valores)	0,74	0,47	0,52	0,26
Transportes	8,29	9,83	8,81	9,35
Administração (empregos públicos)	8,20	6,52	7,93	4,98

qualificada, Rio de Janeiro 1957). Durante a guerra, nos anos 1940 -1945, chegaram ao Brasil apenas 18 432 imigrantes (J. Lambert: *Le Brésil. Structure sociale...*

⁴⁹ Sobre a questão das faladas tendencias comp. R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...* e R. Bastide: *Sociologie du Brésil...*

Defesa nacional	8,16	10,26	4,47	5,64
Profissões livres	1,52	0,90	0,72	0,50
Serviços sociais	8,82	9,88	9,11	9,44
Atividades domésticas	12,72	14,01	12,38	12,76
Outras e que não trabalham	10,52	13,99	10,80	16,24

* Dados inexatos.

Fonte: R. Bastide: *Sociologie du Brésil*. Centre de documentation universitaire, Paris

O aspecto da mudança da situação, aspecto este em que o Negro se torna de novo membro da sociedade e prova que ele se apreende disso, é a mudança das atitudes da população de côr. Para definir o novo tipo psíquico do homem de côr R. Bastide usa a definição *le nouveau negre brésilien*. Já não é a pessoa que sonha vir a ser um intelectual ou funcionário – trabalhador intelectual e não físico. Os estudos de R. Bastide e de F. Fernandes mostraram que a população de côr enfrenta realisticamente o problema do trabalho e a escolha da profissão: os homens indicaram a profissão de mecânico e de motorista como profissões que desejariam praticar – as mulheres as profissões de costureiras, secretárias⁵⁰. Não é por acaso que este «sonho realista» surge em muito maior grau em São Paulo que no Rio.

E possível que os falados fenômenos tivessem sido uma das causas pelas quais em São Paulo se formou o mais forte movimento reivindicativo dos Negros: chamada «Frente Negra» que existe desde 1931 e que publica o jornal «A Voz da Raça». O desenvolvimento dêste movimento foi impedido pela ditadura de Vargas, mas numerosas outras sociedades dos «Brasileiros de côr

⁵⁰ O pequeno grupo estudado por R. Bastide e por F. Fernandes abrangeu 139 mulheres e 183 homens. A dispersão das respostas foi muito grande. As mulheres citaram 28, e os homens 57 profissões consideradas como as mais desejáveis. O número de votos em cada uma delas não ultrapassa 10 – com exceção de quatro profissões indicadas. A profissão de costureira obteve entre as mulheres 37 votos (principalmente votos de mulheres dos 21 aos 30 anos de idade), secretárias 39 (principalmente mulheres dos 16 aos 30 anos). A profissão de mecânico obteve entre os homens 24 votos (principalmente homens dos 21 aos 25 anos de idade), e a profissão de motorista 28 (principalmente dos 21 aos 30 anos). O conjunto das tabelas com as respostas foi publicado pelos autores in *Branços e Negros...* Sobre a questão do realismo da população negra comp. também R. Bastide: *Le problème noir en Amérique Latine*, «Bulletin International des Sciences Sociales. Documents relatifs à l'Amérique Latine», Vol. 4, 1952, n° 3.

obtiveram importantes sucessos⁵¹. E possível que o avanço coletivo da população negra seja um dos fatores que faça com que em São Paulo se possa observar o aumento de sinais de racismo⁵². «Pode-se fazer a pergunta – escreve R. Bastide – se a industrialização, tornando possível já não só o individual, mas o avanço coletivo da população negra, não conduzirá à alteração da situação no que diz respeito as relações entre raças»⁵³. Se os Brancos ao sentirem-se ameaça dos na sua atual posição privilegiada não lançam mão a arma mais fácil de tomar o racismo?⁵⁴

D. Pierson afirma sem rodeios: «Não está fore de possibilidades que os preconceitos raciais no Brasil não entraram em cena no Brasil antes de tudo porque os Brancos nunca se sentiram ameaçados nas suas posições pelos Índios, Negros ou Mestiços»⁵⁵. Esta opinião de Pierson não se refere já a São Paulo, ande as possibilidades criadas pela industrialização permitiram o avanço social não a pessoas isoladas, mas a todo o grupo social.

E possível que o aumento de sintomas de racismo é num certo grau o preço que poderá vir a caber pagar pela população de côr pelo seu ascenso das camadas inferiores da hierarquia social. Contudo não há dúvida que nos nossos tempos prossegue o seu avanço. Da mesma maneira que o fato de deixar a população de côr fora da classe operária industrial que se criava se tornou para ela uma fonte duradoura de lesões, assim a sua absorção pela indústria significa avanço social.

Imigrantes europeus.

O segundo, e verdadeiramente a primeira fonte cronológica de recrutamento do proletariado brasileiro foi o grupo de imigrantes chegados ao Brasil principalmente da Europa devido ao

⁵¹ Sobre organizações e imprensa dos Negros vide R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...*, e R. Bastide: *Brésil. Terre des contrastes...*

⁵² Comp. R. Bastide, F. Fernandes: *Branços e Negros...*, cap. intit. «Manifestações do preconceito de côr » (escrito por R. Bastide).

⁵³ R. Bastide: *Les relations raciales au Brésil...*

⁵⁴ Tal pergunta formula R. Bastide no artigo: *São Paulo – la cité tentaculaire*, «*Courrier de l'UNESCO*», Agôsto – Setembro 1952

⁵⁵ D. Pierson: *Le préjugé racial...*

desenvolvimento da economia do café. A ligação da imigração com a economia do café refletiu-se no aumento de tensão das correntes de migrantes que corriam em direção as regiões do Sul do Brasil. No período 1881 – 1890 o estado de São Paulo recebeu cerca de 42% dos imigrantes chegados ao país (221 657 pessoas em 530 906). No período 1894 – 1903, isto é nos anos de culminante tensão da imigração, o estado de São Paulo recebeu já cerca de 54% dos imigrantes (463 177 em 862 110 pessoas)⁵⁶. Um ano de record foi o ano 1895, quando o estado de São Paulo recebeu cerca de 140 000 imigrantes⁵⁷. Segundo o recenseamento da população de 1920 neste estado concentrava-se 71,4% dos imigrantes italianos e 78,2 % dos imigrantes espanhóis. A imigração portuguesa, se bem que numerosa, devido à língua comum, etc. pôde mais facilmente espalhar-se por todo o país. Para o estado de São Paulo dirigiu-se em contra partida, desde 1908, a quase totalidade da emigração japonesa⁵⁸. (Comp. os gráficos 4 e 5, as tabelas 6 e 7).

Gráfico 4. Imigração para o Brasil (em mil).

Fonte: A. Vincente, W. de Carvalho (eds): *A população brasileira. Estudo e interpretação*, Conselho Nacional de Estatística, I.B.G.E. 1960.

⁵⁶ Cito por M. L. Marcílio: *op. cit*

⁵⁷ Comp. P. Monbeig: *Pionniers et planteurs...*

⁵⁸ Comp. *Aportaciones positivas de los inmigrantes*, UNESCO 1955, cap. 4. (escrito por G. Willems) e J. Lambert: *Le Brésil. Structure sociale...*

Nem todos os imigrantes permaneceram nas plantações de café. Com as plantações concorria a cidade com a sua crescente indústria. Uma particularidade favorável constitui o fato de que os imigrantes eram pessoas livres – livres pessoalmente, e, como recordamos atrás, não ligados com o precedente lugar de trabalho por posse de meios de produção. A fazenda de café, como diz O. Ianni, criou uma livre força de trabalho⁵⁹. Depois do cumprimento do contrato os trabalhadores das plantações podiam, com menores ou maiores dificuldades, sair, e frequentemente o fizeram – principalmente nos períodos de estagnação da economia do café⁶⁰. Porém este fenômeno é muito difícil de apreender dado que a estatística abrangeu apenas o escoamento da migração entre estados ou a imigração estrangeira. Uma manifestação clara do que falamos foi o levantamento em São Paulo do bairro italiano, e mais tarde o sírio ou japonês⁶¹. Estes recém chegados à cidade constituíram uma base de recrutamento da classe operária brasileira.

Gráfico 5. Imigração para o Estado de São Paulo(em mil).

Fonte: P. Monbelg: *Pionniers et plantateurs de São Paulo*, Paris 1952.

⁵⁹ Comp. O. Ianni: *Industrializacao e desenvolvimento social...*

⁶⁰ P. Monbelg presta por ex. atenção a afluência de operários agrícolas das plantações para São Paulo após a queda do preço do café em 1929. (*La croissance de la ville de São Paulo* Grenoble 1953).

⁶¹ Comp. E. Willems: *Immigrants and their Assimilation in Brazil*, in: *Brazil Portrait of Half a Continent...* Sobre assuntos análogos comp. C. Castaldi: *Mobilidade ocupacional de um grupo primário de imigrantes italianos na cidade de São Paulo*, «Educação e Ciências Sociais», Março 1957.

Tabela 6. Imigração para o Brasil nos anos 1884 – 1939 segundo os países de origem dos unigrantes

<i>País</i>	<i>Número de imigrantes</i>	<i>%</i>
Itália	1 414 263	34,0
Portugal	1 204 394	29,0
Espanha	581 718	14,0
Japão	185 799	4,5
Alemanha	170 815	4,1
Rússia	109 502	2,6
Austria	85 790	2,1
Turquia	78 455	1,9
Polônia	47 765	1,1
Roménia	39 113	0,9
França	32 373	0,8
Lituânia	28 665	0,7
Inglaterra	23 745	0,6
Jugoslávia	23 125	0,6
Síria	20 507	0,5
Argentina	20 191	0,5
Estados Unidos	12 661	0,3
Suissa	10 270	0,2
Uroguai	8 747	0,2
Hungaria	8 555	0,2
Holanda	8 200	0,2
Bélgica	6 009	0,1
Líbia	5 147	0,1
Checoslováquia	5 071	0,1
Suécia	4 947	0,1
Grécia	4 120	0,1
Dinamarca	3 087	0,1
Estónia	2 704	0,1
Letónia	2 209	0,1
Chile	1 884	–
China	1 689	–
Peru	1 325	–
Outros países	7 845	0,2
TOTAL	4 158 717	100,0

Fonte: *Aportaciones positivas de los imigrantes*. UNESCO 1955.

Nota: O número de imigrantes da Polónia é decididamente diminuído.

Tabela 7. Imigração para o estado de São Paulo nos anos 1827 – 1939 segundo a origem nacional dos imigrantes.

<i>Nacionalidade</i>	<i>Número de imigrantes</i>
Italiana	945 963
Portuguesa	425 546
Espanhola	387 117
Japonesa	186 769
Austríaca	38 122
Outras nacionalidades	317 747
Nacionalidade desconhecida	138 226
TOTAL	2 439 490

Fonte: T. Lynn Smith , A. Marchant (eds.): *Brazil. Portrait of Half a Continent*, New York 1951.

Quando se fala da participação da imigração europeia no desenvolvimento da indústria brasileira entende-se geralmente por imigrantes tais, como Matarazzo (Italiano), Jaffet (Libanês), Crespi (Italiano) que se tornaram grandes industriais. O seu papel no desenvolvimento da indústria não deixa lugar a dúvidas: a estatística industrial do estado de São Paulo mostra que, entre 714 diferentes grandes empresas industriais existentes nesse estado em 1935 – 521 pertenciam a imigrantes ou descendentes deles⁶². Não se pode contudo esquecer aqueles imigrantes qué, constituindo a grande maioria, se empregaram na indústria como operários e com cujas forças foi construída essa indústria. Lembramos acima, como A. F. Bandeira Júnior, que visitou fábricas de São Paulo em 1901, notou que quase todos os operários delas eram imigrantes – principalmente Italianos.

O que constitui a entrada do imigrante recém chegado ao Brasil nas fileiras da classe operária? Avanço ou degradação social?

⁶² Comp. E. Willems: *Immigrants...* Este autor diz que por ex. em 1930, quando a população de origem alemã constituía 12% dos habitantes de Porto Alegre, 32% das empresas industriais existentes na cidade pertenciam a imigrantes alemães ou a seus descendentes (*Aportaciones positivas de los imigrantes...*). *Sôbre o importante papel dos imigrantes como industriais* comp. também J. F. de Camargo: *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos económicos. Ensaio sôbre as relações entre a demografia e a economia*, São Paulo 1952.

Antes de se tentar dar uma resposta é preciso assinalar que o grupo imigrante na sua totalidade obteve uma relativamente grande possibilidade de avanço social. Esta gente, a maior parte das vezes saída da estagnante economia camponesa europeia, encontrou-se no seio de uma sociedade cuja economia se encontrava então em aberta expansão. Embora tais vertiginosas carreiras, como por exemplo a carreira de Matarazzo, não tivessem existido com certeza muitas⁶³, contudo a sociedade brasileira d'essa época possuiu um índice superior de mobilidade social que a sociedade, de cujos dados grupos de pessoas emigram. não cabe também esquecer que a imigração por natureza própria foi um processo positivo de seleção individual. Isto porque, como acima chamamos a atenção, não existiu concorrência por parte da força de trabalho dos negros com a das sociedades de imigrantes, portanto os imigrantes – a curto ou a longo prazo – foram subindo na hierarquia social. Instrutivos são sob este aspecto os estudos feitos por B. Hutchinson sobre a mobilidade entre gerações. Mostram eles que no período estudado o índice de mobilidade «para cima» foi muito maior no caso dos imigrantes do que no caso dos Brasileiros (comp. tabela 8). Foi isto possível, antes de tudo, diz Hutchinson, graças ao desenvolvimento geral do país e ao aparecimento de novas posições que ocuparam os imigrantes, e não a população originária⁶⁴. O camponês do Sul da Itália foi para o Brasil para melhorar a sua situação e, no geral, teve sorte: avanço até certo ponto na hierarquia social independentemente do lugar que ocupou dado que o seu ponto de partida foi muito baixo.

⁶³ No que diz respeito à carreira de Matarazzo comp. T. Mende: *L'Amérique Latine entre en scène*, Paris 1952. Matarazzo, filho de um imigrante dos arredores de Nápoles, tornou-se um dos maiores potentados económicos brasileiros. Entre os anos quarenta e cinquenta as suas fábricas consumiram tanta electricidade como todo o Peru. Nestes tempos, 150 mil habitantes de São Paulo estiveram direta ou indiretamente ligados com os trabalhos das fábricas Matarazzo.

⁶⁴ B. Hutchinson: *Mobilidade de estrutura e de intercâmbio na assimilação de imigrantes no Brasil*, «Educação e Ciências Sociais», Abril 1959, Agosto 1959.

Tabela 8. Status do respondedor em comparação com o status social do pai segundo o país de origem.

<i>País de proveniência</i>	<i>Status</i>		
	<i>superior</i>	<i>como o do pai</i>	<i>inferior</i>
Portugal	19,8	10,2	4,8
Itália	29,6	22,3	16,6
Espanha	3,5	5,4	9,5
Alemanha	2,3	2,0	–
Japão	2,9	2,0	2,4
Outros países	10,5	12,8	14,3
Brasileiros	31,4	45,3	52,4
Estrangeiros	68,6	54,7	47,6

Fonte: B. Hutchinson: *Condiditions of Immigrant Assimilation In Urban Brazil*, Seminar on Urbanisation Problems in Latin America, Santiago, Chile, July 1959, material copiógrafado. UN, Economic and Social Council, General, E/CN. 12/URB/13; UNESCO/SS/URB/LA/13; 1 X 1958

As acima apontadas circunstancias mostram que a entrada do imigrante nas fileiras do operariado fabril não foi de qualquer maneira ligada com a degradação social resultante da perda dos anteriores meios de produçãopossuidos. Como chama a atenção Cardoso, os imigrantes chegaram já ao Brasil sem serem já proprietários de meios de produção. Por isto a sua ida para a cidade, para a indústria, não se ligava com a perda de propriedade⁶⁵. Apenas este fato seria suficiente para confirmar as diferenças de formação da classe operária brasileira em comparação com o clássico modelo inglês. Pode-se talvez dizer mais: pensamos que para o pobre campones do Sul da Itália (tomando este exemplo) o fato de se tornar proletário constituiu um avanço social – não falando já dos imigrantes qualificados perante os quais o desenvolvimento industrial do Brasil e a falta de mão de obra qualificada abriu largas possibilidades. Passar a trabalhar na indústria significava uma melhoria em relação à situação no país natal, assim como a saída de más condições de vida, nas quais os

⁶⁵ . F. H. Cardoso: *Condições sociais da Industrialização de São Paulo...*

imigrantes caíram logo após a chegada a América. Estas condições podiam ser muito diferentes, mas por exemplo o princípio de uma das memórias enviadas em resposta ao apelo enviado à emigração polaca pelo Instituto Económico Social é sob este aspecto claro. «Estou muito contente com a ocasião escreve em resposta um camponês do Paraná, filho de um lavrador proprietário da província de Białystok – escrevo porque quero avisar os meus compatriotas que acreditem no que canto e não vão para este país selvagem para tais trabalhos forçados para o escárnio e desdém de ursos e para este sol que em cada canto quer matar a gente do país»⁶⁶.

Evidentemente que seria necessário ver a questão de perto. Não está fora de dúvidas que a imigração polonesa tenha caído em condições particularmente más. Dão isto a indicar os estudos feitos, sobre esta imigração, há alguns anos no Brasil⁶⁷. Não sem significado foi o fato de não existencia do estado polones e o que vai com isto, a falta de proteção consular etc.⁶⁸. Evidentemente que o ir trabalhar

⁶⁶ *Pamiętniki emigrantów. Ameryka Południowa [Memórias de emigrantes. América do Sul, Warszawa 1939, memoria n° 6. Instytut Gospodarstwa Społecznego [Instituto de Economia Social]. No que diz respeito às condições de vida da emigração polonesa, comp. toda esta publicação, assim como entre outros A. Dygasiński: Listy z Brazylii [Cartas do Brasil], in: Pisma wybrane [Obras escolhidas], vol 24, Warszawa 1953. Interessantes são igualmente dois documentos literários da época: M. Konopnicka: Pan Balcer w Brazylii [O Senhor Balcer no Brasil], Warszawa 1910 e A. Dygasiński: Na złamanie karku [Andar desvairado], in: Pisma wybrane, vol. 5, Warszawa 1950. Enumero estas posições a título de exemplo, porque a literatura, particularmente memórias, é a este respeito muito rica*

⁶⁷ Vide: O. Ianni: *Do polonês ao polaco*, «Revista do Museu Paulista», nova série, Vol. 12, São Paulo 1960 e também deste autor: *A situação social do patanes em Curitiba*, «Sociologia», Dezembro 1961. Comp. também O. Ianni: *Industrialização e desenvolvimento social...*, cap. 11.

⁶⁸ Vê-se isto mesmo no que está exposto na propaganda da emigração para o Brasil, edição publicada pela Sociedade Internacional de Colonos, das memórias de Woś-Saporski (*Pamiętnik [Memórias]*, Warszawa 1919). Neste aspecto do assunto presta a atenção S. Zaborski (*Cukier, złoto i kawa. Dzieje Brazylii [Açúcar, Duro e café. História do Brasil]*, Warszawa 1965). Contudo os estudos sobre a imigração polonesa no Brasil apresentam-se modestamente; não possui ela uma tal elaboração como a emigração polonesa para os EE.UU. (escrita por Thomas e Znaniecki). A emigração para o Brasil não encontrou contudo um vivo reflexo nos ricos estudos sobre o fenómeno da emigração da sociologia polonesa de antes da guerra. No que diz respeito a correntes migratórias que se dirigiram para o Brasil a relativamente melhor estudada é a imigração alemã (comp. antes de tudo J. Roche: *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, Paris 1959). Existem menores, mas interessantes trabalhos sobre a imigração italiana (vide entre outros C. Castaldi: *Mobilidade ocupacional de um grupo primário de imigrantes italianos...*; C. Castaldi: *O ajustamento do imigrante à comunidade paulistana. Estudo de um grupo de imigrantes italianos e de seus descendentes*, in: B. Hutchinson (ed.): *Mobilidade e trabalho*, Rio de Janeiro 1960; C. Castaldi: *Considerações sobre o processo de ascensão social do imigrante italiano em São Paulo*, in: *Anales de la II Reunión Brasileña de Antropología*, Ed. de la Universidad de Bahía 1957; C. Cecchi: *Determinantes – características da emigração italiana*, «Sociologia», Março 1957; C. Cecchi: *Estudo comparativo da assimilação e*

na indústria, não constituiria avanço para o colono alemão, no Rio Grande do Sul. Esses não foram para a indústria. Porém quantos existiram em relação a massa de imigrantes? Quantos imigrantes italianos se tornaram proprietários agrícolas? Vinte mil e poucos de entre mais de um milhão de Italianos que foram para o Brasil⁶⁹. O resto, em grande parte, encontrou apoio na indústria.

Gráfico 6. Migração para o Estado de São Paulo (em mil).

Fonte: J. F. de Camargo: *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos economicos*, São Paulo 1952.

Quando por sua vez a onda de imigrantes vindos de além mar à procura de trabalho cedeu à onda da migração interior, o que aconteceu nos princípios dos anos trinta (comp. gráfico 6), os imigrados empregados na indústria ou os seus descendentes como

marginalidade do imigrante italiano, «Sociologia», Maio 1957; J. A. Rios: *Aspectos políticos da assimilação do Italiano no Brasil*, «Sociologia», Agosto 1958, Outubro 1958). Com o nome de Hiroshi Saito estão ligados interessantes estudos sobre a imigração japonesa (vide entre outros H. Saito: *Alguns aspectos da adaptação de imigrantes japoneses no Brasil*, «Sociologia», Outubro 1958; H. Saito: *Mobilidade de ocupação e de status de um grupo de imigrantes*. «Sociologia», Setembro 1960; S. Izumi, H. Saito: *Pesquisa sobre a aculturação dos Japoneses no Brasil*, «Sociologia», Agosto 1953). Uma serie de tralhos sobre a história da imigração alemã a japonesa não enumerados aquí estão ligados também com o nome de Emilio Willems.

⁶⁹ Comp. L. C. Prestes: *O problema da terra e a Constituição de 1946*, Rio de Janeiro 1946

que automaticamente subiram na hierarquia social: foram como que empurrados para o cimo pela nova onda. Interessantíssimos são sob este aspecto os resultados do estudo feito por J. R. Brandão Lopes, que em 1957 numa das fábricas de São Paulo investigou a dependência entre o lugar ocupado na hierarquia social e a origem dos operários. Constatou-se que apenas 38% dos trabalhadores qualificados e dos empregados no departamento de control nasceram no Brasil (comp. tabela 9). À luz disto não admira a opinião de um dos operários – anotada por Brandão Lopes – que «Basta ser estrangeiro para ter cargos superiores!»⁷⁰. Isto graças antes de tudo a esta ocasional circunstância, devido a qual, os lugares inferiores da hierarquia social da indústria ocuparam as pessoas vindas para as regiões industrializadas nas ondas de migração interior, a entrada nas fileiras da classe operária resultou em consequência avanço social para o imigrante da Europa – mesmo se investigações concretas mostrassem que, apesar do que escrevemos, a sua mudança da posição de trabalhadores de plantações para a de trabalhadores da indústria fosse degradação social. A mesma circunstância confirmaria a tese sobre a avanço no caso de se reconhecer que o estudado caminho da classe operária estava ligado com a proletarização dos pequenos produtores – mas este processo teve lugar na Europa antes da chegada dos emigrantes ao Brasil.

⁷⁰ J. R. Brandao Lopes: *O ajustamento do trabalhador à indústria. Mobilidade social e motivação*, in: B. Hutchinson (ed.): *Mobilidade e Trabalho...* (Comp. a versao deste artigo no livro de J. R. Brandao Lopes: *Sociedade industrial no Brasil*, São Paulo 1964).

Tabela 9. Operários da fábrica «x» segundo o local de nascimento e posição ocupada na fábrica. 1957 (em %).

Local de nascimento	Operários			
	nao qualificados e pouco qualifi- cados (N= 329 = =82,3%)	qualificados e de controle (N= 50 = = 12,5%)	Mestres e técnicos (N= 21 = = 5,2%)	Total (N= =400= = 100%)
Interior de São Paulo e em outros estados, exceto o Nordeste	48,9	22,0	4,8	43,3
Cidade de São Paulo	7,0	14,0	–	7,5
Nordeste (+ Bahía)	25,2	2,0	–	21,0
Países estrangeiros	18,9	62,0	95,2	28,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: J. R. Brandilo Lopes: *O ajustamento do trabalhador á indústria. Mobilidade social e motivação*, in: B. Hutchinson (ed.): *Mobilidade e Trabalho*, Rio de Janeiro 1960, e J. R. Brandilo Lopes: *Sociedade industrial no Brasil*, São Paulo 1964.

Migração interior.

A terceira fonte de recrutamento da classe operária brasileira é a migração interior. Uma elevada proporção de operários de origem camponesa entre os operários de São Paulo foi confirmada tanto pelas investigações de B. Hutchinson, como pelos citados estudos de J. R. Brandao Lopes⁷¹. A migração interior no Brasil atingiu enormes proporções. Em 1940 3 451 000 pessoas viviam noutro estado que não nequele ande nasceram. Em 1950 este número atingiu 5 206 000⁷² pessoas. As tabelas 10 e 11 mostram as dimensoes da migração entre os diferentes estados. Não são el as as primeiras grandes migrações na história do Brasil. Efetivamente cada «ciclo» da economia brasileira provocou grandes movimentos

⁷¹ B. Hutchinson: *Conditions of Immigrant Assimilation in Urban Brazil*, Seminar on urbanization problems in Latin America, Santiago, Chile, July 1959, UN. Economic and Social Council, General. E/CN.12/URB/13. UNESCO/SS/UBR/LA/13. 1 X 1958; J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento do trabathador à indústria...* (comp. dêste autor: *Caractéristiques de l'adaptation des ruraux à la vie urbaine et industrielle de São Paulo, Brésil*, in: *L'Urbanisation en Amérique Latine*, UNESCO 1962).

⁷² Segundo L. A. Costa Pinto: *Economic Devetopment in Brazil*

migratórios. Segundo M. Pereira de Queiroz o campones do Brasil mostrou sempre uma enorme, e uma das maiores do mundo, mobilidade⁷³. A migração de boje diferencia-se contudo na direção (como se pode ver pelo gráfico 7 a maior corrente migratória dirige-se para as cidades do Sul) e nas dimensões.

Tabela 10. Migrações para São Paulo e Rio de Janeiro. 1950

<i>Brasileiros nilo paulistas por lugar de nascimento, residentes em São Paulo em 1950</i>		<i>Brasileiros nilo cariocas por lugar de nascimento, residentes no entilo Distrito Federal em 1950</i>	
Amapá, Rondônia, Rio Branco	10	Rio de Janerio	360 324
Acre	261	Minas Gerais	191 917
Amazonas	1 454	Espírito Santo	55 746
Pará	2 609	São Paulo	46 990
Maranhao	1 409	Pemambuco	45 157
Piauí	5 195	Bahía	44 936
Ceará	29 054	Alagoas	27 267
Rio Grande do Norte	6 987	Río Grande do Sul	21 788
Paraíba	10 712	Sergipe	20 089
Pernambuco	62 745	Ceará	18 061
Alagoas	56 788	Pará	16 579
Sergipe	25 033	Paraíba	23 209
Bahía	189 685	Río Grande do Norte	13 468
Minas Gerais	512 736	Santa Catarina	9 819
Espírito Santo	4 569,	Maranhao	8 475
Rio de Janeiro	56 076	Paraná	6 258
Distrito Federal*	18 172	Amazonas	6 669
Paraná	32 709	Mato Grosso	6 659
Santa Catarina	15 410	Piaui	3 581
Rio Grande de Sul	13 743	Goiás	1 715
Mato Grosso	5 632	Acre	1 115
Goiás	?		
Proveniencia desconhecida	16 419		
TOTAL	1080428	TOTAL	829822

* O estado de Guanabara de hoje

Fonte: I. F. de Camargo: *Exodo rural no Brasil, Ensalo sôbre suas formas, causas e canse. quências económicas principais*, São Paulo 1957.

⁷³ M. Pereira de Queiroz: *Les dasses sociates duna te Brésil actuel...*

As migrações em massa voltadas para os centros de trabalho citadinos e particularmente em direção das cidades do Sul tiveram início nos anos trinta do nosso século, atingindo a dimensão máxima nos princípios dos anos cinquenta (comp. gráfico 8).

Tabela II. Procedência dos migrantes entrados pela Hospedaria de imigrantes de São Paulo.

Estado de procedência	1952	%	1953	%	1957	%	1958	%
Bahia	113 758	45,6	38 409	34,8	9 987	22,7	14 889	14,6
Minas Gerais	44 480	17,8	21 551	19,5	11 251	25,6	15 931	15,7
Pernambuco	31 731	12,7	17 744	16,1	6 929	15,8	24 919	24,6
Alagoas	28 125	11,3	13 550	12,3	6 133	13,9	12 403	12,2
Ceará	15 025	6,0	9 814	8,9	1 690	3,8	18 007	17,7
Sergipe	9 182	3,7	3 333	3,0	2 411	5,5	4 803	4,7
Paraíba	3 148	1,3	2 457	2,2	1 326	3,0	5 855	5,8
Outra	4 137	1,6	3 521	3,2	4 248	9,7	4 856	4,7

Fonte: Movimento migratório para São Paulo, «Desenvolvimento e conjuntura», Maio 1960.

O movimento da população para o Sul teve lugar em todo o país (comp. gráfico 9 e a tabela 12 que apresenta o estado de coisas em

1950. Para os anos posteriores comp. a tabela 11)⁷⁴, O efeito das tratadas correntes migratórias foi provocar uma rápida urbanização da população.

Gráfico 7. Migração interna no Brasil.

Fonte: A. Trujillo Ferrari: *Movimientos migratorios internos y problemas de acomodacion del imigrante nacional em São Paulo (Brasil). Estudio preliminar*, Seminario sobre problemas de urbanizacion en America Latina, Santiago de Chile, 6 a 18 de Julio 1959, Naciones Unidas, Consejo Economico y Social, General E/CN.12/URB/LA/12; UNESCO/SS/URB/LA/12, 4 V 1959.

Em 1940 a população urbana do Brasil constituia 31% da população do país. Em 1960 este índice atingiu já 45% (comp.

⁷⁴ As migrações dos anos 1950 – 1960 foram estudadas na Polónia por A. Bonasewicz: *Zmiany zaludnienia w Brazylii w okresie 1950 – 1960 i ich powiązanie z gospodarką [Mudanças populacionais no Brasil no período 1950 – 1960 e suas conexões com a economia]* (Tese de doutoramento defendida no Departamento de Biologia e Ciências Geográficas da Universidade de Varsovia em Junho de 1964. Comp. resumo publicado in "Prace i Materiały» Centro de Pesquisas sobre os Países Subdesenvolvidos de Varsovia 1964, nº 4).

gráfico 10). O aumento da população urbana deu-se principalmente pelas vias do desenvolvimento das grandes cidades (comp. a tabela 13).

Gráfico 8. Migração interna no Brasil. Imigração para o Estado de São Paulo, 1900 – 1957 (em mil).

Fonte: A. Trujillo Ferrari: *Movimientos migratorios internos...*

O decênio 1940 – 1950, quando a população do Brasil aumentou de 28%, a população da cidade de São Paulo aumentou em 60%, Rio de Janeiro em 36%, e Belo Horizonte em 91%⁷⁵. O aumento da população das maiores cidades brasileiras nos últimos tempos mostra a tabela 13. Particularmente interessante apresenta-se em long a perspectiva o desenvolvimento de São Paulo. Pelo Gráfico

⁷⁵ J. Lambert: *Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques...*

11 pode ver-se o impetuoso aumento da população de São Paulo nos últimos tempos⁷⁶.

Gráfico 9. Migração interna no Brasil. Os que migram para o Sul, segundo a região de proveniência. Ano 1950.

Fonte : A. Vincente, W. de Carvalho (eds): *A população brasileira...*

⁷⁶ Sobre o desenvolvimento de São Paulo comp. entre outros P. Monbeig: *La croissance de la ville de São Paulo...*; Estado de São Paulo. Quarto centenário da Cidade de São Paulo Homenagem do Banco do Brasil, 1954; R. M. Morse: *From Community to Metropolis. A Biography of São Paulo, Brazil*, Gainesville 1953. Diga-se entre parenteses que o aceleramento na urbanização, e em especial o desenvolvimento de grandes metrópoles, tem lugar nos últimos tempos em toda a América Latina. De publicações não velhas, nas quais este processo encontrou reflexo comparar entre outras a *L'urbanisation en Amérique Latine...* e *Le problème des capitales en Amérique Latine*, Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique (materiais do seminário que teve lugar em Toulouse em Fevereiro de 1964).

Tabela 12. Crescimento das maiores cidades brasileiras devido à natalidade e à migração. Anos 1940 - 1950.

Cidades	Crescimento natural		Crescimento pela imigração	
	Número	%	Número	%
Rio de Janeiro	175 764	28,66	437 546	71,34
São Paulo	239 553	27,48	632 282	72,52
Recife	42 551	24,14	133 707	75,86
Salvador	37 121	29,28	89 671	70,72
Belo Horizonte	41 867	29,62	99 480	70,38
Porto Alegre	34 088	27,96	87 831	72,04
Fortaleza	33 080	36,76	56 904	63,24
Belém	34 575	71,12	14 043	28,38

Fonte: J F. de Camargo: *Êxodo rural no Brasil. Ensaio sôbre suas formas, causas e consequências econômicas principais*, São Paulo 1957, e *A população brasileira. Estudo e interpretação*, coordenação e redação de A. Vicente, W. de Carvalho, Rio de Janeiro 1960.

Gráfico 10. População urbana e rural no Brasil

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1962.

Parte do aumento da população urbana é, coisa clara, resultante da natalidade infantil. Entretanto, como resultado da tabela 12, que mostra as origens do aumento da população de sete das maiores capitais estatais, um fator decisivo foi de longe a migração para as cidades. O assunto apresenta-se de resto, de uma maneira semelhante em todo o Brasil (comp. gráfico 12).

Na literatura encontra-se frequentemente duas explicações sôbre as causas dos movimentos populacionais na Brasil. Ambas, como nos

parece, transplantadas de estudos feitos sôbre emigrações das aldeias nos países europeus desenvolvidos e ambas no que diz respeito ao Brasil sem razão.

Tabela 13. População urbana das maiores cidades do Brasil

Cidades	1940	1950	1960
Rio de Janeiro	1 519 010	2 335 931	3 223 408
São Paulo	1 258 482	2 041 716	3 164 804
Recife	323 177	522 466	788 569
Belo Horizonte	177 004	346 207	642 912
Salvador	290 443	395 993	630 878
Porto Alegre	259 246	381 964	617 629
Belém	164 673	230 180	359 988
Fortaleza	140 901	213 604	354 942
Curitiba	124 507	141 349	344 560
Santos	155 894	201 739	262 048

Fonte: J. Beaujeu-Garnier: *Les migrations au Brésil*, «Informations Géographiques» Dezembro 1962.

Gráfico 11. Crescimento populacional da cidade de São Paulo 1872 – 1960.

Fonte: P. Monbeig: *La croissance de la vilté de São Paulo*, Grenoble 1953; *Anuário Estatístico do Brasil*, 1962.

Gráfico 12. Fontes de crescimento da população urbana de 1940 – 1950.

Fonte: A. Vincente, W. de Carvalho (eds): *A população brasileira...*

Segundo alguns sociólogos brasileiros a emigração do campo (do que as migrações interiores são uma das consequências) é provocada principalmente pelo progresso técnico na agricultura e pelo aumento demográfico no campo. Um tal ponto de vista tem por exemplo J. F. de Camargo⁷⁷. Entretanto, segundo as suas próprias investigações sobre a mecanização do trabalho na agricultura brasileira resulta que a maior migração de pessoas das aldeias para as cidades não se dá nos estados que possuem uma agricultura mais mecanizada⁷⁸. Quando se olha os resultados obtidos por ele levanta-se a pergunta – se por acaso não a modernização, mas o atraso da agricultura é a causa de fuga de gente da aldeia. Na verdade, ao examinar-se este assunto seria preciso ter em consideração o que é específico de cada um dos estados. Talvez que por exemplo, no estado de São Paulo, onde uma grande parte da produção agrícola provém de fazendas modernas de tipo capitalista, exista a migração do campo para a cidade provocada pelo desenvolvimento da mecanização do trabalho, e a não figurante migração na estatística porque se considera antes de tudo a mobilidade de população entre estados. Apoiando-se exclusivamente nesta causa da migração, passa-se por cima de todo o êxodo do campo, o qual tem lugar nos estados atrasados. À margem disto há uma pergunta: se a emigração do campo no estado de São Paulo não é uma consequência indireta do

⁷⁷ J. F. de Camargo: *Exodo rural no Brasil. Ensaio sobre as formas, causas e consequências econômicas principais*, São Paulo 1957.

⁷⁸ Comp. *ibidem*, a tabela «Instrumentos agrários existentes em estabelecimentos agropecuários».

êxodo do campo nos estados atrasados. Numerosos migrantes dos estados do nordeste não se dirigem diretamente para a cidade de São Paulo, mas vão para as plantações de café, dispensando uma certa quantidade da anterior força de trabalho – frequentemente dos antigos migrantes.

Errado parece-nos também atribuir uma atenção especial ao fato de criação de novas lugares de trabalho na indústria (originados pela industrialização) como causa da migração, tendo contudo toda a razão O. Ianni quando diz que as migrações interiores são a transição da força de trabalho excedente para as regiões onde ela falta⁷⁹.

Sem dúvida o rápido desenvolvimento económico do Sul do Brasil dá sentido e explica no geral a existência de correntes migratórias que se dirigem nessa direção. Por acaso salientar o fator da industrialização como causa da migração ao é uma translantação para o atual Brasil da experiência histórica da Europa? Na história da Europa capitalista o desenvolvimento fundamental das cidades foi feito em função do desenvolvimento da indústria nessas cidades; difícil é porém defender tal tese em relação ao Brasil de hoje. Para dar um exemplo de falta de razão em tal raciocinação: nos anos 1950 – 1960 em Salvador (Bahia) por 235 000 migrantes recém chegados a cidade esperava 5000 empregos na indústria⁸⁰. Como convincente apontou nos seus estudos estatísticos W. Bazzanella, os processos de industrialização e de urbanização são hoje no Brasil processos em grande medida independentes. Como resulta das suas investigações existe uma muito mais estreita correlação entre o desenvolvimento do sector terciário (serviços) e o aumento da população na cidade que entre a aumento da população e o desenvolvimento da indústria⁸¹. É fácil cair em paradoxos neste ponto: os investimentos industriais podem

⁷⁹ O. Ianni: *Industrialização e desenvolvimento social*.. Por exemplo T. P. Accio1 y Borges defende o ponto de vista que o aumento da migração interior durante o último decénio é resultado da rápida industrialização do país e do aparecimento de novas possibilidades de trabalho em determinadas regiões (*Rapport entre le développement économique, l'industrialisation et l'accroissement de la population urbaine au Brésil*, in: *L'urbanisation en Amérique Latine...*).

⁸⁰ J. Beaujeu-Garnier: *Les migrations au Brésil*, «Informations Géographiques», Dezembro 1962.

⁸¹ W. Bazzanella: *Industrialização e urbanização no Brasil*, «América Latina», Janeiro – Março 1963.

provocar o desemprego – até porque a modernização da indústria ocasiona frequentemente uma diminuição de lugares de trabalho, também porque, por exemplo, o tomar conhecimento da construção de uma nova fábrica atrai novos desempregados. Os investimentos industriais modernos frequentemente criam poucos novos lugares de trabalho. Fato é que nos anos cinquenta, ou seja no período de tensão migratória, o Brasil apresentava uma estagnação de empregos na indústria⁸². Uma característica dramática particular são as manifestações de desempregados na nova capital – Brasília⁸³. As correntes migratórias levam para as cidades muito mais gente do que a indústria pode absorver. Os aí chegados enchem os bairros da miséria, a migração aparece como «uma transferência mecânica do subemprego rural para a órbita do desemprego e subemprego urbanos»⁸⁴.

Quase em todo o Terceiro Mundo o índice de afluência de pessoas às cidades ultrapassa o índice de industrialização⁸⁵. Como chama a atenção I. Sachs, os custos do processo urbanístico no Terceiro Mundo são tão elevados, entre outras, porque não resulta ele da necessidade de força de trabalho pela indústria. Não é a indústria que atrai a gente, mas sim porque a gente foge perante o desespero da vida na aldeia⁸⁶. Não é a cidade que os atrai, é a miséria que os atira fora da aldeia.

Querendo-se compreender as causas da migração interior no Brasil é preciso prestar atenção a dois fenômenos: diferenças no grau de desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil e as relações sociais no campo. Ambos, que de resto se condicionam mutuamente, decidem sobre a pobreza do camponês brasileiro-pobreza, perante a qual tem de fugir.

A diferenciação do índice de desenvolvimento das diferentes regiões não é um fenômeno específico brasileiro. Aparece nos

⁸² Comp. E. Fischlowitz: *Les problèmes de main-d'oeuvre au Brésil*, «Revue Internationale du Travail», Abril 1959.

⁸³ Comp. «Le Monde» de 22 e 23 de Março 1964.

⁸⁴ E. Fischlowitz: *Desenvolvimento econômico e mão-de-obra*, «Desenvolvimento e conjuntura», Março 1962.

⁸⁵ Comp. entre outros P. Hauser in *Industrialization and Society*, ed. by B. F. Hoselitz and W. E. Moore, UNESCO-Mouton 1963.

⁸⁶ I. Sachs: *Drogi i manowce świata «B» [Caminhos e desvios do mundo «B»]*, Warszawa 1964.

diferentes países que entram nas vias do rápido desenvolvimento capitalista⁸⁷. A Polónia de entre as duas grandes guerras mundiais conheceu a divisão em região «A» e região «B», conhecem-na a Itália, México, Paquistão, Índia e muitos outros países. No Brasil os citados fenómenos aparecem com toda a tensão. Segundo a conhecida expressão de J. Lambart neste país existe a bem dizer «dois Brasis» – um, industrializado, moderno, e o outro, agrícola e atrasado⁸⁸. No Brasil «B» (Nordeste com os estados de Sergipe e Bahia) habita mais de 1/3 da população do país. Aos seus 34% da população cabe apenas 14,3% da renda nacional do Brasil⁸⁹. As diferenças na renda média por habitante entre o estado mais rico e o mais pobre formam-se no Brasil na proporção de 1:10 (comp.tabela 14), mas como resulta da tabela 15. existe uma tendência duradoura que as farão aumentar. A diferença no nível da renda entre o Nordeste e o Sul é, como afirma Furtado no relatório que serviu de base à abertura do SUDENE⁹⁰, sem dúvida o maior problema, que o Brasil enfrenta na presente etapa do seu desenvolvimento económico. Esta diferença é maior – diz Furtado – do que entre o Sul brasileiro e os países industrializados da Europa Ocidental. O Nordeste brasileiro apresenta-se como a zona do hemisfério ocidental mais extensa e mais populada, que possui uma renda per capita inferior a 100 dólares. A renda média do habitante do Nordeste é, segundo Furtado, menor que 1/3 da renda do habitante do Sul⁹¹.

⁸⁷ Comp. W. Kula: *Sektory i regiony zacofane w gospodarce wczesnego kapitalizmu* [Soteres e regiões atrasadas na economia dos começos de capitalismo], «Kultura i Społeczeństwo», 1961, n.º 3.

⁸⁸ J. Lambert: *Os dois Brasis...*

⁸⁹ Segundo I. Sachs: *Niektóre aspekty rozwoju gospodarczego Brazylii...* [Alguns aspectos do desenvolvimento económico do Brasil.]

⁹⁰ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – organismo criado em 1959 com o fim de coordenar os esforços tendentes ao desenvolvimento do Nordeste do Brasil

⁹¹ Segundo A. O. Hirschman: *Journeys Toward Progress. Studies of Economic Policy-making in Latin America*, New York 1963, cap. 1 (nele uma interessante revista da história das lutas do hornern contra o atraso e a miséria no Nordeste).

Tabela 14. Renda *per capita* segundo estados. Ano 1960.

<i>Estado</i>	<i>Cruzeiros</i>
Amazonas	24 898
Pará	15 703
Maranhão	9 213
Piauí	7 710
Ceará	12 038
Rio Grande do Norte	15 177
Paraíba	14 430
Pernambuco	16 194
Alagoas	13 526
Sergipe	14 652
Bahia	14 913
Minas Gerais	18 991
Espírito Santo	17 285
Rio de Janeiro	25 449
Guanabara	77 963
São Paulo	47 600
Paraná	29 651
Santa Catarina	23 996
Rio Grande do Sul	32 136
Mato Grosso	20 909
Goiás	14 714
BRASIL	26 997

Fonte: O. Ianni: *Estado, e Capitalismo. Estrutura Social e Industrialização no Brasil*, Rio de Janeiro 1965.

Tabela 14. Renda *per capita* em por-cento da média nacional.

<i>Regiões e estados</i>	1939	1949	1958
Nordeste	62	46	39
Piauí	59	29	24
Sul	140	146	147
São Paulo	156	182	183

Fonte: I. Sachs: *Niektóre aspekty rozwoju gospodarczego Brazylii [Alguns aspectos do desenvolvimento economico do Brasil]*, «Ekonomista», 1962 n° 1.

As diferenças de que falamos são ainda maiores se se tomar em consideração que nas diferentes regiões a renda é desigualmente dividida entre os diferentes ramos da economia e camadas da população. A renda *per capita* dentro das fronteiras do Nordeste é,

por exemplo, mais de duas vezes superior nas cidades de que no campo (comp. tabela 16).

Tabela 16. Renda *per capita* no setor agrícola e no urbano, das diferentes regiões geográficas (em cruzeiros).

<i>Regiões</i>	<i>Cidade</i>	<i>Aldeia</i>
Norte	24 373	4 988
Nordeste	16 253	6 493
Leste	33 651	9 959
Sul	39 764	20 443
Centro-oeste	13 595	11 928
BRASIL	32 451	14 808

Fonte: J Pastore: *Conflito e mudança social no Brasil rural*. «Sociologia» Dezembro 1962.

Há teses em que o proprietário agrícola no Nordeste é também pobre, em comparação com a riqueza da região de São Paulo⁹², que no Brasil se opõem a si próprias não classes, mas épocas⁹³, que ensombram apenas o quadro da situação no Nordeste. A diferença no montante das riquezas mesmo numa região pobre é enorme. Como poderia ser de outra maneira se, por exemplo no estado Amazonas, em 1950, 11% das fazendas de superfície superior a 500 ha ocupavam 91,3% da terra arável⁹⁴. Como poderia ser outra coisa se em todo o Brasil há por um lado 408 424 fazendas agrícolas de superfície inferior a 5 ha, que ocupam apenas 0,49% da terra arável, e por outro lado 1611 latifúndios de uma superfície superior a 10 000 ha que ocupam 19,4% da terra arável. De entre estes latifúndios 60 ultrapassam os 100 000 ha (1000 km²) de superfície, isto é a superfície do estado de Guanabara⁹⁵. Como pode ser outra coisa se de uma maneira geral, no Brasil domina a grande

⁹² Comp. J. Lambert: *Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques...*

⁹³ Comp. P. Calmon: *História social do Brasil*, São Paulo.

⁹⁴ Segundo J. Pastore: *Conflito e mudança social no Brasil rural*, «Sociologia», Dezembro 1962.

⁹⁵ A. Passos Guimarães: *Kwestia rolna w Brazylji [Problema agrário no Brasil]*, Instituto de Economia Agrária. Departamento de Política Agrária, «Studia i Materiały», Warszawa 1965, cado 92. De acôrdo com novos dados existe já 1710 fazendas com uma superfície superior a 10000 ha (*O censo agrícola de 1963. Alguns dados preliminares*, «Desenvolvimento e conjuntura», Setembro 1963).

propriedade da terra (comp. gráfico 13), que de resto parte das suas terras não são cultivadas⁹⁶.

Gráfico 13. Estrutura agrária do Brasil, em 1960.

Fonte: *La agricultura brasileña*, «Panorama Economico Latinoamericano», La Habana 1965, n° 152, 153.

Esta estrutura da propriedade da terra acarreta a miséria ao camponês e as mais diferentes formas da sua dependência ao proprietário. A desenvolvida legislação social do Brasil não ultrapassa as muralhas da cidade. Pode-se facilmente imaginar a situação do camponês num tal sistema de coisas. Francisco Juliao, dirigente das já não existentes boje Ligas Camponesas, condena: «Quem se detém diante dessa paisagem, logo vislumbra (sem necessidade de luneta), porque cresce diante dos olhos, a miséria do camponês, sem terra ou de pouca terra, que sobrepuja a todas as misérias, até mesmo a das massas urbanas enjauladas como animais sem fibra no macambo do Recife, na favela do Rio ou na maloca de Pôrto Alegre. Esmagado pelo pêso cruel do latifúndio, com todas as sobrevivências feudais de que se nutre, êsse camponês que forma a

⁹⁶ A. Passos Guimarães (*ibidem*) afirma que de 232 milhões de hectares de terra arável e de pastagem (não contando 600 milhões de hectares que poderiam ainda ser cultivados) são cultivados apenas 20 milhões de hectares, o que constitui 9% da superfície de terra arável e 2,5% da superfície total da país. sobre a questão da estrutura da propriedade da terra no Brasil comp. entre outros: *Land Tenure Conditions and Socio-economic Development of the Agricultural Sector*. Brazil, Pan American Union 1966; M. Correia de Andrade: *A terra e o homem no Nordeste*, São Paulo 1963; D. Ribeiro: *La estructura agrária de Brasil*, «Panorama Económico Latinoamericano», 1966, nos 220, 222, 223; C. Prado Júnior: *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, «Revista Brasiliense», 1960, n° 28 e dêste autor: *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, «Revista Brasiliense», Setembro – Outubro 1962.

maioria da população do Brasil, não se comporta como ser humano, mas como vegetal [...] Crimes são praticados, diariamente, pelos latifundiários, cuja polícia privada age sob as vistas complacentes e com a própria conivência da polícia do governo [...] Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam os casebres e arrancam, de tratar, as fruteiras dos camponeses, rebelados contra o aumento extorsivo do fôro, o "cambão", o "vale do barracão", o "capanga"⁹⁷, o salário de reme. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam com eles até pela cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas [...] Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, senda os pedaços de sua carne oferecido aos cães para servir exemplo [...]»⁹⁸. Não são ainda os mais horrorosos exemplos, que Julião tem para contar. Evidentemente que se pode fazer a pergunta até que ponto a deposição de Julião é objetiva – porque o livro de que tiramos o fragmento citado devia ser antes de tudo instrumento de luta. Contudo o quadro que se apresenta ao ler-se a descrição de por exemplo R. Dumont – observador com certeza mais objetivo – é igualmente trágico. Não há nela narrações de atrocidades, mas é tanto mais trágico quanto mostra a situação do dia a dia⁹⁹. A dura

⁹⁷ Alusão ao, espalhado em toda a América Latina, sistema de pagamento dos operários agrícolas com bônus válidos apenas nas lojas que se encontram nos terrenos da fazenda. Alguns pensam que este sistema reduz o valor do salário a 1/10 do valor nominal, não falando que na prática pode ocasionar uma total dependência do trabalhador ao proprietário da fazenda. Interessantes observações sobre o funcionamento deste sistema faz R. Dumont nos capítulos, respeitantes ao Brasil, do seu livro *Terres vivantes. Voyage d'un agronome autour du monde*, Paris 1961. Os preços dos artigos alimentares na mercearia da fazenda visitada por Dumont – seja no local de produção – eram mais altos que na cidade

⁹⁸ F. Julião: *Que São as Ligas Camponesas?*, Rio de Janeiro 1962. Francisco Julião, sujeito dos seus cinquenta anos, é descendente de uma família camponesa do Nordeste. Trabalhou no Recife como advogado. Foi deputado da Assembleia Estatal. Aproveitando-se das regalias que usufruía pelo fato de ser deputado, organizou os camponeses no Nordeste brasileiro. O citado livro tornou-se o seu programa. O desenvolvimento das Ligas Camponesas foi interrompido devido aos acontecimentos que tiveram lugar após a queda do governo Goulart. Presentemente o próprio Julião está emigrado no México (comp. a entrevista feita com ele por M. Bosquet, e que foi publicada no «Le Nouvel Observateur» dos dias 9 – 15 III 1966).

⁹⁹ R. Dumont: *op. cit.* Na literatura polonesa sobre as relações sociais existentes na aldeia brasileira comp. W. R ó m m e l, I. S a c h s: *W kraju kawowych plantacji. O stosunkach rolnych w Brazylii* [No país de ptantaço es de café. sobre as relações sociais na agricultura do Brasil], Warszawa 1955.

situação do campo brasileiro encontrou também o seu reflexo na literatura¹⁰⁰.

Vinte anos atrás Prestes proferiu no parlamento o seu famoso discurso sobre o problema agrário no Brasil¹⁰¹. Até ao dia de hoje o seu discurso não perdeu a sua atualidade. O discurso de Julião não contradiz as verdades proferidas por Prestes nesse discurso¹⁰².

No Nordeste a expectativa da longevidade média humana é de 27 anos. Na generalidad e admite-se que a sociedade na qual este índice é inferior a 30 anos, é condenada ao desaparecimento... Por cada 1000 crianças nascidas no Nordeste 400 morre antes de atingir um ano de idade. Apenas uma pequena percentagem de camponeses sabe ler e escrever. Segundo R. Dumont a renda anual média *per capita* no setor agrícola do Nordeste é de 84 dólares. No caso dos operários agrícolas que trabalham plantações de cana do açúcar esta soma cai a 34 dólares. Quando Dumont visitou o Brasil o salário diário do operário agrícola basta para comprar um kilo de mandioca, que sob o ponto de vista do valor alimentício é muito fraco. Segundo Dumont era um dos mais baixos salários no mundo¹⁰³.

No Brasil o número de calorías consumidas por pessoa diariamente é de 2200 – 2400. Na bacia do Amazonas esta quantidade é de 1800 – 2000 e no Nordeste a quantidade média de calorías cai a 1700. No geral é aceite que uma pessoa que trabalhe normalmente precisa de 2500 – 3000 calorías por dia. No estado de Paraíba 50% das pessoas nunca bebeu leite e 76% não conhece batatas¹⁰⁴.

É possível estranhar que o Nordeste seja uma região de contínua efervescência social? Desde anos no Nordeste têm origem fenômenos tais, como transferência de pessoas de localidade e para

¹⁰⁰ Das posições mais antigas comp. entre outras os livros do J. Amado: *Terras do Sém Fim, São Jorge dos Ilhéus, Seara Vermelha, O cavaleiro da esperança*; e do J. Linsdo Rego: *Menino de Engenho*, José Olympio Editora, s.d. Não há muito apareceu em Paris um romance de J. d e Castro que não pôde ser publicado no Brasil (*Des hommes et des crabes*, Paris 1966).

¹⁰¹ L. C. Prestes: *A problema da terra...*

¹⁰² Comp. particularmente o discurso de F. Julião na reunião das Ligas Camponesas em Ouro Preto (*Le Bréilt, pays chrétien ...*, in: L. Huberman, P. M. Sweezy (ed); *Ou va l'Amérique Latine?*, Paris 1964).

¹⁰³ R. Dumont: *op. cit*

¹⁰⁴ P. Rondière: *Délirant Brésil?*, Paris 1964.

localidade, incêndios em plantações e ocupação dos latifúndios pelos camponeses. Nas mudanças políticas no Brasil em 1964 talvez não um pequeno papel desempenharam os acontecimentos de Fevereiro desse ano quando 30 000 camponeses do estado de Góias resolveram ocupar as terras não cultivadas dos latifundiários. Esta notícia toma especial significação na confrontação com os dados sobre a estrutura agrária desse estado¹⁰⁵. A resposta por parte dos latifundiários foi a organização de grupos armados prontos a atacar qualquer dos sem terra a invadir as terras dos latifundiários¹⁰⁶.

- O derrubamento do governo de Goulart (1 IV 1964) travou o desenvolvimento do movimento camponês, mas a situação não melhorou. Uma das primeiras medidas do novo governo (ainda antes da presidência de Castelo Branco) foi a anulação do promulgado por Goulart sobre a reforma agrária limitada¹⁰⁷. A imprensa noticia frequentemente novas movimentações camponesas no Brasil. A 13 I 1967 cerca de mil camponeses famintos ameaçaram fazer uma irrupção numa localidade situada no vale Jaguaribe (estado do Ceará)¹⁰⁸. Dez dias mais tarde camponeses com fome tomaram uma loja comercial em Santana do Acarau e ameaçaram tomar as mercadorias dela. As autoridades locais pediram a intervenção do governo do estado do Ceará¹⁰⁹. A palavra «fome» insere uma grande parte da verdade e sobre o campo brasileiro.

¹⁰⁵ Comp. *Estrutura agro-industrial do Estado de Góias*, «Desenvolvimento e Conjuntura», Junho 1963.

¹⁰⁶ Comp. os jornais «Trybuna Ludu» de 15 II 1964 e «Le Monde» de 15 II 1964. Comp. também o artigo de I. Guimarães: *La «guerre de la terre», au Brésil*, «Le Monde», 4 III 1964. Interessantes observações feitas «no quente» e respeitantes ao papel do problema agrário após a queda do governo Goulart publicou Ari Milano artigo *Tout peut s'impToviser au Brésil... sauf la révolution* «France Observateur», 16 IV 1964).

¹⁰⁷ O decreto previa a expropriação e a partilha entre os camponeses das terras não cultivadas dos latifúndios que se estendiam no espaço de 10 km de cada lado das estradas, estradas de ferro e canais de irrigação

¹⁰⁸ Segundo «Le Monde» de 14 I 1967.

¹⁰⁹ Segundo «Le Monde» de 22 – 23 I 1967. Um livro clássico sobre a fome no Brasil é o livro de J. de Castro: *Géographie de la faim. La faim au Brésil*, Paris 1949. Sobre manifestações camponesas comp. entre outros, J. Pastore: *Conflito e mudança social no Brasil rural...*; F. H. Cardoso: *Tenões soítas no campo e reforma agrária*, «Revista Brasileira de Estudos políticos», Outubro 1961; J. de Castro: *Une zone explosive. Le Nordeste du Brésil*, Paris 1965. De livros clássicos sobre o Nordeste vide G. Freyre: *Nordeste*, Rio de Janeiro 1951. De trabalhos recentes comp. também E. Aubert de la Rüe: *Brésil aride. La vie dans la caatinga*, Paris 1957.

Em face de tal situação a população camponesa está, como nota J. R. Brandão Lopes, sempre pronta a mudar a sua localidade de residência à procura de melhores condições de vida. Para esta predisposição é suficiente haver um pior ano agrícola para que a gente jovem, se ponha a caminho de São Paulo a procura de sorte¹¹⁰, Sempre foi assim. No Nordeste criou-se já a tradição de fuga perante a seca¹¹¹. A reacção na seca foi sempre a fuga das pessoas, dos terrenos ameaçados, que ainda podiam fugir¹¹². Hoje estas migrações são facilitadas pela existência de estradas onde cursam camiões. Há hoje gente que se ocupa a convencer os crédulos nordestinos a transferirem-se para o Sul, explorando-os no caminho ou fazendo negócio com eles dando-os para trabalhar nas plantações. Por todos os meios, vencendo enor mes dificuldades, a pé, em camiões, por estrada de ferro, doentes, atacados pela malária correm os migrantes em direção à «terra prometida»¹¹³. Não tem nada a perder. No geral são gente no va (16 – 22 anos), sós – embora outros membros de suas famílias já tivessem também numa certa ocasião migrado ou que virão a migrar. A migração de famílias completas têm lugar principalmente dentro das fronteiras apenas do estado de São Paulo. Em grandes distâncias pertencem à raridade.

¹¹⁰ J. R. Brandão Lopes: *Caractéristiques de l'adaptation des ruraux á la ite urbaíne et industrielle de São Paulo, Brésil*, in: *L'urbanisation en Amértque Latíne...*

¹¹¹ Algumas destas secas passaram à história do Brasil, como por exemplo a chamada «grande seca» dos anos 1790 – 1793, como a seca de 1824 – 1825, a dos anos 1877-1879. Esta última causou a morte de 57 780 pessoas e a fuga de 125 000, a perda de 180 000 cabeças de gado. Entre os fugitivos houve casos em que de fome comeram cadáveres humanos. A seguinte horrível seca que pairou sôbre o país em 1915 provocou 300 000 vítimas, 42 000 pessoas puseram-se em marcha, morreram 68000 de gado vacuum, mais de 2 milhões de cabras, 112 000 mulas e 211 000 cavalos (Segundo R. Bastíde: *Brésil. Terre des contrastes...*).

¹¹² «São isto tristes marchas fantásticas de centenas de milhas terrestres a procura de terra prometida. Os seus sacos quase vazios contém no melhor das hipóteses um pouco de farinha, um pouco de açúcar. Prontos a todas as marchas, com camas de rede, com crianças ás costas, os sertanejos encontram pela frente desertas elevações e extensas terras sêcas. Sem nenhuma reservas percorrem o caminho em toda a miséria. Nestas longas marchas perdem o resto de suas forças, agravam os trágicos efeitos da fome» – escreve sôbre estas migrações J. de Castro (*Géographie de la faím...*). Na literatura brasileira há uma interessantíssima narração inspirada na marcha de uma família camponesa provocada pela seca e que foi escrita por Graciliano Ramos: *Vidas sêcas* (ed. poi. *Zwíedłó życie*, Warszawa 1950).

¹¹³ Comp. W. .Rómme1, I. Sachs: *W kraju kawowych plantacji...* [No país de plantações de café...].

Nos anos 1940 – 1950 o Nordeste perdeu um milhão de habitantes a proveito do resto do Brasil¹¹⁴. O recenseamento da população de 1950 mostrou que cerca de dois milhões de pessoas originárias do Nordeste vivia noutras regiões. Para a gente que emigra do Nordeste a realidade encontrada no decurso da viagem, independentemente de poder se apresentar muito má ela sempre é melhor que a existência sem esperanças nas regiões agrícolas do Nordeste. Nem sempre se dirigem para o centro industrial paulistano. Vão também para as capitais dos seus estados ande não há indústria. Vão para ande lhes que será um pouco melhor (comp. gráfico 14). Também se pode ir à procura de ouro. As migrações contemporâneas do Nordeste não são tão diferentes das conhecidas na história do Brasil correntes migratórias para as terras onde começou o *boom* de qualquer monocultura, ou onde foram encontradas pedras preciosas. A história de Cristalina é aqui não antiga, mas com certeza não o último exemplo¹¹⁵. E a migração em direção a Brasília? Quando correu a notícia de que se podia ganhar dinheiro na construção da nova capital, caiu lá uma multidão de migrantes. Segundo o recenseamento de 1960 1/4 dos habitantes do Brasil era originária do Nordeste¹¹⁶. É preciso ter uma noção exata sobre o baixo ponto de partida dos migrantes de que se fala, para vermos que a sua transição para as fileiras do proletariado industrial constitui para eles um avanço social.

¹¹⁴ J. Lopes de Andrade: *Les migrations dans le Nord-Est du Brésil*, «Cahiers Internationaux de Sociologie», Janeiro – Junho 1954

¹¹⁵ No dia 26 de Fevereiro de 1965 na povoação de Cristalina, situada a cerca de 100 km da capital do Brasil, Brasília, foi descoberta uma das mais ricas, na história do Brasil, jazidas de cristais naturais. Durante um mês a vila Cristalina viu a sua população aumentar de 10 000 novos habitantes. O movimento populacional que se deu em direção a Cristalina fez lembrar o *boom* da borracha dos começos do século (segundo notícias da imprensa). Este fenómeno sem dúvida, merecia uma análise aprofundada.

¹¹⁶ 23% dos habitantes da idade eram originários do próprio estado de Goiás, uns 20 % do vizinho estado de Minas Gerais, 13,6 % da Bahia, 7,4% do Ceará, 6,3% de Pernambuco, 6,1% de Paraíba, 5,3% de São Paulo, 4,6% de Piauí (segundo J. Beaujeu-Garnier: *op. cit* e Brasília em números, «Desenvolvimento e conjuntura», Março 1960).

O simples fato de mudarem para a cidade é já um avanço. Em primeiro lugar – na cidade pode-se pelo menos procurar a possibilidade

Gráfico 14. Migração interna no Brasil. Os que migram do Nordeste, segundo as direções da emigração.

Fonte: A. Vincente, W. de Carvalho (eds): *A população brasileira...*

de melhorar as condições de vida. Na verdade depois de chegar à cidade não há trabalho, mas há a esperança de que um dia se encontrará. E embora segundo B. Hutchinson o índice de mobilidade social em São Paulo seja menor que por exemplo em Buenos Aires, é todavia superior que no campo, nas regiões do nordeste¹¹⁷. O simples fato da chegada de navas imigrantes

¹¹⁷ B. Hutchinson: *Social Mobility Rates in Buenos Aires, Montevideo and São Paulo. A preliminary comparison*, «América Latina», Outubro – Dezembro 1962. Sobre o problema da oposição entre o

ocasiona o ascenso dos antigos aí instalados para o topo da hierarquia social¹¹⁸. Em segundo lugar, como que não fosse mau na cidade ao recém-chegado – é nela melhor que no campo. «O pavimento das grandes cidades é avanço social, mesmo se se dorme nas ruas ou num barracão feito à pressa com latas e tábuas de caixotes» – afirma I. Sachs¹¹⁹. Estudos concretos confirmaram que, por exemplo, a alimentação dos migrantes em São Paulo, se bem que fatal, é melhor que nas regiões donde saíram¹²⁰. O mesmo acontece com as condições de vivenda nos bairros da fome¹²¹. Alguns ideólogos são de opinião que as contradições sociais não são tão explosivas nas cidades como nas aldeias, porque na cidade, mesmo as camadas que vivem nos piores níveis estão integradas numa sociedade moderna¹²².

Por todas estas razões as pessoas deitadas fora das suas terras natais pelas relações existentes no campo dirigem-se para as cidades enchendo as «favelas», bairros da miséria, que começaram a desenvolver-se com a checada às cidades dos escravos libertados. Estes bairros da miséria chamam-se no Recife «mocambos», em Salvador «invações», em Santos «caixas de fósforos», em Porto Alegre «vilas de malacas» – em toda a parte são bastante parecidos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a favela possui as seguintes características: a) é um agrupamento formado por não menos de 50 barracas, b) a maioria das quais são

dinamismo da cidade brasileira e a estagnação do campo comp. A. Carneiro Leão: *Panorama sociológico do Brasil*, Rio de Janeiro 1958.

¹¹⁸ Lipsete Bendix ligam uma grande importancia a este fenómeno, como fonte da mobilidade social nas grandes cidades (*Ruchliwość społeczna w społeczeństwie przemysłowym [Mobilidade social na sociedade industrial]*, Warszawa 1964, p. 253).

¹¹⁹ I. Sachs: *Drogi i manowce świata «B»...* [*Caminhos e desvios do mundo «B» ...*], p. 99.

¹²⁰ A. Trujillo Ferrari: *Movimentos migratórios internos y problemas de acomodación del inmigrante nacional en São Paulo, Brasil. Estudio preliminar*, Seminário sobre problemas de urbanización en America Latina, Santiago de Chile 1959, Naciones Unidas, Consejo Economico y Social, General. E.CN. 12/URB/LA/12, UNESCO/SS/URB/LA/12, 4 V 1959.

¹²¹ Comp. A. Pearse: *Qualques caractéristiques de l'urbanisation duna la vitle Rio de Janeiro*, in: *L'urbanisation en Amérique Latine...*

¹²² Comp. entre outros R. Debray: *Latin America. The Long March*, «New Left Review», Setembro – Outubro 1965. O. Lewis, eminente investigador da pobreza rural, opôs-se a este ponto de vista. Durante a sua conferência em Varsovia chamou a atenção para o fato que a pobreza nas cidades do Terceiro Mundo fica muito mais além da margem da sociedade que o campesinado, o qual apesar de tu do está, segundo ele, integrado mesmo na sociedade moderna (conferência proferida no Instituto de Filosofia e de Sociologia da Academia de Ciências Polonesa, a 22 XII 1966).

do tipo «aldeão», feitas em geral de tábuas, latas etc., c) estes barracos são feitos sem autorização e control, em terras pertencentes a terceiros ou a pessoas desconhecidas, d) não são e não estão ligadas à rede de esgotos, de água, de eletricidade e telefones, e) levantem-se em zonas não urbanizadas, isto é nos locais onde não há ruas, nem numeração e cobrança de impostos urbanos¹²³. Esta gente não tem meios para poder morar noutra parte. A. Pearse de uma forma convincente mostrou quão grande é a diferença entre o custo de um buraco na favela e o custo das habitações mais baratas e liçados com a sua posse (seja com o seu aluguer) de tal habitação, os custos da vida na cidade¹²⁴. Avalia-se que, em 1957, as favelas do Rio de Janeiro davam abrigo a 650 mil pessoas (a população do Rio era então de 2 milhões)¹²⁵. O número de favelados no estado de Guanabara duplicou durante o decénio 1950 – 1960¹²⁶. Pelos fins dos anos cinquenta a população das favelas do Rio de Janeiro aumentou de 5,5-6% anualmente, enquanto a população da cidade em 3,5%¹²⁷, O Rio de Janeiro não é sob este aspecto uma excepção. O fato de que na supermoderna Brasília, capital que possui no mundo o mais elevado nível de engenharia social na urbanística, também se ergueram favelas, é uma particular ironia da sorte.

As condições de vida nas favelas são péssimas. Por casualidade na literatura brasileira, e em seguida na mundial, passou a fazer parte uma descrição sem igual – o diário escrito cada dia por uma das moradoras das favelas de São Paulo. O seu conteúdo é extraordinariamente monótono – mas precisamente a monotonia com que nele se repetem os motivos da fome e os motivos da procura de possibilidades de cãno, não falando nas mais pequenas realidades da vida nas favelas descritas de passagem, causa a maior impressão¹²⁸. Apesar mesmo de ss as condições os recém

¹²³ Segundo A. Pearse: *Quelques caractéristiques...*

¹²⁴ *Ibidem*

¹²⁵ *Ibidem* e E. Fischlowitz: *Les problèmes de main-d'oeuvre...* Comp. também G. de Menezes Côrtes: *Favelas*, Rio de Janeiro 1959.

¹²⁶ *Favelas cartocas*, «Desenvolvimento e conjuntura» - Dezembro 1961.

¹²⁷ A. L. Duprat: *O problema da favela*, «Revista do Serviço Público» - Maio 1958;

¹²⁸ C. M. de Jésus *Quarto de despejo*, São Paulo 1960. Após a publicação deste diário elevaram-se vozes dizendo que o texto é uma mistificação. Segundo cremos, mesmo se é mistificação, é ela uma

cheçados e que nelas habitam não querem voltar para a aldeia. R. Teuliers estudou uma das favelas de Belo Horizonte. 45% dos moradores dessa favela veio do próprio estado de Minas Gerais. A pergunta se queriam voltar para a terra donde vieram 70% respondeu negativamente, e apenas 10% positivamente de uma maneira decidida.¹²⁹ Mesmo as horríveis condições na favela são melhores que aquelas que fizeram com que a gente migrasse. E se a esses migrantes couber a sorte de se empregar na indústria? Carolina Maria de Jesus conta no citado diário como uma vez, quando voltava da favela, encontrou um grupo de trabalhadores. É verdade que os favelados comem o que encontram nas caixas do lixo? – perguntaram eles. Nesta cena reflete-se todo o abismo existente entre o semiproletariado urbano e o proletariado.

O começar a fazer parte da classe operária não deve, claro, significar um imediato abandono da favela, mas é um grande avanço¹³⁰. A etapa de transição entre o semi proletariado urbano e o proletariado é frequentemente o trabalho na construção. É preciso lembrar que nas primeiras décadas da década de cinquenta na cidade de São Paulo se erguia uma construção cada cinquenta minutos. Um metro quadrado de terreno no centro atingiu um preço como na Wall Street. A construção precisa (de qualquer maneira nessa ocasião ainda precisava) de uma força de trabalho pouco qualificada relativamente grande. Diga-se entre parêntesis que um papel particularmente importante desempenha a mão-de-obra na construção na cidade de Brasília. Resulta isto da própria concepção da cidade e

mistificação muito boa, com enormes valores realistas. Pensamos que este texto possui extraordinário valor como fonte de estudos sociológicos. Permite ele ver de dentro a sociedade marginal urbana, e diga-se que ele é semelhante aos obtidos, por O. Lewis, feitos por intermédio de conversações gravadas em fitas magnetofônicas, retratos da vida dos pobres das cidades mexicanas (comp. O. Lewis: *Les enfants de Sánchez*, Paris 1963).

¹²⁹ R. Teuliers: *Bidonvilles du Brésil. Les favelles de Belo Horizonte*, These complémentaire pour le Doctorat es Lettres soutenue à la Faculté des Lettres de l'Université de Bordeaux, Bordeaux 1956, escrito à máquina.

¹³⁰ No que diz respeito a dados sobre a estrutura profissional dos moradores nas favelas (todavia são demasiado fragmentários para que valha a pena citá-los) comp. A. L. Duprat: *op. cit.*; *Favelas cariocas...*; R. Teuliers: *op. cit.*

ligado a isto de uma total alteração da estrutura prafissional da população¹³¹.

É verdade que a operária de São Paulo é pobre. É verdade que a salário que recete na indústria é inferior ao nível dos salários na indústria dos países desenvolvidos. É verdade que as lucros das empresas são enormes, e a índice de exploração grande. De mesmo a pobreza do operário de São Paulo é – para usar a expressão de J. Lambert – pobreza à escala europeia. Entretanto a miséria perante a qual fugiu, sendo emigrante do Nordeste, era uma miséria à escala asiática¹³². A transição de ele de uma para outra foi para ele um avanço social. J. R. Brandão Lopes afirmou nos estudos citados acima, que os recém chegados da aldeia eram de opinião que o trabalho em fábricas é muita mais leve que aquele em que antes trabalhavam. Na fábrica trabalhavam dez horaz por dia... A entrda nas fileiras da classe operária é um avanço social tanto mais que esta classe já numa relativamente primeira etapa de sua farmação obteve privilégios sociais essenciais, sôbre os quais falaremos em seguida. Chegando á fábrica o operário que até então esteve à mercê e não mercê do dono da terra, encontrou a prateção das leis da trabalho, pelo menos tem em certa medida garantido um certo ganho e regulado o tempo de trabalho, assistência médica etc., não se falando que ganha mais.

Em suma, a transição de gente do campo para a cidade não significa hoje no Brasil – e talvez em todo a Terceiro Mundo – degradação social, como em tempos foi para o componês a co meçar a trabalhar na indústria¹³³. A entrada desta gente nas fileiras da classe aperária significa para eles, no general, avança social.

¹³¹ Comp. o gráfico da estrutura profissional da população profissionalmente ativa da cidade Brasília: Brasília em números, «Desenvolvimento e conjuntura», Março 1960.

¹³² J. Lambert: Le Brésil. *Structure sociale et institutions politiques...*

¹³³ Semelhante ponto de vista na literatura polonesa defende J. Kleer (*Analiza struktur społeczno-ekonomicznych... [Análise das estruturas socio-económicas ...]*, pp. 48, 142).

Avanço de classe.

Período primeiro.

O primeiro período de formação da classe operária brasileira, que dorou até 1930, faz de certa maneira lembrar a fase inicial da formação da classe operária nos países capitalistas hoje desenvolvidos da Europa Ocidental. A situação dos operários foi deixada ficar totalmente a disposição das forças do jogo entre operários e industriais. É certo que tiveram lugar certas provas de ingerência, neste campo, por parte de fatores públicos¹³⁴. Estas provas porém foram condenadas ao fracasso; estando os governos nas mãos da algarquia dos senhores do café eles não estavam interessados pela regulamentação das relações entre as industriais e a crescente classe operária.

Resposta à situação foi o movimento operário com fortes tendências reivindicativas. Em seguida citamos exemplos – principalmente tiradas de E. Dias – as datas principais da história deste movimento.

1894

15 de Abril – a polícia prende 9 operários italianos e alguns brasileiros pela sua participação na reunião dos socialistas e anarquistas dedicada à preparação da comemoração do 1 de Maio.

1900

20 de Outubro – em São Paulo aparece o primeiro jornal socialista «Avanti».

1902

28 de Maio – em São Paulo reúne-se o congresso do Partido Socialista Brasileiro. Foi resolvido lutar pela criação de bolsas de trabalho, sindicatos e

¹³⁴ O ato no 1313 de 1891 introduziu, por exemplo, um controle permanente sobre as condições de trabalho em todas as empresas do Distrito Federal que empregavam jovens, e proibiu o trabalho noturno para eles. Pela primeira vez, em 1904, o deputado Medeiros e Albuquerque depôs um projeto de lei sobre os desastres no trabalho. Por sua vez Nicanor do Nascimento, em 1911, depôs um outro sobre a redução do tempo de trabalho a 10 horas. Em 1917 o deputado Maurício de Lacerda propôs a elaboração da legislação social num todo único (Segundo M. L. Marellio: *op. cit.*).

organizações de resistência, que tinham por fim melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Foi assente exercer influência sobre a opinião pública com o fim de obter uma legislação que defendesse o trabalho dos trabalhadores (em especial de mulheres e crianças), exigir a limitação do tempo de trabalho, tender a que as greves se tornassem instrumento de luta pelos direitos sociais. Foi resolvido lutar pelo poder na Federação, nos estados e municípios.

-Em São Paulo apareceu o primeiro número da publicação «Amigo do Povo» (de tendências anarquistas).

28 de Agosto – foi criado o partido socialista em Santos. O programa de reivindicações aprovado era semelhante ao programa votado no congresso socialista de São Paulo.

- No Rio de Janeiro foi criado o Partido Socialista Coletivista.

- Greve dos operários textis no Rio de Janeiro. Reivindica-se o aumento de salários e a diminuição das horas de trabalho. Repressão da polícia.

1903

A Câmara dos deputados votou uma lei sobre a expulsão dos estrangeiros se «ameaçam a segurança do país ou a ordem pública».

- Em Jundiá foi criado o círculo socialista França e Silva.

- No Rio de Janeiro apareceu o primeiro número da publicação «A Greve».

- Em São José do Rio Pardo foi criado o Clube Internacional dos Filhos do Trabalho, de tendência socialista, que tinha por fim desenvolver atividade cultural entre os trabalhadores. Um dos seus fundadores foi Euclides da Cunha.

- Em São Paulo apareceu o semanário «La Battaglia».

- Em São Paulo foi criado o círculo socialista «14 Julho».

1904

- Greve do pessoal da marinha mercante contra o recrutamento militar. Repressão da polícia.

- Com a fusão da Associação de Artes Gráficas com o Centro Tipográfico Paulistano cria-se em São Paulo a União dos Trabalhadores Gráficos.

23 de Julho – no Rio de Janeiro apareceu o primeiro número da publicação «Força Nova» dedicado à defesa dos interesses da classe operária.

7 de Agosto – realizou-se em São Paulo uma manifestação com 5000 operários contra a repressão efetuada contra o movimento revolucionário na Rússia.

18 de Agosto – em Santos foi criada a Sociedade Primeiro de Maio.

- Em São Paulo apareceu «O Trabalhador» – pequena publicação socialista publicada pelos tipógrafos.

4 de Dezembro – em Piracicaba (estado de São Paulo) cria-se a Cooperativa Operária Internacional, cuja maioria dos membros eram operários textis da fábrica Aretusina.

- O governo pôs em prática a primeira repressão baseando-se na lei sobre a expulsão de estrangeiros «por alteração da ordem social».

1905

- Greve dos tipógrafos em São Paulo. Reinvidicação de aumento de salários.

1 de Maio – em São Paulo apareceu o mensário «O Chapeleiro» (órgão do sindicato dos chapeleiros). Manifestações do 1 de Maio.

7 de Maio – em São Paulo apareceu o mensário da União dos Trabalhadores Gráficos «O Trabalhador Gráfico».

- Em São Paulo apareceu o semanário socialista «Il Pungolo».

- Em Campinas foi criada a filial da União dos Trabalhadores Gráficos.

1 de Setembro – em São Paulo apareceu a publicação «Jornal Operário».

- A União dos Trabalhadores Gráficos começou a organizar cada semana em São Paulo debates públicos com operários.

- Em Parintins (estado Amazonas) foi criada uma sociedade operária que tinha por fim a «luta pelos direitos de classe».

17 de Dezembro – em Campinas foi criada a Liga Operária que agrupava os trabalhadores de todas as empresas.

24 de Dezembro – na sede da Liga local efetuou-se uma assembleia sob o tema «Jesus Cristo – lutador social».

- Em Sorocaba realizou-se uma greve de operários textis.

1906

2 de Fevereiro – em São Paulo foi criada a União dos Marmoristas. Reinvidicação do dia de trabalho de 8 horas.

5 de Fevereiro – em São Paulo teve lugar uma grande assembleia de protesto contra a repressão que teve lugar na Rússia em Dezembro de 1905. Manifestação nas ruas.

7 de Fevereiro – realizou-se uma greve dos operários textis da Ipiranguinha que trabalhavam das 5 e 30 da manhã às 6 e 30 da tarde. A greve foi rompida após 35 dias por causa da repressão policial.

10 de Fevereiro – teve lugar uma greve dos chapeleiros em São Paulo, que exigiam o reconhecimento da lista de reinvidicações do seu sindicato.

3 de Março – realizou-se em São Paulo uma greve dos tipógrafos em sinal de protesto contra o despedimento dos ativistas da União dos Trabalhadores Gráficos. Repressão.

11 de Março – em Jundiaí foi criada a Liga Operária que agrupava principalmente os trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

15 de Abril – no Rio de Janeiro começou o primeiro congresso operário no qual participaram delegações de diferentes organizações operárias. Foi examinado o conjunto de problemas do movimento operário.

1 de Maio – realizaram-se comemorações no Rio de Janeiro, São Paulo. Porto Alegre e Campinas.

15 de Maio – rebentou uma greve do pessoal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Paralisação do movimento ferroviário. Greves de solidariedade noutras empresas industriais.

30 de Maio – o govêrno com uma brutal repressão rompeu a greve dos ferroviários. Em face, do geral descontentamento outras empresas ferroviárias fizeram concessões aos trabalhadores.

31 de Maio – no Rio Claro (estado de São Paulo) teve lugar uma repressão em grande escala contra os grevistas ferroviários.

- Foi encerrado o Departamento de Direito em São Paulo – os estudantes protestaram contra a brutalidade da policia na repressão aos trabalhadores.

- Em São Paulo foi criada a Liga de Resistência dos Operarios Metalúrgicos.

- Em São Paulo foi criada a Associação de Resistencia dos Construtores de Veículos e a Liga dos Operarios Ourives.

- Em São Paulo apareceu a publicação «A Luta Operária», e no Rio de Janeiro a «Gazeta Operária».

4 de Setembro – em Porto Alegre foi criada a União dos Trabalhadores da Construção e a União dos Chapeleiros.

28 de Novembro – rebentou a greve dos trabalhadores da fábrica de papel em São Paulo.

6 de Dezembro – a Federação Operária de São Paulo organizou uma conferência operária à escala estatal.

17 de Dezembro – teve lugar uma greve dos operários da usina de carroças no Rio de Janeiro. Repressão.

1907

4 de Janeiro – em São Paulo teve lugar uma greve dos operarios construtores de carros.

- Foi publicada uma nava lei contra os estrangeiros que ameaçassem a ordem pública.

- No Rio de Janeiro apareceram dois diarios sindicais: «O Baluarte»(orgão da Associação de Resistencia dos Chapeleiros), e «O Sindicato» (orgão da Associação dos Operários Berbeiros).

- Em São Paulo foi criada a União dos Operários das Fábricas Textis.

3 de Março – rebentou uma greve dos mineiros de Morro Velho e de Vila Nova de Lima, em Minas Gerais.

1 de Maio – realizaram-se manifestações em São Paulo.

4 de Maio – teve início um aumento de movimento grevístico em São Paulo. O movimento manteve-se vivo até ao dia 15 de Junho, quando os operários obtiveram o reconhecimento de certos direitos principalmente no que diz respeito à duração do trabalho.

14 de Setembro – rebentou uma greve de 2 000 operários textis em Salvador.
- Greve dos alfaiates em São Paulo.

1908

2 de Fevereiro – foi criado, em Fortaleza, o Clube Socialista «Máximo Gorki».

1909

28 de Novembro – em Sorocaba (estado de São Paulo) foi criada a Liga Operária.

1911

1 de Junho – em Santos graças aos esforços de operários aparece u a publicação «O Proletariado».

- No Rio de Janeiro apareceu o semanário socialista «A Vanguarda».

2 de Agosto – rebentou uma greve dos operários da construção em São Paulo. Aderiram os da construção de Sorocaba e Campinas.

12 de Agosto – rebentou uma greve dos ferroviários no Nordeste do Brasil.

16 de Agosto – rebentou uma greve dos operários da fábrica textil de Jundiai (São Paulo). Reinvidicação de um dia de trabalho de 10 horas e não de 14 horas e aumento dos salários.

26 de Setembro – rebentou a greve dos operários da fábrica textil de Sorocaba.

1912

10 de Janeiro – iniciaram-se numerosas greves em São Paulo.

2 de Março – em Machado (Minas Gerais) foi criada a Liga Operária Machadense.

- Em Belem foi criado o Centro Sindicalista da Classe Trabalhadora do Pará.

1 de Maio – em São Paulo tiveram lugar demonstrações contra a carestia da vida.

23 de Maio – iniciou-se em São Paulo o boicote dos produtos da firma Matarazzo,

23 de Maio – rebentou em São Paulo uma greve dos tipógrafos.

15 de Julho – rebentou uma greve dos doqueiros de Santos.

13 de Outubro – começou a greve dos trabalhadores da construção de São Paulo.

7 de Novembro – no Rio de Janeiro começou o congresso operário brasileiro.

1913

1 de Maio – tiveram lugar manifestações em São Paulo, Santos e noutras cidades.

1 de Junho – no Rio de Janeiro tiveram lugar manifestações contra lei de expulsão de estrangeiros.

1914

17 de Fevereiro – rebentou a greve dos operários da indústria textil de São Paulo.

14 de Abril – rebentou uma greve geral no Pará.

1 de Maio – tiveram lugar imponentes manifestações em São Paulo. Manifestações em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Petrópolis.

2 de Agosto – foram orçânizadas manifestações contra a guerra, em São Paulo. Choques com a palícia e exército.

30 de Outubro – na fábrica textil de Sorocaba rebentou uma greve contra a diminuição do salário e dos dias de trabalho.

3 de Novembro – rebentou uma greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Sorocabana.

1915

17 de Março – rebentou uma greve dos operários da Estrada de Ferro Noroeste.

1 de Maio – tiveram lugar manifestações em muitas cidades. No Rio de Janeiro, entre outras, teve lugar uma importante manifestação contra a guerra.

1916

13 de Fevereiro – tiveram lugar em São Paulo demonstrações contra a carestía de vida.

1917

Em Junho, e principalmente em Julho na cidade, e depois todo o estado de São Paulo tornou-se cenário das maiores greves e manifestações no falado período. O movimento começou na greve da fábrica textil de Crespi. Pensa-se que participaram nele uns 80 mil trabalhadores.

1918

18 de Setembro – começou a greve geral no Rio de Janeiro.

1919

10 de Maio – começou uma greve de 30 mil operários das fábricas textis em São Paulo.

- Tiveram lugar greves dos trabalhadores da construção no Rio de Janeiro, greves dos operários da Light & Power em são Paulo, e outras.

23 de Outubro – os trabalhadores de Campinas e de Sorocaba apoiaram as greves de São Paulo. Fizeram greve os doqueiros de Santos. Choques com a polícia e com marinha de guerra.

24 de Outubro – o govêrno desencadeou uma onda de terror contra os operários.

26 de Outubro – foram repatriados do Brasil mais de 100 imigrantes - ativistas operários.

1920

23 de Março – rebentou uma greve dos ferroviários da Companhia Mojiana. Choque com os grevistas em Campinas.

1921

4 de Fevereiro – rebentou uma greve dos marinheiros e dos doqueiros no Rio de Janeiro.

- Greve dos doqueiros de Santos.

1922

Fundação do Partido Comunista Brasileiro.

1923

7 de Fevereiro – rebentou uma greve dos tipógrafos em São Paulo. Recontras com a polícia. Após 42 dias a greve terminou com a vitória.

1924

Greves dos textis em São Paulo e dos trabalhadores da construção em Santos.

1926

23 de Novembro – rebentou uma greve dos operários textis no Rio de Janeiro.

1927

27 de Abril – no Rio de Janeiro iniciou-se o Congresso Sindical Operário.

1929

Em São Paulo teve lugar uma greve dos tipógrafos, que mesmo apesar da forte repressão da polícia durou três meses.

Desta superficial e muito incompleta passagem de olhos pela história do movimento operário brasileiro dos períodos falados¹³⁵ resulta algumas observações. O movimento de que falamos, nasceu – como nota O. Ianni – à base das difíceis condições nas quais se encontrava a classe operária, e foi fortalecido pela impetuosa reação do poder que se encontrava nas mãos da classe, que não era a classe dos industriais, mas classe da tradicional aristocracia agrária, habituada a tratar os trabalhadores de acordo com as normas próprias as atrasadas relações no campo¹³⁶.

Foi um movimento que se poderia definir por movimento «de reivindicações básicas». Lutou-se pelo dia de trabalho de 8 horas, pela liberdade de organização, pela proibição de empregar mulheres e crianças junto a trabalhos pesados, etc. Possui ele uma coloração anarquista-sindicalista. Sob alguns aspectos lembrou em grande medida as primeiras fases do movimento operário europeu. Na sua semelhança com este chama a atenção A. Touraine. Se por exemplo os tipógrafos, nos princípios do século, recrutados principalmente de entre os trabalhadores italianos e portugueses, desde 1895 dispõem esforços por se organizarem, e se apesar da brutal repressão organizam uma série de importantes greves, das quais a mais importante foi a de 1923, o seu movimento (e o seu sindicato impregnado de início com influências anarco-sindicalistas, e posteriormente comunistas) tanto sob o ponto de vista dos fins como dos meios de atuação não se diferencia em nada – escreve Touraine – dos seus homólogos europeus¹³⁷.

Pode-se mesmo dizer mais. O movimento de que falamos foi mesmo a continuação das correntes do movimento operário europeu. Foi ele como que levado de fora para o Brasil pelos emigrantes

¹³⁵ O calendário de acima tomámo-lo de E. Dias: *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo 1962. Este livro é uma monografia do movimento operário do período que nos interessa e foi escrita por um dos dirigentes. Sobre esta questão comp. também entre outros E. Dias: *Organização trabalhista e lutas sindicais no Brasil*, «Revista Brasileira», Julho – Agosto 1953, Novembro – Dezembro 1958, Março – Abril 1959, Maio – Junho 1959; A. Pereira: *Lutas operárias que antecederam a fundação do Partido Comunista da Brasil*, «Problemas», Março – Abril 1952; M. L. Marcilio: *op. cit.*; V. I. Ermoljajeva (ed.): *Očerki istorii Brazílii*, Moskva 1962.

¹³⁶ O. Ianni: *Industrialização e desenvolvimento social...*

¹³⁷ A. Touraine: *Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo*, in: *Ouvriers et syndicats d'Amérique Latine*, «Sociologie du Travail», 1961, n° 4 (número especial sob a direção de A. Touraine).

européus. Não é por força do acaso que alguns dos primeiros jornais socialistas no Brasil- «Avanti» e «Vorwärts» apareciam em italiano e alemão. Também não foi por acaso que no mesmo período as autoridades por várias vezes renovaram as leis contra os estrangeiros que espalhavam a insegurança. Também não por acaso em muitas das primeiras organizações operárias fazia parte a palavra «internacional». Neste período podia-se encontrar no Brasil a continuação de todos os possíveis partidos, grupos e discussões ideológicas europeias.

Este fenômeno não é aliás especificamente brasileiro. Em toda a América Latina, sobretudo em todos os países que recebiam imigrantes, a primeira fase do movimento operário apareceu semelhantemente. Nesses países também o movimento operário se desenvolveu mais cedo¹³⁸. Na Argentina os começos da organização do movimento operário estiveram ligados à visita aí feita pelo célebre anarquista italiano Enrico Malatesta. De maneira semelhante passou-se no México. Em 1853 os operários da cidade do México organizaram aí a «Sociedade de Socorros Mútuos». Nos anos 1870 – 1880 em todo o país começaram a multiplicar-se sociedades, congregações operárias, etc. O caráter dêste movimento que se desenvolvía fazia lembrar o movimento nos outros países e na Europa. As organizações criadas foram de início pròpriamente sociedades de auxílio mútuo ou representantes das aspirações reivindicativas¹³⁹.

Como afirma V. Alba, a bem dizer em nenhum país da América Latina não se pode encontrar correntes do movimento operário, que sejam

¹³⁸ Comp. entre outros V. Alba: *Le mouvement ouvrier en Amérique Latine*, Paris 1953; R. J. Alexander: *Labour Movements in Latin America*, London 1947; R. J. Alexander: *Labour Relations in Argentina, Brazil and Chile*, New York – San Francisco – Toronto – London 1962. De recentes posições que tratam de uma maneira geral dos sindicatos da América Latina comp. entre outros os trabalhos escritos, sob diferentes ângulos ideológicos, por: R. J. Alexander: *Organized Labor in Latin America*, New York – London 1965; J. Arcos: *El sindicalismo en América Latina*, Feres 1963; *Profsojuzy stran JužnojAmeriki*, Moskva 1966; *Profsojuzy stran Centralnoj Ameriki i Karaibskogo morja*, Moskva 1966.

¹³⁹ Comp. R. J. Alexander: *Labour Movements...*; sôbre o movimento operário mexicano comp. A. L. Apancio: *Et movimiento obrero en México. Antecedentes, desarrollo y tendencias*, México 1952, e também entre outros J. Basurto: *La influencia de la economía y del estado en las huelgas. El caso de México*, Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales 1962, texto copiado e V. Alba: *Las ideas sociales contemporáneas en México*, México – Buenos Aires 1960.

especificamente latino-americanas, que sejam uma criação espontânea das condições existentes nesses países¹⁴⁰. Não é um acaso que o momento culminante da tratada fase do movimento operário recai no Brasil no período que seguiu a 1905 e – antes de tudo – em 1917, isto é no período do ascenso de lutas revolucionárias na Europa. Quando depois de 1917 nos países capitalistas europeus a onda revolucionária começou a decair – o mesmo acontece u no Brasil. Os novos emigrantes, de resto menos numerosos que antes, são portadores da cada vez menos fermento revolucionário. A onda do movimento operário brasileiro que era a continuação dos movimentos europeus, que atingiu o seu cume com a grande greve de São Paulo em 1917, apagou-se gradualmente. Esta onda teve o seu fim quando os operários – imigrantes ultramarinos foram inundados por massas de trabalhadores recrutados de entre os migrantes interiores. Como chama a atenção O. Ianni, com a afluência dele s aumenta o número de operários não experimentados pohticamente e que consideravam o trabalho na cidade como avanço social¹⁴¹. Ao mesmo tempo, como antes lembrei, a afluência de força de trabalho das regiões atrasadas do interior provoca a subida da velha guarda operária na escala da hierarquia social. Concomitantemente o estado torna-se representante de outros grupos sociais o que teve muita significação para a questao operária. Até 1930, tanto no Brasil como neutros países da América Latina a força governante possuía uma única resposta para as reivindicações dos trabalhadores: carçã da policia. O proletariado de São Paulo recordou por muito tempo a repressão de 1917 e 1929. Os operários chilenos recordaram bem o massacre dos mineiros das minas de nitrato no porto Inquique em 1917. Também a classe operária da Argentina conheceu a sua "semana trágica" em Janeiro de 1919¹⁴². A partir de 1930 a situação no Brasil sofreu contudo uma modificação.

¹⁴⁰ V. Alba: *Le mouvement ouvrier...*

¹⁴¹ O. Ianni: *Condições institucionais do comportamento político operário*, «Revista Brasileira», Julho – Agosto 1961.

¹⁴² Comp. R. L. Alexander : *Labour Movements* R. L. Alexander: *Labour relations...*

O Getulismo em face do problema operário.

A mudança no sistema de forças sociais, cuja expressão foram as mudanças políticas efetuadas no Brasil em 1930 fez com que o problema operário começasse a ser tratado de outra maneira.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo presidente, Getúlio Vargas¹⁴³, foi o reconhecimento da legalidade dos sindicatos. Aconteceu isto já em 1931 (o decreto nº 19 770 de 19 III 1931; sobre as ao mesmo tempo introduzidas restrições em relação aos sindicatos comp. abaixo). Um ano depois é introduzido obrigatoriamente o dia de trabalho de 8 horas (decreto nº 21 364 de 4 V 1932). Em 1940 foi por sua vez fixado o salário mínimo (decreto, não por acaso, publicado no 1 de Maio). Para além destas medidas foram tomadas outras no decorrer dos anos que tornaram a legislação social do Brasil uma das mais avançadas do mundo. Coroação desta legislação ficou a publicação, em 1943, da «Consolidação das Leis do Trabalho» (CLT), introduzida pelo decreto nº 5 452 de 1 de Maio 1943. Esta legislação incluiu leis respeitantes a higiene no trabalho, indenização pelos desastres no trabalho, sobre o salário mínimo e sobre o tempo máximo de trabalho, regulamentos que asseguram uma particular defesa da mulher que trabalha na indústria, a limitação do trabalho dos menores, etc. Foi ela completada com outras decisões, tais como o decreto sobre as férias pagas durante o período de doença (no 6 905 de 26 IX 1944). A ação legislativa foi acompanhada por uma série de medidas de natureza de organização-patronal. Logo a seguir à II guerra mundial foi organizado no Brasil, como exemplo, o «Serviço Social da Indústria» (SESI) que se ocupa da prestação de serviços sociais aos operários, da organização do sistema escolar, do descanso e também da prestação de auxílio alimentar¹⁴⁴.

¹⁴³ Do seu nome vem a palavra «getulismo» usada para definir o sistema político por ele criado.

¹⁴⁴ Sobre estes assuntos comp. entre outros, R. J. Alexander : *Labour Relations...*; P. Durand: *Un remarquable exemple de stabilité de l'emploi. La législation fédérale des Etats-Unis du Brésil*, «Droit Social», Setembro 1954; *Le travail et son organisation en Amérique Latine. Le cas du Brésil*, Banque franco-italienne de l'Amérique du Sud, Notes, Janeiro – Fevereiro 1963. Comp. também O. F. Vieira: *Bibliografia brasileira do direito do trabalho*, Salvador – Bahia 1958.

O exemplo mais característico das tendências do Getulismo em relação à defesa do operário industrial foi a proibição de despedimento, sem acôrdo do tribunal, do operário que trabalhou numa dada fábrica mais de 10 anos. Os art. 492 – 499 da CLT estabeleciam que o despedimento de tal trabalhador pode ter lugar apenas no caso de existência de causas provocadas «por força maior», seja no caso de grave infração – se a justeza das objeções fôr confirmada pelo tribunal. Este princípio encontrou também reflexo na constituição brasileira de 1937. Fazia parte também da CLT (art. 500) uma formulação tendente a contra atuar contra o forçamento, por parte dos patrões, no sentido de os operários pedirem por si a demissão. No caso de não observação dêstes preceitos legislativos o patrão respondia (pelo menos teóricamente) civilmente e podíia ser abrigado a prestar uma recompensa material¹⁴⁵.

Mudanças fundamentais sofreu a situação dos sindicatos; mudou-se também o seu caráter. Como lembramos o govêrno Vargas por um dos primeiros decretos legalizou os sindicatos (pela Lei Color; o nome provém do nome de Lindolfo Color, primeiro ministro do trabalho sob Vargas). Os sindicatos de dia para dia não só obtiveram o direito a existir, mas de pequenos grupos de ativistas transformaram-se em organizações de massas. O «sindicato» tornou-se a unidade base do novo sistema organizativo dos operários, compreendendo todos os trabalhadores de um dado ramo industrial numa dada localidade. Onde havia cinco ou mais sindicatos criou-se uma federação, etc. Paralelamente foram criadas organizações, análogas, dos industriais. Depois de 1937, com a criação do «Estado Novo», os sindicatos, que não se aderiram às novas leis deixaram de existir. (Pelo menos formalmente; os seus dirigentes forçaram frequentemente continuar a luta na ilegalidade). As eleições sindicais deviam desde então ser homologadas pelo ministério do trabalho; o mesmo com o orçamento dos sindicatos. Foi introduzido um imposto sindical obrigatório para todos os trabalhadores¹⁴⁶. Em suma, criou-se um movimento sindical de

¹⁴⁵ Comp. P. Durand: *op. cit.*

¹⁴⁶ Comp. R. J. Alexander : *Labour Relations... e le travail et son organisation en Amérique Latine...*

massas, controlado pelo estado e que tinha por fim «meter numa malha» a classe operária. No lugar – para usar a definição de A. Simão – dos sindicatos, que agrupavam minorias militantes («sindicatos de minorias militantes») foram criados «sindicatos burocráticos de massas»¹⁴⁷. O fim destes sindicatos era a concessão de auxílio social aos seus membros e – antes de tudo – a defesa dos seus interesses nos tribunais¹⁴⁸. Criou-se em certa medida a «institucionalização da luta de classes» – sob o patronato do estado corporativo¹⁴⁹. Os sindicatos deviam ser desde então – segundo as palavras de Vargas – não órgãos de luta, mas órgãos «de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público»¹⁵⁰.

O exemplo mais claro desta «institucionalização de luta de classes» foi a criação de uma rede de inspetores do trabalho, locais, dependentes do Ministério do Trabalho, que tinham por tarefa regular os conflitos surgidos entre os patrões e os trabalhadores e – antes de mais nada – a criação de todo um sistema de tribunais do trabalho. O «Estado novo»¹⁵¹ criou três gêneros de tribunais do trabalho. No escalão mais baixo os conflitos eram julgados pelas «Juntas de conciliação e julgamento», no médio, regional, pelos tribunais do trabalho, e no escalão mais alto pelo Conselho Nacional do Trabalho, que em 1954 foi transformado em «Supremo Tribunal do Trabalho». Em todos os escalões desta hierarquia

¹⁴⁷ A. Simão *Industrialização e sindicalização no Brasil*, «Revista Brasileira de Estudos Políticos», Janeiro 1962.

¹⁴⁸ Comp. sob este ponto de vista, por exemplo, o manual do dirigente sindical - atual publicação oficial que contém o conjunto de leis respeitantes aos sindicatos (G. Fernando da Silva: *Manual do dirigente sindical*, Ministério do trabalho, indústria e comércio 1958). Apesar de que passou uma série de anos desde a introdução das faladas medidas de Vargas, uma, série de elementos do sistema por ele criado perduram até nossos dias. Um bom reflexo da concepção de Vargas sobre os sindicatos encontra-se no trabalho de Segados Vianna: *O sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro 1953 (o autor foi em tempos ministro do trabalho e dedicou mesmo o seu livro a Vargas).

¹⁴⁹ O fenômeno lembra em grande medida certos aspectos dos regimes fascistas europeus, sob a influência dos quais se conservou ele. Comp. entre outros P. F r y e r, P. McGovan Pinheiro: *Le Portugal de Salazar*, Ed. Rudeo Ibérico 1963, cap. L'État corporatif; S. G. Payne: *Phalange. Histoire du fascisme espagnol*, Ed. Rudeo Ibérico 1965, cap. 15 e W. Bagiński: *Nowy ustrój pracy w Niemczech [Nova estrutura do trabalho na Alemanha]*, Warszawa 1935. Os tratados fenômenos apareceram igualmente noutros países da América Latina. Da mesma maneira que o Brasil teve o seu getulismo, o Chile teve o ibanismo (definição formada do llame de Carlos Ibañez), e a Argentina o peronismo.

¹⁵⁰ G. Vargas: *A nova política da Brasil*, Rio de Janeiro 1938 e segs.. vol. III, p. 144.

¹⁵¹ Nome do sistema político criado por Vargas depois de 1937. Foi ele já forjado na época, a fim de se contrapor à definição «República velha» – que significa os tempos anteriores a 1930.

faziam parte dos tribunais tanto representantes dos patrões como dos trabalhadores, assim como juizes profissionais¹⁵².

Na política social de Vargas pode-se ainda enumerar uma série de medidas que concerniam antes de tudo à classe operária. Abaixo vamos prender a atenção sobre o caráter de classe desta política e se foi na realidade aplicada. Independentemente das conclusões dessas reflexões, é preciso afirmar que graças à política social do «Estado Novo» foi criada uma situação essencialmente diferente daquela que existiu antes de 1930. Vale a pena observar de perto qual foi a classe que constituiu o principal objeto desta política.

Classe «não amadurecida».

Como lembramos, a partir de 1930 entre os operários brasileiros começaram a dominar as pessoas vindas do campo, que chegaram as cidades do Sul nas ondas das migrações interiores. Teve isto uma enorme significação para o caráter da classe operária. Os operários mais velhos, que criaram a quinta essência da classe operária, foram inundados pela massa dos chegados das aldeias, que cheçados à cidade saltaram – usando definição de J. R. Brandão Lopes – num curto espaço de tempo muitos degraus da evolução sócio-económica¹⁵³. Principalmente no caso dos nordestinos a distância cultural é enorme. Frequentemente esquece-se – chama a atenção T. P. Accioly Borges – que a entrada desta gente na cidade é ao mesmo tempo a entrada de uma economia baseada no sistema de meias para a do sistema de trabalho assalariado¹⁵⁴. Pode-se imaginar a dificuldade que não será para ela adaptar-se. À vida de um novo meio, e principalmente ao trabalho na indústria¹⁵⁵. Não é preciso acentuar que os operários que se

¹⁵² Comp. R. J. Alexander : *Labour Relations... e Modification de la juridiction du travail au Brésil*, «Informations sociales», Novembro 1954.

¹⁵³ Comp. J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento do trabalhador...* e deste autor *Sociedade industrial no Brasil...* e *Caractéristiques de L'adaptation...*

¹⁵⁴ T. P. Accioly y Borges: *Rapport entre le développement économique, l'industrialisation et l'accroissement de la population urbaine au Brésil*. in: *L'urbanisation en Amérique Latine...*

¹⁵⁵ Diz também respeito a população negra que se empregou na indústria. R. Bastide nota que os industriais se queixam que os Negros trabalham apenas casualmente, para ganhar alguns centavos indispensáveis à vida, e que não se podem habituar a horas certas de trabalho nem a um trabalho regular indispensável num emprêgo junto a uma máquina (*Le problème noir en Amérique Latine...*).

recrutam de entre esta gente são muito diferentes do antigo corpo da classe operária¹⁵⁶.

A gente de que falamos representa em geral um baixo nível de orientação geral. Uma grande parte dela é analfabeta. Pode dar-se a título de exemplo que entre os migrantes recebidos na «Hospedaria de imigrantes» de São Paulo em 1957, uns 82,9 % não sabiam ler nem escrever. Em 1958 este índice foi de 84,1¹⁵⁷. É gente que se dirige da miséria para a cidade, e não em consequência de uma consciente e livre escolha. Não raras vezes continua a estar ligada à aldeia natal, onde deixou um pedaço de terra que devido el sua ausência cultiva a família. Como chama a atenção J. R. Brandão Lopes, uma grande parte dos nordestinos não vai para a cidade para lá ficar para sempre, mas para ganhar algum dinheiro e voltar para a aldeia¹⁵⁸. Acontece que efetuam tais andanças uma série de vezes. O fim deles é neste caso melhorar o nível de vida na aldeia (às vezes com a abertura de uma pequena loja comercial – com o dinheiro economizado); não examinam os seus planos vitais na convicção de que o futuro delas está ligado com a cidade e muito menos com a indústria.

Este fator, com a posse de fracas qualificações e com a forte concorrência no mercado do trabalho ocasiona uma instabilidade excepcional desta força de trabalho, o que dificulta imensamente a formação da consciência profissional ou de classe.

J. R. Brandão Lopes dá exemplos de caminhos da vida de alguns operários de origem camponesa e que estavam empregados na fábrica por ele estudada. Vale a pena tratá-los aqui dado que são muito ilustrativos:

S.A.D. – originário do estado da Bahia – foi operário durante ano e meio. Regressou e durante três semanas trabalhou na agricultura. Durante um ano foi vendedor. É operário desde há 4 anos.

Omitimos este problema porque, como lembramos, o proletariado negro constitui ainda uma relativamente pequena parte da classe operária industrial.

¹⁵⁶ Ch. Wagley diz que esta gente «é semelhante a um camponês que vive em meios urbanos» (*An Introduction to Brazil*, New York – London 1963).

¹⁵⁷ *Movimento migratório para São Paulo...*

¹⁵⁸ J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento do trabalhador...*

C.C.F. – originário do estado de São Paulo – durante três meses foi lavadar numa empresa de autocarros. Durante 8 anos trabalhou como operário. Voltou à agricultura ande trabalhou dais anos. Durante dais meses foi operário, mudou de trabalho em seguida e no atual emprego trabalha desde há dais anos.

J.J. – originário do estado da Bahia – foi auxiliar de pedreiro durante dois meses, aprendiz de pedreiro durante duas semanas, operário durante ano e meio. Posteriormente foi vendedor durante um periodo de tempo não conhecido após o qual voltou a trabalhar como operário. Depois de 15 dias mudo u o trabalho e veio para a presente empresa ande trabalha desde há dais anos e meio.

C.E.A. – originário do estado de Pernambuco – durante um ano foi meeiro, em Pompéia no estado de São Paulo. Voltou a Pernambuco por quatro meses. Em seguida foi operário durante um mês e ano e meio rendeiro em Osvaldo Cruz no estado de São Paulo. Durante um ano foi operário. Na presente fábrica trabalha desde há um ano.

S.N.G. – originário do estado de São Paulo – durante três meses foi operário. Mudou de trabalho continuando a ser operário durante dez meses. Durante ano e meio esteve empregado no comércio. Durante um ano e três meses foi operário e em seguida de nava operário durante quatro anos.

Na prática a instabilidade da população de que falamos é ainda maior do que resulta dos abordados caminhos da vida¹⁵⁹, porque é também preciso ter em consideração as pessoas que começam o dia à procura de trabalho e que cada dia fazem um cutre trabalho. As pessoas vindas das aldeias não se identificam com o trabalho na indústria, não se indentificam com o seu papel social de operário. É característico que esta gente muitas vezes tende precisamente a desligar-se das fileiras da classe operária. A frequência da repetição dos períodos de trabalho no comércio, nos citados exemplos dos caminhos da vida, não é casual F. H. Cardoso indica que as investigações mostraram que a maioria dos operários tem esperança que os seus filhos já não serão operários¹⁶⁰. Entre os vindos da aldeia que se tornaram operários há a tendência geral de se empregarem «por canta própria», de abrirem uma pequena loja

¹⁵⁹ J. R. Brandão Lopes: *op. cit.* e deste autor *Sociedade industrial no Brasil*.

¹⁶⁰ F. H. Cardoso: *Proletariado no Brasil. Situação e comportamento social*. «Revista Brasileira».

comercial, a tornarem-se mesmo vendedores ambulantes. A grande cidade cria possibilidades para isto.

Nesta atitude está sem dúvida enraizada, principalmente nos nordestinos o modelo de avanço social trazido de suas terras natais, onde a propriedade de uma pequena loja é símbolo de riqueza, e a não dependência das ordens dos chefes de fila das plantações de café – símbolo de superior estatuto social. Refletem-se também nesta atitude dificuldades «normais» de adaptação ao trabalho na indústria. Os respondedores de J. R. Brandão Lopes sublinharam acertadamente os valores, como se apresenta para eles o trabalho fora da indústria. Um deles por exemplo, sublinhou que «quando se trabalha por conta própria não se é dependente nem das horas de trabalho, nem do chefe». Outro, por sua vez, disse que queria ter «uma barraca com bebidas. uma mercearia, qualquer coisa menos patrão, para que pudesse sozinho das ordens, para que não devesse ouvir ordens de outros» Ainda um outro operário declarou ao investigador que o que mais lhe causa transtornos no trabalho, é que não pode continuar nele precisamente quando queria nele ficar. Todos, numa palavra, mostram as suas tendências para a independência. Como esta tendência não é para concordar com o sistema industrial, forçam encontrar uma saída fora dele – principalmente no pequeno comércio¹⁶¹. O fenómeno de tendência de fuga da indústria é de resto conhecida da história da industrialização da Europa¹⁶². Em suma, como pensa A. Touraine, os brasileiros que vieram das aldeias e trabalham nas fábricas «não são – ou pelo menos não se tornaram ainda – operários que se indentificam com a classe social, com a qual se deviam sentir ligados tanto pelos seus interesses quotidianos como pelas perspectivas de seu futuro»¹⁶³. A este fenómeno essencial juntam-se fatores tais, como o hábito do estilo de vida da aldeia, o hábito de dependência ao proprietário agrícola, etc. Na fábrica a pessoa do patrão é substituída pela pessoa do fazendeiro da aldeia natal. F. H.

¹⁶¹ Comp. J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento...* e também deste autor: *Caractéristiques de l'adaptation...* Os tratados citados são tirados destes artigos.

¹⁶² Como exemplo comp. N. Assorodobraj: *Początki klasy robotniczej [As origens da classe operária]*, Warszawa 1966.

¹⁶³ A. Touraine: *Industrialisation et conscience ouvrière...*

Cardoso observa que frequentemente os operários vêm os seus inimigos muito mais nas pessoas que lhes são imediatamente superiores, que nas pessoas dos industriais. Dirigem-se ao dono da fábrica pedindo auxílio contra atos da administração da fábrica – de semelhança como na aldeia se dirigem a pedir auxílio ao fazendeiro no caso de doença ou infeliz desastre¹⁶⁴. No fim de contas a maneira mais certa de se obter avanço na hierarquia fabril são os serviços prestados ao patrão, o chamar a atenção sobre si, o agradar-lhe.

A trança de todos estes fatores dificulta a formação da consciência política, de classe, ou mesmo de grupo. Brandão Lopes aponta a opinião reinante entre o pessoal de control da fábrica por ele estudada, ue os operários não são solidários entre si («não tem união»), que pelos seus atos pretendem exclusivamente obter proveitos pessoais. Os grupos não formais, que se podem diferenciar na fábrica, são segundo ele, no máximo, pequenos grupos de amigos – gente a maior parte das vezes originária da mesma aldeia ou da mesma região. Estes grupos não podem constituir base de qualquer ação comum à escala da fábrica ou linhas de produção¹⁶⁵. Deu isto a sentir-se de uma maneira particularmente clara durante a greve, analisada por Brandão Lopes, que rebentou nessa fábrica. A solidariedade neste caso limitava-se também apenas a grupos de colegas do trabalho, Sòmente este tipo de solidariedade teve mão dos operários perante a fura dos piquetes de greve; se fossem desfeitos a gente voltava a pegar no trabalho. Como pensa A. Touraine, comentando este estudo, a conduta dos operários era oposta a maneira de agir das elites operárias consciencializadas, que se guiam por princípios ideológicos, por uma consciência de fins e segundo a estratégia de luta de classes. No caso estudado por Brandão Lopes a solidariedade era apenas dependente da situação e desaparecia logo que deixasse de dizer respeito a concretos e diretamente realizáveis

¹⁶⁴ F. H. Cardoso: *Proletariado e mudança social...* Comp. também J. R. Brandão Lopes: *Sistema industrial e estratificação social*, «Revista Brasileira de Estudos Políticos», Janeiro 1961 (reproduzido in: J. R. Brandão Lopes: *Sociedade industrial...*).

¹⁶⁵ J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento...*

assuntos¹⁶⁶. A solidariedade foi no geral fraca. Brandão Lopes não observou durante o tempo da greve nenhuma discussão, debates ou coisas semelhantes. A greve foi em muito maior grau uma revolta da classe mais baixa contra a gente que ocupava um status social mais alto, do que uma ação da classe operária contra a classe que possui os meios de produção¹⁶⁷. Uma semelhante – baixo nível de consciência de grupo consciência política confirmou entre os vindos das aldeias A. Trujillo Ferrari analisando uma das eleições gerais¹⁶⁸. Como foi lembrado, os vindos do campo constituem uma importante parte da classe operária e portanto pode-se imaginar como devem eles pesar no desenvolvimento da consciencialização da classe.

Um caso totalmente extremo de desintegração social, a falta de consciencialização política, etc. constituem as favelas – e são elas precisamente a base do recrutamento da classe operária e, como lembramos, parte dos operários mora nelas. A família – mais raramente o grupo de pessoas originárias da mesma região – é aí o único essencial grupo social. Compreende-se isto, uma vez que cada imigrante é antecipado – ou ele próprio se antecipa – por outros membros da sua família da aldeia. Nas favelas, ande tomam contato com um mundo tão diferente e difícil¹⁶⁹, os recém chegados são dados à proteção dos membros da família que chegaram antes. O auxílio toma principalmente as seguintes formas: a) às vezes, se bem que raramente, é um auxílio financeiro no primeiro período de mudança, b) frequentemente acontece que o recém chegado é recebido em casa até ao dia em que obtenha lugar na favela e auxílio a este respeito, e c) o apoio manifesta-se sob a forma de auxílio na procura de trabalho¹⁷⁰. A família (em sentido amplo) é tudo: grupo de identificação e por afinidade, o único meio social de unidade na favela. Atrás deste estado de coisas vai a tão bem vista em C. M. de

¹⁶⁶ A. Tauraine: *Industrialisation et conscience ouvrière...*

¹⁶⁷ J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento...* e ainda deste autor: *Sistema industrial...*

¹⁶⁸ A. Trujillo Ferrari: *Atitudes e comportamento político do imigrante nordestino em São Paulo*, «Sociologia», Setembro 1962.

¹⁶⁹ J. Gomes Consorte mostrou, por exemplo, de uma maneira interessante, observando os alunos de uma escola pública, a distância que separa as crianças das favelas, de proveniência rural, das crianças da cidade (*A criança favelada e a escola pública*, «Educação e Ciências Sociais», Agosto 1959).

¹⁷⁰ Comp. A. Pearse: *Quelques caractéristiques...*

Jésus desintegração social da favela, a falta de qualquer consciência de grupo ou política¹⁷¹. Evidentemente que, à medida da estância na favela, à medida da residência na cidade, à medida que qualquer estabelização, profissional ou social (se tal é possível na favela) aumenta – como pensa J. Nilo Tavares – a consciência política das pessoas que falamos, assim como o seu interesse com os fenômenos políticos¹⁷². Todavia os favelados, na sua maioria, continuam propensos a revolta, e todos prontos, praticamente, a apoiar cada movimento político. Isto é uma força amotinadora, mas não consciente, que constrói a força revolucionária. Isto é força que virá a servir a cada um, a quem a exerce na ação¹⁷³.

Em suma, todo o quadro traçado pouco lembra o quadro da classe operária amadurecida do modelo teórico marxista. Este estado da classe operária foi a condição do êxito da política de Vargas. A velha guarda operária nunca daria por exemplo os sindicatos sob control da administração estatal, mesmo pelo preço de legalização deles, e de outros proveitos. Não por acaso foi o «ibanismo» do Chile muito menos acentuado que o «getulismo». A política de Carlos Ibañez caiu no Chile num terreno muitíssimo menos favorável – outra era entretanto a classe operária. Sem prestar atenção à existência desta massa de gente afluyente, que não possuía experiência sindical nem experiência de luta de classes, sem tomar sob a atenção o fato da existência de massas prontas a responder a cada sinal desta gente não seria possível explicar os sucessos do getulismo, nem, do que talaremos ainda, do peronismo¹⁷⁴.

A «velha guarda operária» brasileira forçou de resto em muitos casos continuar a luta, por exemplo sob a forma de organização de sindicatos ilegais, de que falaremos adiante. Não cabe também

¹⁷¹ C. M. de Jésus: *Quarto de despejo...*

¹⁷² J. Nilo Tavares: *Marginalismo social, marginalismo político?*, «Revista Brasileira de Estudos Políticos», Janeiro 1962.

¹⁷³ Sobre o problema de falta de consciência revolucionaria na população urbana marginal comp. a interessante entrevista concedida por O. Lewis a K. S. Karol (*Un sociologue chez les damnés*, «Le Nouvel Observateur», 1967, n° 124). *Per analogiam* comp. sobre este assunto S. Czarnowski: *Ludzie zbędni w służbie przemocy [Gente desnecessária ao serviço da violencia]*, in: *Dziela [Obras]*, vol. 2, Warszawa 1956.

¹⁷⁴ Presta atenção nisto G. Friedman (*Problemes d'Amérique Latine...*) e G. Germani (*Política e massa. Estudo sobre a integração das massas na vida política dos países em desenvolvimento*, Universidade de Minas Gerais 1960).

esquecer que precisamente devido à influência dos operários de origem rural os operários experimentados avançaram para um superior degrau da hierarquia social, não falando que os seus grupos foram submergidos pela massa dos novos chegados. O desenvolvimento da consciencialização de classe da classe operária brasileira foi retardado também pelo próprio fato da heterogeneidade desta classe. Cada um dos grupos que formam a classe operária brasileira – quer seja dos imigrantes da Europa, ou do Japão, quer das regiões agrícolas do Brasil, ou dos ex-escravos – trouxe outra bagagem de experiências, caiu em diferente situação e possuía no fim de contas diferentes interesses. Mesmo os grupos de imigrantes da Europa não se podem tratar de uma maneira única. Em 1917, ano de culminante tensão de lutas operárias no Brasil, houve lutas por exemplo entre trabalhadores portugueses e italianos¹⁷⁵. De resto, os imigrantes da Europa, se bem que levassem para o Brasil a tradição das lutas europeias, não eram capazes – como diz F. H. Cardoso – de se definirem como proletariado. O seu ideal era frequentemente fazer uma carreira individual, a obtenção de um status social superior. Por isso viajaram da Europa. Matarazzes houve poucos entre eles, mas o exemplo de carreira dêste genero – dadas as existentes na verdade grandes, mas de qualquer maneira maiores do que nos seus países natais, possibilidades de avanço social – atuou contagiosamente e retardou eficazmente a formação da consciência de classe mesmo entre o mais consciencializado grupo do operariado brasileiro. Pode-se também admitir que com o tempo no corpo dêste grupo apareceram, por exemplo elementos defensivos em face dos nordestinos, o que também se opôs à formação de uma classe operária homogênia. Em suma, a classe operária brasileira é (tanto mais foi no tempo de Vargas) uma classe nova, apesar de tudo numéricamente relativamente pequena, em grande parte agrupada em pequenas empresas industriais¹⁷⁶, heterogênia (perante isto,

¹⁷⁵ O fenômeno de que falamos aparece também entre os vindos das aldeias. Os migrantes que são originários de uma mesma região não gostam dos outros. Em geral não gostam dos nordestinos.

¹⁷⁶ A grandeza de um meio operário é um fator, a que Marx, principalmente nos seus trabalhos históricos, prestou a grande atenção. Em 1960, no Brasil, existia apenas 380 empresas industriais (menos que 0,5%) que empregavam mais de 500 operários (segundo E. de Kadt: *The Brazilian*

como tentamos mostrar, para cada um dos grupos a transição para as fileiras da classe operária foi avanço social). A classe operária brasileira é uma classe, que com os vindos das aldeias recebeu uma série de características camponesas. Esta classe forma-se num país ainda em grande medida com umas relações capitalistas pouco expandidas. É possível que com o tempo esta classe se torne classe formada, classe «para si». Entretanto, no que diz respeito aos anos trinta e quarenta (e igualmente bem os de hoje) pode-se – comparando com o modelo teórico de Marx – definir esta classe como classe ainda «não amadurecida». Esta opinião confirma R. Bastide, afirmando que no Brasil «nao existe proletariado como classe consciente e organizada». Semelhante posição ocupa F. H. Cardoso, observando que «entre os operários paulistás não se desenvolveram ainda características que são essenciais para que se possa falar delas, sem limitações, como da classe operária». «As condições de vida, diz Cardoso, ainda não fizeram com que se formasse entre os trabalhadores a consciencia de destino comum, nem a consciência de que se encontram na mesma situação de classe e de posse de interesses iguais, nem por fim a consciência dêstes interesses»¹⁷⁷.

Precisamente uma tal classe tornou-se objeto da política social do getulismo – da política que introduziu mudanças fundamentais no que diz respeito ao lugar da classe operária no conjunto do sistema socio-político.

Um avanço de classe que aconteceu cedo.

Em resultado da confluência dos dois talados fatores – «não amadurecimento» da classe operária (para conservarmos esta definição convencional) e da política social de Getúlio Vargas – surgiu o fenômeno que se pode definir como avanço da classe operária antes de este «amadurecimento».

Impasse. Problems of a 'Dual Society'. «Encounter», Setembro 1965). No fato que as peguenas empresas fabris não favorecem a formação da consciência da classe operária brasileira, chama a atenção M. Vinhas (*Contribuição para o estudo da estrutura e da organização do proletariado paulista...*).

¹⁷⁷ R. Bastide: *Brésil. Terre des contrastes...*; F. H. Cardoso: *Proletariado e mudança...*

Este fenômeno pode ver-se talvez melhor no exemplo das mudanças dos sindicatos.

Os estudos de J.R. Brandão Lopes mostraram que os sindicatos são tratados pelos operários como um meio de obter certos benefícios econômicos, para a obtenção de aumento das pensões ou para a satisfação do pedido contra o despedimento antes do tempo. O meio operário estudado entrava em cantata com o sindicato quando precisava de uma consulta a um advogado ou de semelhante auxílio. O sindicato intercedia em tais casos simplesmente como uma instituição governamental de segurança social e ao mesmo tempo como seção social da empresa. Como resulta dos referidos estudos os trabalhadores que afluem dos meios rurais não se interessam com a vida sindical – são apenas espectadores interessados. Não vêem o sindicato como a sua própria organização, mas como organização criada para eles – com o que às vezes a identificam com uma instituição estatal. Quando falam do sindicato usam, segundo Brandão Lopes, o pronome «eles» e não «nós». Não há que falar que vissem no sindicato um instrumento de luta de classes e organização que exprima a sua solidariedade¹⁷⁸.

Talvez que não se possa estender os resultados decorrentes destes estudos a todo o movimento sindical do Brasil. Existiram também no Brasil sindicatos de classe que Vargas sempre quis destruir. Depois da guerra, durante a presidência de Dutra, os comunistas obtiveram uma grande influência nos sindicatos legais. Os comunistas desempenharam o papel principal na organização do congresso sindical (Setembro 1946), que chamou a vida a das esquerdas Confederação dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), afiliada à CTAL¹⁷⁹. A Confederação foi ilegalizada ao mesmo tempo que o Partido Comunista, em 1947. Numerosos comunistas – militantes dos sindicatos – foram presos. Se porém o Partido Comunista Brasileiro pôde resistir à repressão que enfrentou nos

¹⁷⁸ J. R. Brandão Lopes: *O ajustamento...* e deste autor: *Quelques caractéristiques...*

¹⁷⁹ Sobre a questão das influências dos comunistas no movimento operário organizado comp. o artigo escrito, sob as influências deste congresso: *Trade Unions in Brazil*, «Economist», 19 X 1946.

anos quarenta-cinquenta foi antes de tudo devido às influências e apoio dele no organizado movimento operário¹⁸⁰.

Todavia a relação para com os sindicatos observada por Brandão Lopes deve ser um fenômeno muito frequente. A. Simão afirma igualmente que a maioria dos membros vê o sindicato como uma sociedade de assistência social da qual querem ser «sócios-beneficiários». Semelhantemente R. Bastide constata que os sindicatos em São Paulo são muito mais sociedades de auxílio mútuo que orgaos de atividade de classes¹⁸¹.

Os trabalhadores sentem a situação racionalmente. De fato, não foram eles que criaram os sindicatos, mas os sindicatos foram criados para eles (comp. a passagem sôbre a política social de Vargas). Como observa R. Bastide, ao contrário dos da Europa o sistema brasileiro de sindicatos não foi uma emanção das classes mais baixas e das suas reivindicações, mas foi criado pelo estado¹⁸². A classe operária inglesa teve de lutar pelo direito de se organizar. Este direito constituiu a coroação do longo período de formação da classe e do segundo período de lutas vitoriosas (se bem que frequentemente perdidas temporariamente). No caso do Brasil não se lutou por este direito; ele foi dado à classe operária. O sistema burocrático dos sindicatos, como o diz A. Simão, foi criado pelo estado ainda antes do grande salto da industrialização¹⁸³. A obtenção dêste e de outros semelhantes direitos não foi um avanço social ocasionado pela luta de classes, cuja luta poderiam ter tomado numa determinada etapa do seu amadurecimento e que

¹⁸⁰ Esta opinião defendem autores que representam as mais diferentes tendencias políticas (comp. entre outros R. J. Alexander: *Communism in Latin America*, New Brunswick, New Jersey 1957). O trabalho mais completo que conheço sôbre esta questão e no geral sôbre a corrente radical do movimento operário brasileiro é o livro de V. I. Koval: *Istoriya Brazilskogo Proletariata (1867 – 1967)* [História do proletariado brasileiro], Moskva 1968. Apareceu ele porém após ter escrito este artigo.

¹⁸¹ A. Simão: *Industrialização e sindicalização...*; R. Bastide: *Brésil. Terre des contrastes...*

¹⁸² R. Bastide, R. Fernandes: *Branços e negros em São Paulo...*

¹⁸³ A. Simão: *Industrialização e sindicalização...* Este fenômeno não é excepção para o Brasil. A. Touraine chama a atenção que na América Latina em muitas casos os operários dêste o princípio do processo de industrialização possuem direitos políticos e garantias sociais, que os operários europeus obtiveram apenas após um longo período de desenvolvimento económico e de lutas sociais (Torcuato di Tella, L. Brams, J.D. Reynaud, A. Tourain e: *Huachipato et Lota. Étude sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes*. Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique 1966).

amadureceria durante o seu decorrer. Foi um avanço havido demasiado cedo em relação com a etapa de formação da classe que falamos-se assim se pode dizer – antes do amadurecimento.

O fato que a classe operária brasileira recebeu uma série de direitos e privilégios materiais, pelos quais os trabalhadores do Ocidente tiveram de travar uma longa luta, já numa primária etapa da sua formação constitui uma diferença essencial entre as vias de formação desta classe e o modelo clássico de formação da classe operária.

A palavra «avanço» usada aqui pode levantar dúvidas. É que se pode falar de avanço da classe operária, quando por exemplo a leçãilização dos sindicatos foi acompanhada por uma tutela minuciosa do govêrno sôbre eles? Observemos este assunto de mais perto.

Segundo nós Vargas atuou em toda a sua atividade a favor dos interesses objetivos da burguesia. Na verdade não nos parece que – como afirma S. Zaborski – «a tomada do govêrno por Vargas acabou com um longo período de vivos esforços desenvolvidos pela burguesia nacional a fim de se apoderar do govêrno»¹⁸⁴. Mesmo hoje, como resulta das investigações de Cardoso, a burguesia brasileira é ainda uma classe pouco formada¹⁸⁵. Mesmo hoje é difícil dizer que a burguesia brasileira tomou plenamente o poder nas suas mãos. A queda do govêrno Goulart é a melhor prova disto. As proposições de Goulart tinham por fim a introdução de reformas básicas da revolução burguesa, em primeiro lugar com a restrição da grande propriedade da terra. Economistas brasileiros acentuam cada vez mais o fato da existencia de dificuldades que

¹⁸⁴ S. Zaborski: *Cukier, złoto, kawa... [Acucar, ouro e café...]*.

¹⁸⁵ Comp. F. H. Cardoso: *El impresário industrial de América Latina. 2: Brasil*, Naciones Unidas, Consejo Economico y Social, General, E/CN. 12/642/Add. 2/10 III 1863.; F. H. Cardoso: *Tradition et innovation. La mentalité des entrepreneurs de São Paulo*, «Sociologie du Travail», Julho – Setembro 1963; F. H. Cardoso: *Empresário industrial e desenvolvimento económico*, São Paulo 1964. Sôbre a burguesia brasileira comp. também N. Werneck Sodré: *História da burguesia brasileira*, Rio de Janeiro 1964.

resultam para o desenvolvimento devido à atividade de potentes grupos desinteressados no desenvolvimento capitalista¹⁸⁶.

A subida de Vargas ao poder não foi a tomada do poder pela burguesia. A revolução de 1930 (como ela se chama na historiografia brasileira) foi um movimento de «tenentes» – de jovens oficiais nacionalistas e antifeudais convictos. Foi ela um prolongamento dos movimentos dos «tenentes» de 1922 e 1924, dirigidos contra a dominação no país dos representantes dos interesses da aristocracia rural, isto é aristocracia do café, representada Das vésperas do golpe de estado de Vargas pelo presidente Luís Washington¹⁸⁷. O movimento que levou Vargas ao poder foi um movimento que nasceu no período mais dramático da crise. Os jovens oficiais nacionalistas queriam salvar o país do estado no qual se encontrou sob os governos da oligarquia do café. A situação no país era realmente má. Segundo as palavras de Osvaldo Aranha, primeiro ministro da justiça de Vargas e ministro do interior, o país estava sem dinheiro, sem possibilidades de exportação, com moratória no que diz respeito às dívidas para com o estrangeiro e com dívidas internas que nunca foram contadas; o preço do café caía, havia superprodução e enormes reservas enchiam os armazéns; a economia brasileira estava na ruína; pairava o desemprego¹⁸⁸. Não é de admirar pois que o elemento saneamento das relações tenha entrado em cena tão fortemente no primeiro programa de Vargas, publicado a 3 XI 1930¹⁸⁹. Pelos lemas da saneamento das relações existentes no país, pelos lemas

¹⁸⁶ Comp. entre outros C. Furtado: *Political Obstacles to Economic Growth In Brazil*, «International Affairs», Abril 1965. Este artigo possui uma série de versões. Entre outras foi editado por C. Veliz (ed.): *Obstacles to Change in Latin America*, London – New York – Toronto 1965.

¹⁸⁷ É a interpretação geralmente admitida sobre a subida de Vargas ao poder. Comp. entre outros C. Furtado: *Desenvolvimento economico do Brasil...*; Ch. Morazé: *Les trotskismes du Brésil. Essai de politique*, Paris 1954; J. M. Bello: *A History of Modern Brazil*. 1889 – 1964, Stanford 1966.

¹⁸⁸ Dou isto por H. Walker (vide L. F. Hill (ed.): *Brazil*, Berkeley and Los Angeles 1947).

¹⁸⁹ Vargas anunciou a anistia, proclamou a necessidade de saúde moral e "física, extirpação de todas as formas de corrupção uma luta sistemática pela bem estar e pela melhoramento do estado de saúde, alargamento da ensino, intensificação da economia através da diversificação na agricultura e com a introdução de uma divisão internacional do trabalho, criação do Ministério do Trabalho que se ocuparia de problemas sociais e com a prestação de proteção aos operários urbanos e agrícolas, apoio a limitação por vias pacíficas da grande propriedade da terra e apoio as pequenas propriedades agrícolas, criação de um plano à escala nacional sobre a construção de estradas de ferro, auto-estradas etc. (segunda L. F. Hill: *op. cit.*).

do desenvolvimento – e não só por isto – a revolução de 1930 lembra o golpe de Maio de Piłsudski (Polônia, 1926). Em ambos os casos o exército e o povo dirigiram jôgo não contra as pessoas que cometiam o golpe, mas contra o velho, das direitas, govêrno comprometido, contra a aristocracia rural. A vitória da revolução de 1930 no Brasil provocou a diminuição das influencias desta última no governo. O movímento de 1930 era favoravel para a nascente burguesia industrial, voltou-se a seu favor e no geral facilitou o seu desenvolvimento – se bem que não fosse sua obra¹⁹⁰. O mesmo é difícil dizer, que a ditadura de larçãs significou «ditadura da burguesia»¹⁹¹. O getulismo foi um tipo de regime do qual uma série de elementos apareceram também em alguns outros países, que não por acaso eram países com vastas remanescências feudais. Não se pode esquecer tabém que Vargas durante todo o período do seu govêrno não ousou desligar-se completamente da aristocracia rural. Com certeza eram estas as suas intenções¹⁹². Entretanto a Consolidação das Leis do Trabalho não se aplica aos camponeses e operários agrícolas. Mas durante todo o período do seu govêrno Vargas não ousou romper com a política de defesa do setor do café – não falando já das ligações pessoais e políticas de Vargas com latifundiários do Rio Grande do Sul. Como podia ser isto «ditadura da burguesia» se mesmo apesar de ter esmagado a revolta animada pelos plantadores de café do estado de São Paulo em 1932 Vargas não resignou da política de defesa do setor do café¹⁹³.

¹⁹⁰ Comparar a opiniao de O. Ianni que afirma que apesar de que a classe média desempenhou um importante papel na revolução de 1930. Não foi ela que decidiu sôbre o seu caráter. Verdadeiras significações concederam a esta revolução as mudanças que tiveram lugar antes dela, durante ela e após ela. Ou de outra maneira, apesar de que a revolução de 1930 não foi feita nem decisivamente apoiada pela nascente burguesia industrial e financeira devia ela ser tratada como um elemento básico («um momento superestrutural») «de acumulação primitiva», que possibilitou a posterior industrialização (*Estado e capitalismo. Estrutura social e industrialização no Brasil*, Rio de Janeiro 1965).

¹⁹¹ Titulo do capítulo referente ao getulismo in S. Zaborski: *op. cit*

¹⁹² O acima abordado programa de Vargas foi um programa antifeudal – pelo menos em alguns dos seus acentos. Um quarto de século depois o problema não mudou muito. Gilberto Freyre escreve que durante o seu último encontro, alguns dias antes do suicídio, Vargas lhe falou da necessidade de introdução de uma reforma agrária, da necessidade de modernização da agricultura, de ser preciso descentralizar a indústria (*New World in Tropics. The Culture of Modern Brazil*, New York 1959).

¹⁹³ O fato, que os efeitos indiretos desta politica, provocando um curso de investimentos industriais, se mostraram mais importantes que os planificados, não desempenha aquí papel. A história desta revolta é muito instrutiva. A 9 de Julho 1932 não querendo o estado de São Paulo ser mais

Mesmo Peron, que representou um movimento socio-político análogo ao getulismo, não ousou atacar abertamente a aristocracia rural. Apesar de ter aumentado os salários dos operários agrícolas, não anulou a proibição de se organizarem, o que é uma particularidade particularmente picante se se toma em consideração que sob os seus tempos teve lugar quase uma geral organização dos trabalhadores em sindicatos. Isto foi uma concessão para com a oligarquia latifundiária. Apesar de todas as suas palavras proferidas contra ela, Peron subsidiou a produção agrícola e por todos os meios apoiou o desenvolvimento do setor da exportação. Foi isto resultado da errada concepção de tirar a economia argentina do beco sem saída, no qual se encontrou¹⁹⁴, mas objetivamente – como as mercadorias de exportação tradicionais da Argentina são produtos agrícolas e pecuários, voltou-se a favor da oligarquia dos latifundiários. Quem sabe se não foi a condição de Peron se manter no poder? Se sim, então é difícil chamar ao peronismo ditadura da burguesia – o mesmo, como é difícil definir desta maneira o getulismo.

Parece-nos que o getulismo (e o peronismo, de que falaremos em seguida) foi não tanto resultado do desenvolvimento da burguesia,

«locomotiva que arrasta vinte vazios vagões», declarou secessão da federação. O exército paulistano, comandado pelo general Bertholdo Klinger, contava 17 mil homens que estavam estacionados nos estados de São Paulo e Mato Grosso, assim como 15 mil policias. O esmagamento de tal insurreição não foi coisa fácil para Vargas com certeza, tanto mais que as fábricas de São Paulo, as mais potentes do Brasil, forneciam aos insurretos armas e munições. E todavia depois de sufocada a revolta o próprio Getúlio Vargas, que dois anos antes, durante a campanha eleitoral excitou os seus ouvintes à luta contra os «plutocratas, magnates do café», recebeu os rebeldes no seu gabinete e reconheceu a maioria das suas reivindicações (comp. L. F. Hill: *op. cit.*; T. Mende: *op. cit.*). A história da revolta de São Paulo é de resto difícil de analisar. A interpretação, que demos acima, é apenas uma das possíveis. A dificuldade consiste nisto, que o estado de São Paulo era ao mesmo tempo o estado mais potente como produtor de café e o estado mais desenvolvido industrialmente. Levanta-se a pergunta, se a revolta, de que falamos, foi um reflexo da oligarquia do café ou dos interesses da nascente burguesia. Ch. Morazé afirma por exemplo que, no caso da revolta de São Paulo não se tratava de «ainda uma revolta mais que tinha sob os olhos os interesses do mundo agrícola, mas de uma revolta da sociedade, que descobrira, que é uma sociedade industrial – de uma revolta da sociedade que não quer mais acarretar sobre as castas o peso das infelicidades estranhas, o peso das terras secas do Norte e o peso das problemas ligadas com a pecuária no Sul, mas que quer acupar-se com os seus próprios assuntos». Segundo Marazé o estado de São Paulo desempenhou neste conflito o papel que na guerra da secessão dos EE.UU. desempenharam os estados industrializados (Ch. Morazé: *op. cit.*). Deixamos o assunto aberto

¹⁹⁴ Peron quis fazer isto através do desenvolvimento da exportação e não através da aprofundamento do processo de substituição da importação.

mas mais resultado do seu não desenvolvimento. O getulismo foi um «substituto» da burguesia. Tinha de fazer aquilo que era necessário para o desenvolvimento do país, o que era do seu interesse objetivo. O getulismo tinha de fazer aquilo que por exemplo a burguesia francesa foi capaz de fazer durante a Grande Revolução, e o que a não desenvolvida burguesia de um país não desenvolvido sozinho não pôde fazer. O governo de Vargas não foi uma «ditadura da burguesia», mas uma ditadura que era do interesse da burguesia – contra o velho mundo feudal. Foi uma ditadura que com dificuldade abriu o caminho à burguesia¹⁹⁵.

Na luta com o velho, com o mundo feudal, Vargas necessitou de aliados. Precisou deles tanto mais quanto a burguesia era fraca. Na luta com a aristocracia rural, aliados naturais foram as massas urbanas (o getulismo não foi tão forte para que pudesse se acometer contra a oligarquia através de um apêlo a população rural)¹⁹⁶. E as massas urbanas, particularmente as operárias, apoiaram Getúlio. Quem deviam elas no fim de tantas apoiar em tal configuração política? Os governos da aristocracia do café? E que deram eles aos operários? Repressão, caos no país e crise, resultantes da queda do preço do café. A luta de Vargas tornou-se luta de todo o setor urbano contra o mundo feudal. Foi uma luta apoiada no povo a favor da burguesia. O getulismo foi, como nota Cruz Costa, um sistema de poder executado no interesse do capitalismo e que se apoiou nas massas urbanas¹⁹⁷. Neste contexto a política social do getulismo torna-se mais compreensível.

Diga-se entre parentesis, que o melhoramento da conjuntura mundial favoreceu a Vargas (da mesma maneira como a Peron nos anos quarente virá a favorecer a boa conjuntura de guerra e do após

¹⁹⁵ Neste sentido tende a afirmação de I. Sachs, que «o populismo tende a assegurar influências aos representantes da burguesia industrial nacional, que aspira a desempenhar o papel de pelo menos igual parceiro em relação aos latifundiários e ao capital estrangeiro» (*Kształt niepodległości... [Forma da independência...]*).

¹⁹⁶ Comp. Theotonio Júnior: *O movimento operário no Brasil*, «Revista Brasiliense», Janeiro – Fevereiro 1962: «Uma burguesia nascente, como a burguesia industrial brasileira só poderia se apoiar na classe média e no operariado para atingir um avanço social no país». Sobre a questão do apoio de Vargas nas massas urbanas comp. Ch. Wagley: *A Revolução Brasileira. Uma análise da mudança social desde 1930*, Bahia 1958.

¹⁹⁷ Cruz-Costa, aula na École Pratique des Hautes Études em Paris, Maio 1964.

guerra). Vargas toma o poder em plena crise; o posterior melhoramento da situação é apontado pelas massas como resultado da sua política. uma situação semelhante virá a apresentar-se no período do segundo mandato de Vargas (1950 – 1955), quando a crise coreana melhora a situação da exportação brasileira.

No caso do peronismo aparece ainda mais claro o caso do populismo – sistema de poder executado no interesse da burguesia, mas com base de apoio sobre as massas urbanas. Peron, nos seus esforços dirigidos contra a aristocracia rural, representando em certo sentido um análogo – movimento de jovens oficiais, quis no princípio apoiar-se burguesia. Apenas só quando esta se mostrou bastante fraca e bastante desconfiada para com ele, ele se apoiou nas massas urbanas e estas apoiaram-no no seu jogo. Um momento decisivo foi talvez a prisão de Peron. No dia 9 de Outubro de 1945 Peron, então ministro do trabalho, ministro da guerra e vice-presidente, foi pelos seus colegas oficiais, amedrontados com o crescimento da sua força, obrigado a renunciar às funções que ocupava e preso numa fortaleza da ilha Martin Garcia. Imediatamente rebentaram potentes greves políticas em todo o país. Operários, de trens, de automóveis, e mesmo a pé, começaram a afluir à Plaza Mayo em Buenos Aires. No dia 16 de Outubro foi libertado e regressa triunfalmente a Buenos Aires¹⁹⁸. Depois de estes acontecimentos apoia-se decididamente nas massas urbanas. A sua política social, de que falaremos mais adiante, torna-se também neste contexto mais compreensível.

Observemos de mais perto a política social do getulismo, Significou ele na verdade um avanço da classe operária?

Não há dúvida que Vargas introduzindo a sua política atuou objetivamente a favor da burguesia, acalmando e institucionalizando a tensão de classes. Esta política foi de resto conscientemente conduzida neste sentido. Não por acaso escreveu Vargas que o estado não quer, não reconhece luta de classes, que a legislação social é legislação da harmonia social, ou que esta legislação tem por fim uma tal transformação dos sindicatos para

¹⁹⁸ R. J. Alexander: *Labour Relations...*; T. Mende: *op. cit.*

que em vez de atuarem como força negativa, inimiga do poder público, se tornem na vida social um elemento positivo de cooperação com o aparelho de estado dirigente¹⁹⁹.

De uma maneira semelhante Peron definiu os fins da sua política. «Queremos acabar com a luta de classes – escureceu – e substituí-la por uma concórdia igualitária enraizada de justiça emanante do Estado»²⁰⁰. Mais claramente explicou isto quando quis socegar os capitalistas preocupados com a orientação da sua política interior. No discurso proferido a 25 VIII 1944 na Bolsa do Comércio de Buenos Aires, Peron, então secretário do trabalho, disse: «Senhores capitalistas, não tenham medo do meu sindicalismo. Nunca o capitalismo virá a ser tão seguro de si como o é hoje [...]. As massas operárias não organizadas são perigosas quando não estão integradas. A experiência moderna mostra, sem dúvida, que melhor se pode conduzir e dirigir as massas operárias quando estão o melhor possível organizadas [...]. Dizem, que sou inimigo dos capitalistas. Todavia se olham bem, compreendem, que não há ninguém que defenda mais decididamente este sistema que eu, porque sei, que a defesa dos interesses dos comerciantes, dos industriais, dos negociantes é a defesa do próprio Estado [...] Se tendo a uma organização estatal dos trabalhadores, é para que o Estado os possam dirigir e mostrar-lhes o caminho [...] É preciso melhorar um tanto as condições de vida dos trabalhadores e então ter-se-à uma massa para se manejar facilmente [...]». Continuando o seu discurso Peron deitou mão ao último argumento que poderia convencer a burguesia: «Está em nosso poder fazer com que a situação não caia em tal extremo no qual todos os Argentinos perderão. Se chegar a esse ponto, a perda será proporcional àquilo que cada um possui. Quem muito tem, muito perde»²⁰¹.

Este discurso foi proferido ainda no período quando Peron forçava cair no gasto dos representantes da burguesia; não é portanto de excluir que foi ditado por fins táticos. Contudo, não mostra ele os

¹⁹⁹ Citado por O. Ianni: *Estado e capitalismo...*

²⁰⁰ Citado por T. Mende: *op. cit.*

²⁰¹ Coronel J. Perón: *El pueblo quiere saber de qué se trata. Discursos sobre política social pronunciados por el Secretario del Trabajo y Previsión durante el año 1944*, Buenos Aires 1944.

verdadeiros fins da política social de Peron (de semelhança com Vargas) – o seu desejo de suavizar e destruir os conflitos enquanto não se torna verdadeiramente perigosos para o conjunto da estrutura social? Com esta intenção foram precisamente criados os acima descritos meios institucionais de estripação dos conflitos de classes²⁰². Não é também de excluir que Vargas atuou sob este ponto sob a influência de experiências europeias, seja, imitou mesmo os sistemas fascistas europeus (italiano, português, e mesmo o sistema polonês dado que neste começaram a aparecer tendências fascizantes²⁰³. Como dis A. Simão, o estado, interessado na extensão do control sobre o movimento operário transplantou nos territórios pouco industrializados os modelos de sistemas sindicais totalitários criados na Europa²⁰⁴. Lembramos acima que o regime do trabalho introduzido por Vargas lembra o sistema corporativo fascista.

No que diz respeito à Argentina a tese sobre as influências ideológicas do fascismo europeu é em muito maior grau verdadeira. Peron conheceu o fascismo europeu. Nos anos 1939 – 1940 visitou a Alemanha, Itália, Hungria, Portugal e Espanha. Foi admirador de Mussolini e declarou abertamente as suas simpatias para com o hitlerismo. Tomou o poder em consequência de um golpe militar efetuado pelo Grupo Unido de Oficiais; o programa deste grupo declarava: «A luta de Hitler no período de paz e de guerra será um exemplo para nós»²⁰⁵. Pode-se supor que se o fim da guerra tivesse sido outro, Peron teria sido um importante bastião do nazismo na América Latina. Todas estas questões se refletiram na política interior de Peron, e principalmente na sua política social.

Não há dúvida de que num maior período de tempo tanto a política social de Peron como a de Vargas – acalmando, descarregando, e canalizando a tensão de classes – se voltaria a favor da burguesia,

²⁰² Comp. a opinião de O. Ianni: [...] «a classe operária foi paulatinamente inserida num sistema político destinado a evitar ou limitar a emergência de tensões sociais fundamentais» (*Condições institucionais...*).

²⁰³ Não por acaso a constituição do «Estado Novo», de 1937, é conhecida no Brasil por constituição polonesa – foi inspirada na constituição de Pilsudski, de Abril de 1935.

²⁰⁴ A. Simão: *Industrialização e sindicalização...*

²⁰⁵ Citamos por I. Sachs: *Analiza stosunków międzyamerykańskich. Stany Zjednoczone a Ameryka Łacińska [Análise das relações interamericanas. EE.UU. e América Latina]*, Warszawa 1957.

apesar de esta se opôr não poucas vezes à sua introdução prática. Sem o getulismo seria difícil explicar o quadro, que hoje apresenta a classe operária brasileira. A bem dizer a situação hodierna é já diferente por exemplo da situação dos princípios dos anos quarenta, a bem dizer o proletariado cresce numericamente e à medida do decorrer dos anos deixa de ser uma classe jovem, a bem dizer – como lembramos – as forças dos partidos das esquerdas entre o proletariado parecem ser grandes, mas a influência do getulismo frequentemente desempenha um papel enorme. A bem dizer, em 1953, em São Paulo, fizeram greve 300 000 trabalhadores²⁰⁶; a bem dizer com certeza a classe operária brasileira torna-se classe cada vez melhor formada²⁰⁷; de qualquer maneira a política paternalista de Vargas, política de liquidação das mais contrastantes injustiças na situação da classe operária, a concessão decertos direitos, etc. favoreceu muito a burguesia brasileira. Os sindicatos brasileiros, na sua maioria, estão ainda marcados pelo getulismo. Como prova do seu aparente processo de radicalização cita-se frequentemente os resultados dos estudos efetuados em 1959 por Michel Lowy o Sarah Chucid sôbre as atitudes dos dirigentes do sindicato dos trabalhadores da metalurgia²⁰⁸. Os resultados dêstes estudos são dados na tabela 17. À primeira vista de olhos parecem confirmar o resultado que a situação criada nos sindicatos pelo «Estado Novo» de Vargas muda em direção do radicalismo. Podia parecer que esta tese é verdadeira, dado que 55% dos que responderam às perguntas

²⁰⁶ Sôbre a luta de classes no Brasil nos primeiros anos dos anos cinquenta comp. S. Oliveira: *Nouvelles perspectives au Brésil*, «Mouvement Syndical Mondial», Março 1953; R. Luchesi: *La leçon des grandes greves brésiliennes*, «Mouvement Syndical Mondial», Março 1955; J. Amazonas: *La greve est un combat*, «Mouvement Syndical Mondial», Agôsto 1953; *As últimas greves do proletariado e a tese da "paz social"*, «Problemas», Agôsto 1953.

²⁰⁷ Para Ianni o aprofundamento dêste procesão é apenas uma questao de tempo. Sôbre a situação atual diz ele que é transitória; muda ela com o desenvolvimento da experiência da classe operária e com a diminuição de ocasiões de avanço social (*Condições institucionais...*). Resulta das investigações de A. Simão que, enquanto os vindos do campo se submetiam mais às influências da ideologia do getulismo, os operários, que vivem na cidade desde há muito, principalmente no período de intensa atividade profissional, esses tendem mais para o partido comunista e nele votam (diz respeito às eleições para a assembleia estatal em 1947, quando o partido comunista não era ilegal; Comp. A. Simão: *O voto operário em São Paulo*, in: *Anais do I Congresso Brasileiro de Socio logia*, São Paulo 1955).

²⁰⁸ M. Lowy S. Chucid: *Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos*, «Revista Brasileira de Estudos Políticos», Janeiro 1962.

são de opinião que os conflitos entre os trabalhadores contratados e os contratantes são resultantes de interesses opostos, dado que 70,2% ve o caráter de classe da jurisdição do trabalho, dado que 51,1% é de opinião que a greve é a melhor arma do operário. Contudo em relação aos citados estudos levantam-se algumas dúvidas.

Tabela 17. Opiniões e atitudes de dirigentes do sindicato dos metalúrgicos. Inquérito de M. Lowy e de S. Chucid. Algumas respostas (em %).

1. Finalidade do sindicato	
a) Assistência médica e jurídica	0,0
b) Indeterminado	21,3
c) Unir e organizar os operários	78,7
2. Opinião sôbre a greve	
a) Prejudica operários e patrões	34,0
b) Indeterminado	14,9
c) Melhor arma do operário	51,1
3. Opinião sôbre o govêrno	
a) Favorece os operários	4,3
b) Imparcial	21,3
c) Favorece os patrões	74,4
4. Opinião sôbre a Justiça do Trabalho	
a) Favorece os operários	6,4
b) Imparcial	23,2
e) Favorece os patrões	70,2
5. Conflito entre operários e patrões	
a) Mal-entendido desnecessário	19,2
b) Indeterminado	25,2
c) Interesses opostos	55,3
6. Opinião sôbre o melhor líder	
a) Trabalhistas*	31,9
b) Apartidário, indeterminado e independente	27,7
c) Comunistas e socialistas	40,4

* Partido criado por Vargas .

Fonte: M. Lowy, S. Chucid: *Opiniões e atitudes de lideres sindicais metalúrgicos*, «Revista Brasileira de Estudos PolítCos», Janeiro 1962.

Em primeiro lugar, pode-se perguntar porque é que uma tão pequena percentagem de inquiridos é de opinião que os conflitos entre os trabalhadores e os industriais são o resultado de interesses opostos; a percentagem de respostas positivas sôbre este assunto

(55,3%) não é tão grande uma vez que se trata dos dirigentes do sindicato dos metalúrgicos istoé, pessoas das quais se poderia esperar um alto grau de desenvolvimento da consciência de classe. O mesmo pode-se alegar no que diz respeito, por exemplo, à pergunta sobre greves. Em segundo lugar existe sempre dúvidas se as respostas refletem de fato a existente realidade. Em terceiro lugar, parece-nos, que as respostas a muitas das perguntas não significam neste caso praticamente nada. De qualquer das maneiras seria difícil esperar de quem quer que fosse uma resposta declarativa de que o govêrno atua em benefício dos operários. Pode ser que no período dos governos de Getúlio Vargas os operários respondessem positivamente a tais perguntas em consideração da influência pessoal dêste presidente, devido às medidas que tomou, graças às quais recebeu o cognome de «pai do povo». Entretanto, em 1959, difícil era esperar isto – ainda mais por parte dos dirigentes sindicais, independentemente de como se os sindicatos brasileiros se apresentavam. O mesmo era esperar que dessem outras respostas à primeira pergunta, que é uma síntese do mal-entendidos dêste inquérito. Em nenhum regime, em nenhum sistema sindical, nenhum dirigente sindical diz que o fim da existência dos sindicatos é prestar auxílio médico e jurídico (no citado caso % dos inquiridos) e sempre a grande maioria sublinha na apresentada alternativa a variante que diz que o fim dos sindicatos é a união e organização dos trabalhadores (78% dos inquiridos). Resulta isto de uma elementar compreensão da palavra «sindicato» é não da atitude dos inquiridos. Isto não muda o fato que – como de uma forma convincente mostra Brandão Lopes no várias vezes citado estudo – uma importante massa dos sindicalizados trata na prática o sindicato como uma instituição de assistência médica e jurídica. Também as respostas à última, sexta, pergunta apagam os resultados do estudo. Se no grupo estudado se encontrou uma tão grande percentagem de pessoas simpatizantes com o comunismo, então as perguntas anteriores foram inúteis. Era de supor que os simpatizantes pro-comunistas prestassem em general um maior grau de consciência no que diz respeito por exemplo ao caráter de classe da legislação social ou jurisdição do

trabalho. Diga-se entre parentesis que mal fizeram os autores do estudo tomando como objeto de observação precisamente os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos, dado que este sindicato não é nada típico, e que tem tradições de fortes influências comunistas. No fato de inquirir comunistas pode-se encontrar o sintoma de «acordar» o movimento operário do Brasil mesmo nos anos de maior desarme dêste movimento ocasionado pela afluência de ondas de migrantes dos meios rurais e pelos efeitos da política social de Vargas. Porém há uma coisa: querendo-se obter uma imagem verdadeira da classe operária, seria necessário estudá-la mais amplamente. A classe operária brasileira no seu conjunto não se radicaliza depressa; todavia não estamos certos se virá a assemelhar-se à imagem da amadurecida classe operária do modelo marxista.

No que diz respeito às medidas tomadas por Getúlio Vargas a favor da classe operária, vale a pena ainda sublinhar, que elas foram garantidas e acompanhadas por toda uma série de disposições que tinham por finalidade opôrem-se a um demasiado despertar da atividade operária. A política de Vargas pode-se definir como política de «isca numa mão e cassête na outra» – fazendo o seu aparecimento, variadíssimas vezes, em primeiro lugar este último. Esta política levou a um cedo avanço da classe operária, mas levou também ao *encadrement* da classe operária já numa primeira etapa da sua formação. Os sindicatos são de novo um bom exemplo ilustrativo. Dentro da tratada política foram criados, a bem dizer, sindicatos de massas, mas cuidararn de os despir do seu caráter de luta aguda, para os fazer depender totalmente do estado e alterar o seu caráter. Já no decreto de Vargas que legalizou os sindicatos apareceu a questão – qual deles são sindicatos a reconhecer pelo estado. Depois de 1937 quedaram apenas sindicatos reconhecidos – os restantes foram ilegalizados e atacados. As eleições para os sindicatos tinham de ser desde então homologadas pelo Ministro do Trabalho, que tinha o direito de as anular e mesmo de dissolver o sindicato que resistisse. O estado assegurou para si o direito do control sôbre as finanças dos sindicatos. O financiamento dos sindicatos era feito de tal maneira que cada empresa devia depositar

no Banco do Brasil o salário de um dia de trabalho de cada trabalhador (independentemente se estavam ou não associados), donde apenas os sindicatos sacavam os fundos para a sua atividade. Outro exemplo dêste campo: o getulismo introduziu a proibição de greves²⁰⁹. O cume do control estendido pelo getulismo sôbre os operários foi a introdução de «carteira profissional». Teóricamente cada operário devia possuir tal carteira para poder empregá-lo, e cada empresa devia nela anotar o que dizia respeito ao trabalho do operário – inclusivamente para as causas de ser desempregado. A intenção da introdução de tais carteiras não foi totalmente realizada, mas é muito característica para o getulismo²¹⁰. Um complemento lógico do sistema foi uma dura luta – principalmente em certas ocasiões – contra os comunistas (e em particular contra os dirigentes sindicais comunistas) – únicos potenciais concorrentes na luta pela influência entre a classe operária²¹¹.

Vale a pena também salientar que não em toda a parte e não sempre estas acima apontadas medidas de Vargas em proveito da classe operária foram introduzidas com totais efeitos, e não em toda a parte funcionaram de acordo com a intenção do legislador. Sabe-se que cada lei pode ser contornada. Tornou-se, por exemplo epidémica a prática dos patrões, que querendo passar por cima da proibição de despedimento de operários que trabalhem mais de 10 anos nas suas fábricas, despedi-los antes desse período. Do resto sabe-se que, sendo o Brasil um país tão grande, com certeza as medidas do ditador não foram ouvidas em toda a parte.

²⁰⁹ A antivarguista constituição brasileira de 1946 reconheceu o direito à greve. Todavia as existentes leis garantem este direito com uma série de restrições. O decreto de 15 de Março de 1946 proibiu greves nos ramos da economia reconhecidos como ramos básicos (serviços de águas e electricidade, canalizações, escolas, hospitais, ramos industriais essenciais sob o ponto de vista da defesa nacional e outros indicados pelo Ministro do Trabalho). Sôbre as leis que regulavam o direito de greve nos anos cinquenta comp. *Les conflits du travail au Brésil*, «Informations Sociales», BIT, 15 II 1950. Sôbre discussões havidas sôbre esta legislação nos anos posteriores comp. o artigo *Previdencia social e trabalho*, «Desenvolvimento e conjuntura», Julho 1962

²¹⁰ Comp. R. J. Alexander: *Labour Relations...*

²¹¹ Comp. as memorias de Graciliano Ramos do campo de concentração onde esteve encarcerado por motivo de sua atividade comunista (G. Ramos: *Memórias do cárcere*, José Olimpio Editôra). Sôbre a luta dos comunistas com os governos de Vargas nos anos 1937 – 1940 comp. o documento literário de J. Amado: *Os subterrâneos da liberdade*, Livraria Martins Editora.

Por fim não há dúvida de que Vargas com toda a sua política não lesou em nada a exploração capitalista.

Apesar de todos os apontados acima argumentos, conservamos apesar de tudo a tese de que o getulismo ocasionou um avanço da classe operária. Pensamos que apesar disto, que a política social de Getúlio Vargas era do objetivo interesse da burguesia, apesar de que no fim de contas se voltou a seu favor, apesar de que Vargas a introduziu com muito grandes limitações, apesar de não ter tocado na exploração capitalista, que o getulismo significou um avanço da classe operária antes de mais nada em relação a sua situação de antes de 1930, quando, segundo palavras de Vargas, a questão operária era questão exclusivamente do interesse da polícia.

O getulismo trouxe evidentemente limitações a democracia, por exemplo sob a forma de control de estado sobre os sindicatos, proibição de greves, ou limitação das liberdades dos partidos e parlamentares. O que deu isto no fim de contas? Que teve na verdade o operário brasileiro com tal democracia, com a que existiu no Brasil no período anterior a Vargas. Para o operário havia repressão da polícia. É que então existia democracia? Que tem o camponês que trabalha na plantação de café do fazendeiro local com a democracia? O que deu ao povo 5 anos sem Vargas ²¹²? Paródia de democracia e parlamentarismo.

Antes de se suicidar, em 1954, Vargas deixou um testamento, no qual escreveu, que uma vez mais as forças e interesses anti-popular se uniram e se puseram contra ele. Escreveu que uma clandestina campanha de grupos internacionais se uniu com grupos nacionais que se revoltavam contra as garantias dadas aos operários. Escreveu por fim, que essas forças não querem que os operários sejam livres, que não querem que o povo brasileiro seja independente²¹³. O fato que reconheceu como aconselhável precisamente deixar um tal testamento prova pelo menos que a questão operária se tornara uma das questões políticas centrais.

²¹² Vargas esteve ao leme do governo duas vezes. Afastado do poder pelo exército em 1945, ele voltou a sentar-se na poltrona presidencial em 1950.

²¹³ Citação segundo I. S a c h s: *Analiza stosunków międzyamerykańskich [Análise das relações interamericanas...]*.

Como uma vez escreveu o próprio Vargas o problema operário deixou de ser «uma questão da polícia», e tornou-se um problema político²¹⁴. Desde então nenhum governo brasileiro ousa resolver um problema operário exclusivamente por meio do envio de grupos de polícia contra os operários. Talvez nisto tenha consistido antes de tudo o avanço da classe operária – avanço não lutado, mas avanço que sucedeu em resultado de uma específica configuração de forças.

É mesmo a antivarguista constituição brasileira de 1946 proclamava, entre outras coisas, que:

«A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano» (art. 145).

«A todos é assegurado trabalho que possibilite uma existência digna.

O trabalho é obrigação social» (art. 145).

«A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

1 – salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

2 – proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

3 – salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

4 – participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar;

5 – duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei;

6 – repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

7 – férias anuais remuneradas;

8 – higiene e segurança no trabalho;

9 – proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos, e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente;

10 – direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;

[...]

²¹⁴ Citação segundo O. Ianni: *Estado e capitalismo...*

12 – estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;

13 – reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

14 – assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;

15 – assistência aos desempregados;

16 – previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;

17 – obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho» (art. 157).

«É livre associação profissional ou sindical, sendo reguladas pela lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público» (art. 159)²¹⁵.

É isto pouco? Pode ser pouco ou muito – depende como as citadas disposições da constituição sejam realizadas na prática. Mas de qualquer maneira é isto uma grande mudança em relação ao período quando a questão operária foi «questão da polícia». Em relação a esse período sucedeu, sem dúvida, um avanço da classe operária. Os operários, de resto, sentiram em massa o getulismo como um avanço e apoiaram Vargas. De entre os diferentes fatores, com certeza e este fator desempenhou um certo papel na reeleição de Vargas em 1950, quando foi ditador recebeu a maioria absoluta dos votos. O fato que Vargas distanciou mais fortemente os seus opositores no estado de São Paulo, é característico²¹⁶.

Para uma melhor compreensão do getulismo vale a pena observar de mais perto o até certo ponto análogo fenômeno social, como foi o várias vezes lembrado peronismo. Crê-nos parecer que o peronismo foi a realização de um sistema populista semelhante ao getulismo – se bem que foi uma realização mais consequente.

A história do peronismo vem de 1941, quando um grupo de jovens militares organizou o chamado Grupo Unido de Oficiais. A 6 VI 1943 este grupo através de um golpe de estado tomou o poder. No

²¹⁵ Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de Setembro de 1946, Rio de Janeiro. Sobre a interpretação desta constituição comp. I. Sachs: *Sektor państwowy a rozwój gospodarczy [Setor estatal e desenvolvimento econômico]*, Warszawa 1961, cap. 8.

²¹⁶ Comp. o mapa, com a distribuição dos votos por estados, das eleições presidenciais de 1950, que foi publicado por Ch. Morazé: *op. Cit.*

gabinete formado Peron foi nomeado diretor do departamento do trabalho, em seguida subsecretário de estado do trabalho e previdência, e vice-presidente. As suas principais medidas tomadas, cujas bases analisamos atrás, foram a fixação do salário mínimo dos operários agrícolas, abrigar as companhias de estradas do ferro (então inglesas) a conceder aos seus trabalhadores um aumento de salários e remunerações, e um importante aumento dos salários dos operários industriais (é que é estranho que, quando Peron foi eleito vice-presidente e em Julho de 1944 prestou juramento, os ferroviários em sinal de apoio tenham feito uma paralização dos trens por meia hora?). Entre as medidas tomadas por ele figura estabelização dos preços dos artigos alimentícios de consumo, foi concedida a reforma aos operários industriais e obrigou-se os industriais a reconhecer os sindicatos. Todas estas medidas foram tomadas depois de anos de governos da oligarquia dos latifundiários. Pode-se admirar que, quando Peron foi preso e metido na fortaleza, como lembramos, em todo o país tiveram lugar enormes manifestações operárias, a que – em consideração que estas manifestações operárias se dirigiam para Buenos Aires – chamaram posteriormente «marcha peronista sobre Roma». Quatro meses depois, nas eleições mais democráticas que a Argentina conhecera, Peron foi eleito Presidente (4 VI 1946).

Da mesma maneira que com o caso de Vargas, uma das primeiras decisões tomadas foi a publicação da «Ley de Asociaciones Profesionales» – lei que legalizava os sindicatos, que obrigava o seu reconhecimento pelos industriais, e que definia a finalidade dos sindicatos²¹⁷. Em 1947, Peron publicou a «Declaração dos Direitos do Operário». No mesmo ano concedeu direitos políticos às mulheres.

²¹⁷ Enumeração destes fins insere R. J. Alexander (*Labour Relations...*). Além do seu trabalho no tratado acima servi-me do livro de T. Mende (*op. cit.*), do artigo del I. Sachs: *Dziesięć lat peronizmu, Próba analizy [Dez años de peronismo. Ensaio de análise]*, «Sprawy Międzynarodowe», 1955, n° 10 e do livro de J. Urbaniak «(*op. cit.*)». Sobre peronismo comp. também G. I. Blanksten: *Peron's Argentina*, Chicago UP 1953; R. J. Alexander: *The Perón Era*, New York 1951, assim como – insubstituível no estudo dos problemas sociais da Argentina no período do peronismo – G. Germani: *Estructura social de la Argentina. Análisis estadístico*, Buenos Aires 1955

Um papel importante na sua política social desempenhou a atividade da sua mulher – Eva. Ainda quando era atora de segunda ordem propôs a uma das estações de rádio fazer um programa especial para os trabalhadores, chamado «hora social». Por intermédio de esta audição fez propaganda a favor de Peron quando ele era chefe do secretariado do trabalho. Quando Peron foi preso, mobilizou os operários a fazer greve. Como esposa do presidente criou a Fundação de auxílio Social – enorme instituição que se ocupava de investimentos sociais, do envio de encomendas para operários – ofertas de Peron (das encomendas fazia parte uma fotografia dele), da organização de luxuosos restaurantes para os operários e da conservação de uma rede de lojas comerciais baratas²¹⁸.

Demagogia?

Sem dúvida. Foi tanto mais demagogia quanto toda esta atividade foi possível graças apenas a um feliz concurso de circunstâncias. Estas manobras foram facilitadas antes de mais nada pelo fato de a Argentina ter acumulado a título de fornecimentos de guerra, durante a II guerra mundial, reservas de divisas que atingiram a colossal soma de 1200 milhões de dólares²¹⁹. Exerceu igualmente influencia de uma maneira favorável na situação da Argentina o aumento de procura das tradicionais mercadorias de exportação argentinas, logo a seguir a 1945, pelos países destruídos pela guerra. Graças a estas reservas e à influência das exportações, à Argentina abriram-se grandes possibilidades. Todavia foram desperdiçadas. Em vez de aproveitar a ocasião, de melhorar a estrutura econômica de país, escolheu-se uma política, cujo um dos aspectos foi a larguesa para com a classe operária e em especial o aumento demagógico dos salários nominais²²⁰. Porque a economia argentina, no estado em que se encontrava, não pôde responder com uma aumentada oferta de artigos de primeira necessidade à aumentada procura, esta política levou à inflação, que em curto

²¹⁸ Transcrevo por T. Mende: *op. cit.*

²¹⁹ I. Sachs: *Dziesięć lat peronizmu... [Dez años de peronismo...]*. Sobre as faladas questões vide A. Ferrer: *La Economía Argentina. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*, México – Buenos Aires 1965.

²²⁰ Sobre as faladas questões vide A. Ferrer: *La Economía Argentina. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales*, México – Buenos Aires 1965.

espac;o de tempo anulou (falando com todo o cuidado) os privilégios concedidos por Peron à classe operária.

A popularidade de Peron entre os operários não se pode contudo explicar apenas com a demagogia das ações tomadas por ele. É preciso prestar atenção que dentro do quadro das medidas por ele tomadas certas exigências da classe operária foram apesar de tudo realmente cumpridas. É preciso também prestar a atenção que mesmo as mais deinagógicas medidas tomadas elas significavam sob o ponto de vista da classe operária um grande progresso em relação ao período anterior. Se a constituição peronista de 1949 definia como direitos do operário: direito a trabalho, direito a uma justa remuneração, direito a possíveis condições de trabalho, direito ao ensino, à defesa da saúde, ao bem estar, à segurança social, à defesa da família, à melhoria das condições de vida e à defesa dos interesses profissionais, isto, mesmo apesar de toda a demagogia imbuída nestas formulações ela foi progressista e constituiu a indicação de realização dos desejos da classe operária, pelos quais foi perseguida no período anterior. Como diz I. Sachs, a força do peronismo consistiu na colocação de problemas reais que as massas viviam²²¹.

A organização de uma ópera de gala para operários foi sem dúvida um ato demagógico. Não menos demagógico foi a ida de Evinha, quando adoeceu, para o hospital do bairro operário; esta mesma Evinha estava coberta de brilhantes e tinha conta aberta nos bancos da Suíça. Estas manobras constituíam entretanto uma mudança fundamental da situação em relação ao período em que a questão operária era – para usar as palavras de Vargas – «questão da polícia»²²². Evidentemente que o elemento principal da ideologia peronista, «justicialismo», foi apenas «uma pouca precisa tentativa de "justiça social"»²²³. Mas no período de antes de Peron ninguém

²²¹ I. Sachs: *Dziesięć lat peronizmu... [Dez años de peronismo...]*...

²²² Na verdade Hipolito Irigoyen, membro da União Cívica Radical, subindo ao poder em 1916, forçou organizar a legislação do trabalho, aos notáveis fez esperar na sala de espera enquanto ele próprio recebeu uma delegação de barreadores de ruas, etc., mas não teve isto significação de maior (comp. J. Lamber t: *Amérique Latine. Structures sociales et institutions politiques*, PUF, Paris 1963).

²²³ J. Urbaniak: *op. cit.*

- falou mesmo em justiça social! Com o peronismo criou-se uma nova situação, que não se pode já olvidar e fazer desaparecer.
- O peronismo permitiu participar no processo político aos operários que antes foram, pelo menos, objeto de cargas da polícia. Nisto consistiu antes de tudo o avanço da classe operária, que teve lugar dentro dos ramos dêste regime. O mesmo se passou com o getulismo, se bem que este em muito maior grau era de opinião que a participação dos operários no processo político não devia tornar-se demasiado ativa.
- A classe operária formou-se, na história da Europa, como classe colocada fora do parentesis da sociedade; para a participação no processo político teve de lutar gradualmente. No Brasil e na Argentina a classe operária obteve essa comparticipação em virtude da geral mudança na configuração das forças socio-políticas já numa etapa primária da sua formação. O operário argentino e o operário brasileiro já numa relativamente cedo etapa de formação da sua classe deixou de ser «párias», a quem não defendeu nenhuma legislação, como na Europa no comêço do período da industrialização, e cujo consumo se estabelecia, não raras vezes, inferior ao mínimo vital. A sociedade brasileira ou argentina, na sua parte industrializada relativamente cedo entrou no caminho – para usar a definição de A. Touraine – da «consommation de masse» e da «democratie de masse»²²⁴. Esta democracia teve não uma vez caráter demagógico, mas de qualquer maneira a classe operária dêstes países já numa primeira etapa do processo de industrialização se tornou em maior grau interlocutora com as restantes classes sociais – do que a classe operária europeia na fase análoga de industrialização.
- O fenômeno de que falamos não é na verdade um fenômeno especificamente latinoamericano. Gino Germani diz que a relativamente cedo ligação das massas urbanas com o processo político é uma característica para a maioria dos países que entram nas vias do desenvolvimento industrial mais tarde que a Europa²²⁵. Como pensa A. Touraine, á regra geral, que as massas urbanas e operárias

²²⁴ Comp. A. Touraine: *Industrialisation et conscience ouvriere...*

²²⁵ G. Germani: *Politica e massa...*

em formação não são já tão desligadas do jogo como estiveram nos países que se industrializaram primeiro²²⁶.

No Brasil e na Argentina os falados fenômenos surgiram, porém, com uma extraordinária força – precisamente graças ao populismo²²⁷.

Evidentemente que, o que criaram o peronismo e getulismo foi mais, para a classe operária, uma imitação de «participação no jogo» que uma verdadeira compárteipação; foi isso mais uma imitação de democracia que uma democracia de fato²²⁸. Como a maioria dos poderes totalitários, o peronismo não criou mais que uma ilusão de democracia, não criou que ilusão para a classe operária que participa no exercício do poder²²⁹. Mas o que deu isto? Perante a classe operária argentina não havia alternativa: imitação de democracia ou democracia de fato. A alternativa em relação ao peronismo era o velho, comprometido, um dos mais anti-populares na história da Argentina – o poder da aristocracia rural. A alternativa do peronismo foi Benjamin Menender, general reformado ultrareacionário, que a 8 IX 1951 marchou contra Peron à frente de dois esquadrões de cavalaria e de três velhos carros blindados. Há que estranhar o apoio da classe operária a Peron? Foi uma grande tragédia para as esquerdas argentinas o não existir

²²⁶ A. Touraine: *Sociologie du développement*, «Sociologie du Travail», 1963, n° 2

²²⁷ Sobre os movimentos populistas, além das posições já citadas comp. também entre outras, G. Germani: *The Strategy of Fostering Social Mobility*, in: *Social Aspects of Economic Development in Latin America*, UNESCO 1963; T. di Tella: *Populism and Reform in Latin America*, in: C. Veliz (ed.): *Obstacles to Change...*; T. di Tella, G. Germani, J. Graciarena e outros: *Argentina, sociedad de masas*, Buenos Aires 1965. Quando escrevi este artigo ainda não conhecia os trabalhos de C. Weffort.

²²⁸ É difícil denominar a movimento de demacrático, quando por exemplo nos estatutos do Partido Peronista se afirma entre outras coisas: «O chefe supremo do peronismo, seu inspirador, fundador, realizador e comandante é o general Peron. Como tal pode ele alterar ou anular as decisões tomadas pelas autoridades do partido, controlá-las, suspendê-las ou substituí-las». «As obrigações dos membros do partido são: a) habituar-se e afirmar que existe apenas duas eminentes individualidades da peronismo: general Peron e sua esposa Eva; b) manter o partido exclusivamente sob as ordens do general Peron; c) defender em toda a parte e sempre as medidas adoptadas pelo governo peronista, como sendo as melhores entre as possíveis e não permitir nenhuma crítica sob este aspecto». «Cada peronista deve cansiderar-se como um permanente guardião do peronismo. Em qualquer parte que se encontre ou trabalhe, deve [...] sem perda de tempo informar os poderes do partido ou as autoridades policiais que estejam mais perto, de todas as tentativas tendentes à mudança de regime ou à alteração da ordem pública» (do artigo: *Le Péronisme*, «Partisans» n° 26/27 – número especial intitulada *L'Amérique Latine en marche*).

²²⁹ Campo G. Germani (*Política e massa...*): «O regime peronista, por sua origem, pelo caráter de seus líderes, pelas circunstâncias de seu surgimento, estava chamado a representar apenas *ersatz* de participação política para as classes populares».

outra alternativa. É uma grande tragédia para as esquerdas argentinas – como diz Germani – que a integração política das massas tivesse começado sob o signo do totalitarismo²³⁰.

Terminando.

Marx, estudando a formação da classe operária no decorrer do primeiro processo mundial de industrialização, prestou atenção a uma única fonte de recrutamento da classe operária: a expropriação dos pequenos produtores, antes de tudo camponeses, que após a perda dos meios de produção possuídos deviam passar para a indústria. Este processo foi uma das três condições distinguidas por Marx no surgimento do capitalismo na Inglaterra. A ruína dos pequenos produtores possibilitou a acumulação, que Marx definiu como «primitiva», facilitou a formação do mercado e – o que aqui nos interessa acima de tudo – forneceu força de trabalho para a nascente indústria. O fato de terem sido pequenos produtores e de terem passado para a indústria devido à perda dos meios de produção possuídos, significou para eles que a transição para as fileiras do proletariado industrial constituía uma degradação social. Ao mesmo tempo a classe operária que se formava encontrava-se como classe no próprio fundo da hierarquia social, sendo despojada de direitos e explorada. A situação de esta dupla exploração – exploração individual e exploração de classe – Marx caracterizou-a com as conhecidas palavras do Manifesto Comunista, que rezam que, «os operários não têm nada a perder para além das suas algemas». A obtenção pela classe operária de determinados direitos e a melhoria individual das condições de vida foi um direto ou indireto resultado do longo período de amadurecimento da classe operária, a sua transformação em «classe para si» e das lutas reivindicativas.

Como lembramos na introdução, aos estudos sobre a evolução social no Terceiro Mundo acompanhou frequentemente uma transplantação automática, para aquela realidade, do modelo acima traçado. Das efetuadas reflexões resulta que pelo menos no caso do

²³⁰ G. Germani: *op. cit.*

Brasil foi diferente o quadro de formação da classe operária. Consequência disto foi o fato que para as interessadas pessoas a passagem para as fileiras do proletariado industrial significou avanço social (no caso do grupo dos ex-escravos o fato de sua não integração na nascente estrutura industrial tornou-se origem de sua longa ineficácia sob o ponto de vista do lugar ocupado na hierarquia social). Por outro lado, em virtude da mudança geral na configuração das forças socio-políticas, a em criação classe operária já numa primeira etapa de sua formação obteve uma série de importantes privilégios, e, pelo menos, a ilusão de participação no processo político, pelos quais a classe operária dos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental teve de lutar tenazmente.

Dos estudos sobre o Brasil não se podem, evidentemente, tirar nenhuma conclusão gerais. O Brasil não é um país típico do Terceiro Mundo (se mesmo se pode falar aqui de tipicidades). Sob muitos aspectos da sua estrutura economico-social faz hoje mais lembrar, por exemplo a Itália de entre as duas grandes guerras, que os restantes países atrasados. As fontes de recrutamento da classe operária são diferentes em quase todos os países. Entretanto no caso do Brasil a fundamental tese do trabalho, ou seja tese, que a formação da classe operária no Terceiro Mundo de hoje é um processo muito diferente de esquema clássico de formação da classe operária, recebeu – como nos parece – confirmação.

(1967)